



Instituto de Estudos Políticos

ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA E O BREXIT

**Desafios Político-Diplomáticos e Impacto da Saída do Reino Unido da União Europeia
na Relação entre Portugal e Inglaterra**

Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações
Internacionais

Orientadora: Professora Doutora Livia Franco

António Maria Santos Silva Pereira da Silva

Junho de 2022

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação teve vários altos e baixos, com momentos de estagnação na escrita, uma pandemia que parou o nosso dia-a-dia, entre outras situações que foram arrastando a entrega final destas minhas linhas.

Contudo, o que nunca faltou, foi a enorme dedicação da Professora Lívia Franco, orientadora deste meu projeto. Um enorme bem haja pela disponibilidade e simpatia manifestadas, pelos inestimáveis esclarecimentos e sugestões apresentadas, pela exigência do pautar pelo método e rigor e por demais contributos, cruciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço, também, ao meu pai, mãe e irmã, cujos ensinamentos são a coluna vertebral da nossa família e cujo apoio me foi essencial em vários episódios da minha vida, como foi o caso da presente dissertação.

Ao meu avô, conhecido por “enciclopédia andante”, que me apoiou em saber e cultura na redação das linhas que ora apresento.

Por fim, mas não menos importante, não poderia deixar de prestar o meu agradecimento ao Instituto de Estudos Políticos pela formação que me prestou nestes anos, onde muito aprendi e cresci, qualidades e memórias que levo para a vida.

Partimos, Vamos, Somos! – Sebastião da Gama

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: *Brexit, Leave, Remain*, União Europeia, Referendo, Acordo, Reino Unido, Portugal, Diplomacia, Multilateralismo, Política Externa.

A escrita que ora se apresenta integra uma Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa. Pretende-se, com a mesma, analisar de que forma é que o *Brexit* - uma jogada política interna que desencadeou um dos processos mais inesperados e desafiantes da política europeia desde os finais da Segunda Grande Guerra – afetará o relacionamento bilateral do Reino Unido com Portugal e vice-versa, nas suas mais diversas variantes: isto é, a nível diplomático, inclusive no que toca à secular aliança entre os dois Estados que se encontrava adormecida; mas também a nível social, económico e político.

Neste sentido, partiremos da bibliografia relativa à historiografia política da Aliança luso-britânica e à análise quer do seu impacto político-diplomático, quer da sua evolução. Usarei, ainda, bibliografia que explique as razões e o processo político do *Brexit*, bem como sobre as suas principais consequências. Privilegiam-se referências bibliográficas de índole académica, artigos e obras científicas e históricas que se debrucem sobre o tema proposto, seja de historiadores, seja de especialistas em política externa dos dois Estados. Todavia, no que ao *Brexit* respeita, têm muita relevância os artigos, comunicados de imprensa e documentos que se encontram nos sites das Embaixadas do Reino Unido em Portugal e Vice-Versa e, também, os sites das instituições que compõem a União Europeia. De igual modo, utilizam-se fontes diretas como discursos políticos, documentação oficial e ainda uma entrevista ao Doutor Bernardo Ivo Cruz, a 15 de Março de 2022.

ABSTRACT

The centuries-old Anglo-Portuguese friendship, which counts with 650 years, was based on a common history between the two peoples, a relationship of friendship, cooperation, defence and trade. It has been crucial sometimes and worthy of criticism at others.

The entry of Portugal and the United Kingdom into a series of organisations based on international law, such as the European Union, NATO, the UN, among others, has caused the Anglo-Portuguese Alliance to fall asleep, to lose effectiveness and applicability.

After *Brexit*, will we see a rejuvenation of the Alliance? What can Portugal do to recover and develop the oldest Alliance in the world? Portugal and the United Kingdom, two countries with a strong Atlantic side can and should explore that legacy.

ÍNDICE

Introdução	5
As Relações Histórico-Diplomáticas Anglo-Portuguesas	8
As Relações Luso-Britânicas Face À Democratização da Política Externa Portuguesa	30
Brexit	
Porquê	36
A Reação de Portugal	45
O Processo e o Referendo	50
Brexit: Pós-Referendo	
Negociações Bilaterais e Multilaterais	56
Efeitos de uma decisão unilateral, em contexto multilateral, numa relação bilateral. Consequências para o futuro das relações bilaterais?	61
Conclusão	66
Anexos	82
Bibliografia	86

INTRODUÇÃO

1. OBJETO DO TRABALHO

Atestou o Príncipe de Talleyrand, *pour arriver il nous faut partir*. E, de facto, para melhor analisar as inúmeras causas que despoletaram o processo do *Brexit* – que é o tema principal desta dissertação – importa, antes de tudo, mencionar alguns aspetos da organização do continente europeu, aspetos também que impactaram de certo modo o Reino Unido, Portugal e a relação entre ambos, auxiliando numa reflexão sobre certos comportamentos, já que o presente é sempre explicado, de alguma forma, pelo passado.

A sedução emanada da aliança luso-britânica – contagiando todos os que, sobre ela, detêm (mesmo que ínfimo) algum saber, ao longo destes quase 650 anos de história – conduz os que tenham com a mesma alguma espécie de contacto a querer aprofundar o conhecimento, perdendo-se numa história que abarca sentimentos de afeto e amizade, de conflito e fastio, de aliança e união, de dissociação e discórdia, de interesses, enfim, comuns ou contrários também. Enfim, nada que não surpreenda numa relação que se desenrolou pelos séculos dos séculos, já que o conflito é algo natural – e, entenda-se, saudável - no homem enquanto ser sociável. “Todos os homens no estado de natureza têm desejo e vontade de ferir”, parafraseando Thomas Hobbes¹.

Esta apaixonante relação diplomática e militar entre Portugal e o Reino Unido, sobre a qual existem já muitas linhas escritas, foi um extraordinário ator no universo das relações internacionais lusas, incorporando, por longos anos, a grande ferramenta da política externa portuguesa, enquanto salvaguarda da integridade territorial do Portugal continental e ultramarino.

Dada a extensa escrita sobre o tema da Aliança Luso-Britânica e o conceito de liberdade do Homem, depara-se o leitor com as mais variedades opiniões, passando da veneração à singela crítica, posta a relevância dada a certos aspetos e interpretações distintas dos factos apresentados.

De facto, recordando-se a frase citada de Ortega y Gasset, no seu livro “Meditações do Quixote” - “eu sou eu e as minhas circunstâncias”² -, ao apreciar-se a configuração de um

¹ Hobbes, T. (2002). *Do Cidadão*. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, p.29.

² Ortega Y Gasset, J. (1914). *Meditações do Quixote*. In. Escámes Sánchez, J. (2010). *Ortega y Gasset*. Recife: Editora Massangana, p. 119. E Santos Silva, E. (2020). *A Ocupação da Ucrânia Crimeira*. Lisboa: Edição de Autor, p.11.

indivíduo ou Estado – este composto por indivíduos – haverá que ter em conta as circunstâncias que contribuíram para as sucessivas plasmações até ao momento presente.

O que se intenta apresentar com o presente trabalho é uma análise à relevância da Aliança, até e após a saída do Reino Unido da União Europeia e qual será o impacto deste abandono nessa mesma Aliança.

De facto, estando ambos os Estados inseridos em inúmeras organizações internacionais de diversas índoles – ONU, NATO, UE (*pré-Brexit*), entre outras – a relevância, utilidade e valor concreto da Aliança terão sofrido uma atenuação, algo que se pretende analisar.

Daí se conceber importante dar alguns exemplos de episódios históricos da sua invocação, o porquê das mesmas e qual o seu desfecho. E, com esse breve apontamento ao passado, tentar perceber o momento presente, onde organizações supranacionais vêm tomar o lugar ocupado, durante anos, pela por esta amizade estatutária. De igual modo, qual será o impacto nas relações anglo-portuguesas da recente decisão britânica de abandonar o projeto europeu.

Para tal, o ponto de partida para esta dissertação será a tentativa de resposta à seguinte questão: Como é que uma decisão unilateral, em contexto multilateral, afeta uma relação bilateral? Isto é, de que forma é que a decisão tomada pelos britânicos, num contexto multilateral que é o espaço europeu, afetará a sua relação com o nosso país?

Contudo, existem outros questionamentos associados que não são menos importantes: a saída do Reino Unido da União Europeia concederá algumas vantagens ao nosso país enquanto Nação atlântica e com estreitas relações com a velha ilha? A adormecida Aliança verá um possível, mesmo que ligeiro, despertar? Haverá pontos positivos para o nosso país com esta decisão? Será uma catástrofe? Se considerarmos e somarmos a profunda crise económica em que os países estão envolvidos, derivada da pandemia do Covid-19, estamos perante uma tempestade perfeita? De facto, a questão de partida e as que a ela se associam despoletam a verdadeira essência da dissertação presente, já que, ao avaliarmos como é que o *Brexit* afetará as relações anglo-lusas, importa analisar esse impacto a nível direto – isto é, as relações bilaterais entre Portugal e o Reino Unido – e a nível indireto, ou seja, em contexto multilateral, melhor dizendo o impacto na União Europeia, onde Portugal se insere. Assim, penso que estas perguntas nos darão uma linha condutora, originando uma resposta mais completa para a problemática que aqui se apresenta.

2. ESTRUTURA DO TRABALHO

A escrita desta dissertação apresenta, essencialmente, 4 grandes momentos.

Uma breve abordagem à aliança luso-britânica, na qual se apontam alguns exemplos histórico-diplomáticos nos quais esta amizade secular foi relevante para um e outro Estado, tendo sido, também, posta à prova. Sendo uma história riquíssima e fortemente complexa, não se fará uma abordagem por inteiro a toda a linha crónica o que, aliás, não é o pretendido. Contudo, uma breve abordagem ao passado, mencionando alguns episódios, é de suma importância de forma a envolver os leitores na exótica relação anglo-portuguesa. Porque o presente é o passado adaptado às circunstâncias que vão mudando no tempo...

O segundo grande momento consiste num paradigma totalmente novo, que chega em 1974. O fim do Estado Novo veio, uma vez mais, alterar por completo as prioridades estabelecidas pelo modelo anterior, iniciando-se um novo modelo de política externa e de inserção internacional. O 25 de Abril de 1974 e o verdadeiro garante da democracia - o 25 de Novembro do ano subsequente - vieram dar início ao processo de descolonização e trazer fim ao isolamento internacional relativo, vivido pelo Portugal do Estado Novo. Portugal passa a ser um país atlântico com olho na Europa. A integração europeia passa a ser um vetor fundamental da política externa portuguesa, a nível diplomático, económico, de segurança e defesa. Também neste novo modelo podemos observar uma valorização das comunidades portuguesas da diáspora e, posteriormente, o estabelecimento de relações diplomáticas com os países africanos e do terceiro mundo.

O terceiro momento e, na verdade, o ponto de partida para a essência da presente dissertação, assenta no tão conhecido *Brexit* [termo oriundo da junção das palavras inglesas “Britain” (Bretanha) e “Exit” (saída)].

O que se intenta apresentar aqui é o modo de atuação das diferentes partes envolvidas em todo o processo da saída britânica da União Europeia. Isto é, o que foi proposto pela UE e pelo Reino Unido, de forma a atingir um consenso que evitasse o referendo popular. Será, ainda, objeto de examinação, as razões para o surgimento deste fenómeno, como decorreu até ao referendo e depois do mesmo. Será, igualmente, analisada a reação de Portugal, um dos países possivelmente mais afetados com esta decisão o que, para a presente dissertação, interessa maioritariamente.

Por fim, analisados todos os detalhes do antes e depois da saída do Reino Unido da União Europeia, chegamos à tentativa da resposta de partida. Como é que Portugal poderá vir a ser

afetado ou poderá estar a ser afetado pela decisão britânica? Será que, não estando sujeita ao projeto europeu, a Aliança luso-britânica ganhará algum relevo? Poderemos estar perante um despertar, mesmo que ligeiro, da Aliança? Tendo em conta o acordo alcançado entre a UE e o Reino Unido, verá Portugal alguns dos seus medos desvanecerem?

Importa a Portugal fazer uma exímia diplomacia bilateral de forma a colmatar, o mais possível, os prejuízos oriundos do *Brexit*.

De que forma é que o *soft power* – apanágio de uma diplomacia hábil, de que o Reino Unido é exemplo ao longo da história – foi utilizado de modo que a memória de uma grande Nação (a britânica) se mantenha nos outeiros internacionais.

AS RELAÇÕES HISTÓRICO-DIPLOMÁTICAS ANGLO-PORTUGUESAS

Referiu Talleyrand que “a política é a arte do possível”³. E, nessa medida, Portugal procurou sempre tomar medidas que o protegessem dos seus inimigos e, simultaneamente, ocupar o seu lugar no alto quadro das potências mundiais, não fosse a diplomacia “uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre Estados”⁴.

De facto, considerando a sua periferia em relação ao centro da Europa, tendo como vizinhas a imensidão oceânica e a poderosa Espanha – ou, anterior à mesma, os Reinos de Castela, Leão e Aragão -, Portugal procurou sempre concretizar atividades diplomáticas que o protegessem de possíveis ameaças à sua soberania, ainda antes que Bodin firmasse os respetivos conceito e importância⁵.

A avaliação das relações históricas entre Portugal e Inglaterra é tarefa extensa.

Na verdade, o estabelecimento oficial e formal do vínculo luso-britânico tem lugar a 16 de junho de 1373 na Catedral de São Paulo, com a assinatura do primeiro tratado entre as Coroas de Portugal e Inglaterra, postumamente reforçado – em 1386 – com o Tratado de Windsor, entre D. João I e Ricardo II. Este último tratado foi ainda firmado pelo casamento de D. Filipa de

³ Santos Silva, E. (2015). *Talleyrand. O Homem e o Diplomata*. Lisboa: Alêtheia Editores.

⁴ Moreira, A. (2016). *Teoria das Relações Internacionais*. 9ª Edição. Coimbra: Almedina, p.85.

⁵ in “Six Livres de La République”, “Demonomanie”. Sobre Jean Bodin, v. Martim de Albuquerque, “Jean Bodin na Península Ibérica”, Paris, 1978

Lancastre e D. João I, seguindo a máxima da época de que “(...) em português, aliança significa também anel de Casamento⁶.”

No entanto, a cooperação entre os dois países começara antes, sendo que “esta aliança e o relacionamento mútuo foram baseados em dois elementos vitais: o oceano, que aproximou os dois povos e o seu bom entendimento”, como fundamentou Manuel Côrte-Real⁷.

Com efeito, ainda no tempo da administração romana, que se estendeu pelo sul de Inglaterra e pela Península Ibérica, houve contactos comerciais pelos mares, entre a velha ilha e Portugal. Isto porque os habitantes do continente europeu vinham buscar, ao que são hoje Portugal e Espanha, minerais diversos, como ouro, estanho, cobre⁸.

E na idade média, os tratos no seio atlântico, entre pescadores, piratas, viajantes e seguidores dos mesmos credos religiosos, estabeleceram relações comerciais e amistosas.

Portugal passou por três fases de inserção internacional, desde a sua formação e que se foram alternando de acordo com os momentos da história⁹.

O primeiro é o do Portugal medieval, da independência até ao século XV, no qual as suas relações se faziam circunscritas à península ibérica, entre si e outros quatro reinos: Castela, Leão, Aragão e Navarra. De facto, dado o combate ao islamismo presente no território e as ainda não existentes capacidades tecnológicas que permitissem o estabelecimento de relações extra-peninsulares, Portugal viu-se circunscrito a relacionar-se, essencialmente, com os seus vizinhos que, dadas as circunstâncias referidas e o facto de todas estas unidades políticas serem de semelhantes dimensões e potência, o equilíbrio era como que natural, não se verificando a teoria Darwiniana do “survival of the fittest”.

Esse relacionamento passava pela prática de atividades diplomáticas conduzidas por elites que, na Idade Média, eram compostas por “personalidades heterogêneas, cujas características distintas não influenciam uma coesão absoluta, ficando, assim, desautorizada a afirmação da

⁶ Livermore, H.V. et al. (1973). *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa/600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*. Editado pelo Governo Britânico, em associação com a British Broadcasting Corporation e com a Canning House.

⁷ Côrte-Real, M. (1986). *The Anglo-Portuguese Alliance: Its Roots and Its Contemporary Relevance*. Reading: University of Reading, Graduate School of European and International Studies, pp. 1-2. Citação traduzida do inglês.

⁸ Warren Bowersock, G.; Brown, P. e Grabar, O. (1999). *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press.

⁹ Severiano Teixeira, N. et al. (2011). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

existência de um grupo institucionalizado”¹⁰. A arte diplomática era exercida por indivíduos, esporadicamente, apontados pelo Estado para resolver determinados problemas internacionais, não constituindo uma profissão como nos moldes de hoje. Assim, apesar de se poder considerar a diplomacia como “uma das mais antigas atividades praticadas desde os primórdios da existência da sociedade humana”, na Idade Média não podemos considerar a existência de diplomatas e diplomacia em sentido estrito, mas sim *ad hoc*.

O modelo seguinte, que veio durar até à democratização da política externa portuguesa e a integração europeia, é o modelo clássico, alterando o *modus operandi* até então definido. A política peninsular, que era feita entre cinco reinos de dimensão e poder semelhante, passou a desenrolar-se entre dois Estados de diferentes proporções e forças: Portugal e Espanha. É neste molde que se dão os primeiros passos para a internacionalização do nosso país, começando-se a desenvolver relações com os Estados alheios à península, essencialmente marítimos, tentando colmatar o perigo constante de ter a Espanha como única vizinha. É neste contexto e neste modelo que Portugal vai estabelecendo fortes relações com potências atlânticas: primeiro Inglaterra - nascendo a tão famosa aliança luso-britânica nos finais do século XIV - depois a Flandres, a França, mesmo a Dinamarca, enfim, os Estados Unidos e a NATO, a partir dos finais da primeira e da segunda Grandes Guerras, respetivamente.

O modelo clássico, que dura cerca de 500 anos, define as linhas de orientação da política externa portuguesa, essencialmente atlântica, com uma procura tímida de voz imperial na Europa. “São essas opções de afastamento das questões europeias, de afirmação de um Portugal atlântico e colonial e do equilíbrio triangular entre Lisboa, Londres e Madrid que estão presentes na posição portuguesa perante a Guerra Civil de Espanha e na neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial”¹¹. Esta conduta é ainda utilizada durante a Guerra Fria, com a entrada de Portugal na NATO, a reticência face ao processo de construção europeia.

Nos dias de hoje fala-se, muitas vezes, numa crise do conceito de Estado, de Estado-Nação, como é exemplo o livro do Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, “Política Comparada”. De facto, inseridos muitas vezes em organizações internacionais de grandes dimensões, os países perdem muita da sua autonomia na tomada de certas decisões internas, tendo de seguir determinadas normas estatuídas nos acordos dos quais são signatários. O conceito de soberania

¹⁰ Maria de Monteiro de Babo Marinho, D. (2017). Os Agentes Diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): Uma elite ao Serviço da Coroa. *História – Revista da FLUP*, [online] (7), Nº 2, p.12. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16032.pdf>

¹¹ Severiano Teixeira, N. *et al.* (2011). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 281.

também se alterou nos últimos anos¹² e esse facto pode ajudar a explicar a própria decisão do *Brexit*.

Como se sublinhou acima, Portugal, que era um país geograficamente pequeno, europeu, mas periférico - dada a sua posição geográfica -, virado para o atlântico, teve de procurar por várias vezes uma forma de se proteger de possíveis e concretas ameaças à sua soberania. Nesse sentido, a aliança com Inglaterra serviu como um contrapeso, um escudo, um ponto de apoio. Foi uma arma contra a continentalização, contra as ameaças espanholas e francesas. Foi a nossa boia atlântica contra uma anexação à Espanha.

Com efeito, um Portugal estritamente europeu, amputado do seu Império e do auxílio inglês teria como destino uma agregação à sua vizinha e, como tal, uma continentalização em detrimento da sua forte vertente atlântica e, daí a sua visão do além-mar como forma de proteção, algo que se estenderá desde a idade média até ao fim do Estado Novo.

Contudo, apesar de vantajosa, a Aliança inglesa foi também motivo de alguma fricção entre os dois países. Os exemplos nos quais me debruço em seguida, apesar de um pouco descritivos e de não serem o objetivo da presente dissertação, espelham um pouco o modo como as relações entre os dois países foram tão úteis e, também, motivos de quezílias. É claro que os episódios que se retratarão são um pequeno (grande) exemplo, pois não existe espaço numa dissertação para retratar cada pormenor desta relação com mais de 600 anos.

Ora vejamos:

A experiência dramática da Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714), teve impacto na política externa portuguesa. D. João V optou por atuar na base de “relações estáveis e pacíficas”¹³. De igual modo, com vista em acabar com a visão secundária que o mundo tinha de Portugal – muito causada pela órbita inglesa, à volta da qual Portugal girava – o Monarca português impõe-se a passar uma imagem de Rei Sol lusitano, com grande fausto e opulência para a quais o ouro e diamantes do Brasil em muito vieram contribuir, “mas nada comparável à divinização régia de que foi objeto o monarca francês”¹⁴.

Espanha, apesar dos tratados de paz, não perde a sua apetência pelo território português, ambição que se mantém durante muitos anos, gerando conflitos diplomáticos muitas vezes

¹² Braga da Cruz, M (2015). *Política Comparada*. Lisboa: Cruz Editores.

¹³ Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Congresso de Utrecht*. Disponível em:

<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=523:congresso-de-utrecht&catid=119> (Consultado a 26/06/2020)

¹⁴ Veríssimo Serrão, J. (1982). *História de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. V, pp. 235-236.

impetuosos que, não fosse a intervenção da nossa aliada britânica, teriam dado aso a guerras. Aliás, a este constante apoio inglês podemos apontar algo dicotómico. Se, por um lado, de muito nos valeu nos diversos momentos da nossa história o auxílio da poderosa Inglaterra, por outro, Portugal encostou-se demasiado à força britânica, fazendo, através dela, frente à Espanha e à França. É também verdade que, dados os enormes interesses que a Inglaterra detinha em Portugal, quase que se lhe impunha essa defesa.

A França, como sempre oposta à Inglaterra, tentou, por várias vezes, obter uma separação anglo-lusa e ser ela a “protetora” de Portugal, com os benefícios daí retirados. Existia no Rei Sol e seus sucessores uma inveja da influência inglesa exercida no comércio de Portugal, algo que era almejado pelos franceses que se manteve ao longo da história.

A Espanha que, pelo Tratado de Utreque, perdeu todas as suas possessões em Itália e Países Baixos, impõe-se à Sardenha, Palermo e Messina e reivindica o trono francês, o que leva à formação de uma aliança entre Inglaterra, França, Holanda e o Sacro Império, tendo-se estipulado a inclusão de Portugal. A neutralidade, de que D. João V era partidário, rapidamente evoluiu para uma declaração de guerra ao país vizinho, já que a Espanha, como resposta à inclusão de Portugal na aliança, embarga navios portugueses nos portos da Galiza e recusa pagar-nos as 600.000 patacas que o tratado de 1715 lhe impunha. Como a Inglaterra e o Império devastavam as suas forças na Galiza e Sicília, Espanha cede às exigências portuguesas.

No entanto, estas cedências envergonharam a administração espanhola e, em 1735, a Embaixada portuguesa em Madrid é vítima de represálias, sendo esquecidas as imunidades diplomáticas. Como resposta, acontece o mesmo na Embaixada espanhola em Lisboa e a fronteira vê-se carregada de forças de Filipe V.

Mais uma vez, D. João V busca a solução junto de Inglaterra que envia uma armada sob o comando do Almirante John Norris, chegada a Lisboa a 9 de Junho. Juntamente com o Embaixador Tirawley, é tentada a reconciliação entre as duas nações, conseguida a 16 de Março de 1737.

O Imperador Carlos VI vem a morrer a 20 de Outubro de 1740. A sua morte é tida como a causa do desenrolar da Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748). O conflito bélico vem a terminar a 18 de Outubro de 1748, com a assinatura do Tratado de Aquisgrão. Contudo, tal assinatura não refletia uma paz sólida entre as tradicionais inimigas França e Grã-Bretanha.

De facto, tal como Portugal e Espanha haviam feito, Inglaterra e França também queriam criar um poder colonial nas Américas e na Índia. Nestes conflitos de interesses, os britânicos

conseguiram subjugar os franceses. Neste cenário, o governo de Luís XV reorganiza as suas ambições e foca-se na Polónia. (O monarca francês tinha desposado, em 1725, a Princesa Maria Leszczyńska, filha do Rei Estanislau I da Polónia, deposto do seu trono 16 anos antes).

Com os embates anglo-franceses na América, a Inglaterra temia que a Gália tomasse Hanôver e enceta um fortalecimento das relações diplomáticas com a Prússia, aliada de França. Esta aproximação foi bem recebida pelos prussianos, já que Inglaterra desfrutava de prestígio junto da corte da Rússia e, deste modo, poderia impedir uma aliança russo-austríaca. A 16 de Janeiro de 1756, Jorge II e Frederico II assinam o Tratado de Westminster de forma a garantir a integridade do território prussiano, marcando aquilo que ficou conhecido pela Revolução Diplomática de 1756¹⁵. Estava iniciado o conflito que a história batizou de Guerra dos 7 Anos.

O Marquês de Pombal, seguindo a política de neutralidade, apenas oferece uma mediação portuguesa no conflito. No entanto, como já era apanágio francês, Luís XV tenta colocar-nos a seu lado contra a poderosa Inglaterra, não cedendo Pombal a tais tentativas. Contudo, em 1759, a Inglaterra viola a integridade territorial portuguesa ao combater uma frota francesa nas costas algarvias. Ao ser destroçada, alguns dos seus barcos vêm refugiar-se junto da costa, perseguidos pelos navios ingleses, entre trocas de fogo, apreendendo alguns dos mesmos.

O Conde de Merle, Embaixador francês em Lisboa, informa o seu Governo que Portugal havia apoiado e protegido a armada fustigada pelos ingleses¹⁶.

O Ministro da Guerra William Pitt, inteirando-se da ocorrência, inquieta-se com uma possível aproximação do nosso país à França e, rapidamente, apresenta em nome do Rei inglês os votos da mais alta estima por Sua Majestade Fidelíssima e que iria reparar os danos causados.

O Secretário de Estado, Duque de Choiseul que tinha até então seguido uma política de aproximação ao Governo português, a 2 de Março de 1760 exige a Portugal satisfações sobre os navios franceses tomados pelos britânicos e que se tal não acontecesse, o nosso país veria uma resposta gálica. D. José I pede apoio a William Pitt que prontamente satisfaz o pedido.

Entretanto, à aliança franco-austríaca junta-se o Império russo e a Suécia. A 5 de Agosto de 1761, com a morte da Rainha D. Maria Vitória de Portugal – espanhola por nascimento – e do Rei Fernando VI de Espanha, em 1758 e 1759, respetivamente, Paris e Madrid assinam uma

¹⁵ Consistiu na reformulação do tradicional sistema de alianças entre as nações da Europa. Inglaterra sempre foi aliada da Áustria e a França da Prússia. Com a firmação de Westminster, a Prússia vira as costas ao seu sequaz, que responde com uma aproximação austríaca - que não estaria disponível para proteger o território de Hanover contra uma invasão francesa – através da assinatura do Primeiro, Segundo e Terceiro Tratados de Versailles.

¹⁶ Brazão, E. (1940). *Relance da História Diplomática de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.

aliança entre os diferentes ramos da casa de Bourbon. Conhecido por “Pacto de Família”, este tratado visava – unindo as forças francesas, espanholas e parmesãs – contrabalançar a superioridade da marinha da Grã-Bretanha. Para além desse pacto, é assinada uma convenção secreta entre França e Espanha onde esta última se obriga a declarar guerra a Inglaterra no primeiro de Maio de 1762¹⁷.

Portugal recebe destes aliados um *ultimatum*, segundo o qual o Rei de Portugal deveria juntar-se-lhes na causa bélica contra Inglaterra. O Marquês de Pombal, sábia e dignamente, rejeita a junção portuguesa a tal campanha sem ter uma razão justa. O apoio militar que Inglaterra havia prometido ia-se edificando, enquanto D. José organizava as suas tropas. Dava-se início à Guerra Fantástica, como ficou conhecida a participação de Portugal na Guerra dos 7 Anos. Apesar das invasões espanholas de algumas cidades portuguesas, dada a exímia arte militar do Conde de Lippe, de George Townshend, Vicente da Silva e outros, a que se somou o patriotismo e arrojo de camponeses e locais, as forças do Pacto sofreram uma estrondosa derrota e a paz é assinada em Fontainebleau, a 3 de Novembro de 1762, ratificada no ano seguinte.

O fim da Guerra dos 7 Anos ficou definido pela assinatura dos Tratados de São Petersburgo, de Paris, de Hubertsburg. Por estes se firmou a expansão britânica na América e a perda da influência francesa na Índia.

Também já no século XIX, a Aliança Luso-Britânica viu momentos altos e baixos. A ajuda mútua foi crucial neste período. Em contrapartida, as mesmas relações adquiriram uma tonalidade hostil.

Na verdade, após a revolução francesa de 1789 e a proclamação da sua primeira república, é enviado à Inglaterra o diplomata Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1791), com o intuito de obter a neutralidade inglesa na crescente perturbação das cabeças coroadas europeias, declarando que o novo governo em nada defendia a migração das ideias revolucionárias pelo continente e que não teria como objetivo a expansão territorial, tanto na Europa, como fora dela¹⁸. No entanto, como se veio a verificar, tais promessas eram frívolas.

Em 1793, aterrorizados com um possível alastramento dos ideais revolucionários, vários monarcas do continente declaram guerra à nova república francesa. Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra formam a chamada Primeira Coligação contra a França revolucionária e,

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ Brazão, E. (1940). *Relance da História Diplomática de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, p. 179.

dos vários ataques à nação napoleónica, destaca-se a Campanha do Rossilhão (1793-1795), onde Portugal auxiliou com as suas forças o exército espanhol. Sem conhecimento do Governo português, a 22 de Julho de 1795 a França e a Espanha assinam o Tratado de Basileia que põe término ao conflito.¹⁹

Espanha era agora aliada de França, reforçada com o Tratado de Santo Ildefonso de 1796 e, como não houve participação portuguesa no recém-assinado tratado, a república francesa – com o apoio da nova aliada –, mantinha-se em estado de guerra contra o nosso país. Mais uma vez, a escolha portuguesa da política da neutralidade nos conflitos sairia furada: França assinaria a paz com Portugal se este abandonasse a aliança com Inglaterra, fechasse os seus portos aos britânicos, facilitasse o comércio francês tanto no continente, como no Brasil, indemnizasse a nossa vizinha peninsular de prejuízos causados e, por fim, definisse os limites fronteiriços com a mesma.

Portugal vê-se metido numa encruzilhada. Se cedesse ao ultimato franco-espanhol, as colónias lusas, da maior importância para o país, seriam atacadas por Inglaterra que dominava os mares; se se mantivesse pró-britânico, veria o seu país arrasado por dois gigantes europeus.

A demora portuguesa na análise da situação, dada tamanha afronta francesa levou ao ajuntamento de forças espanholas junto à fronteira, ocupando alguns territórios portugueses.

Esta guerra, que a história apelidou de Guerra das Laranjas, terminou a 6 de Junho de 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz. Tendo sido de curtíssima duração, “esta guerra não foi sentida nem por portugueses nem por espanhóis, uns e outros conscientes de que a estavam fazendo por conta de interesses alheios. Assim o duque de Lafões, comandante das tropas portuguesas, com a autoridade e a independência que lhe advinham da idade, da riqueza e da hierarquia, terá dito ao general espanhol Francisco Solano: «Para que nos havemos de bater? Portugal e a Espanha são duas bestas de carga. A Inglaterra nos excita a nós, e a França vos aguilhoa a vós. Agitemos e toquemos, pois as nossas sinetas; mas, pelo amor de Deus, não nos façamos mal algum”²⁰.

Com a celebração do Tratado com a Espanha e outro com a França, Portugal era obrigado a fechar os seus portos aos ingleses e abri-los à República e aliados, rever a fronteira do Brasil, permitindo, desse modo, um alargamento da Guiana Francesa e desistir a favor de Espanha da vila de Olivença, devendo esta devolver-nos os territórios da Juromenha, Arronches, Portalegre,

¹⁹ Ver Santos Silva, E. (2015). *Talleyrand. O Homem e o Diplomata*. Lisboa: Alêtheia Editores, p.156 e seguintes.

²⁰ Soares Martinez, P. (1992). *História Diplomática de Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, p. 278.

Castelo de Vide, Barcarena, Campo Maior e Ouguela. “O tratado estabelecido com a França tinha um suplemento onde se observavam determinadas condições secretas e em que Portugal se comprometia a pagar uma elevada indemnização à França, avaliada em cerca de 15 milhões de libras tornesas, metade em dinheiro e metade em joias, cujo pagamento devia ser efetuado em Madrid no prazo de quinze meses depois da troca das ratificações.”²¹

Do lado francês, a assinatura foi feita por Luciano Bonaparte. No entanto, quando Napoleão se apercebe de que o recente tratado não incluía uma cláusula referente a uma possível ocupação de certas províncias portuguesas, insurge-se contra tal assinatura e não ratifica o selo diplomático.

Repudiado o acordo de Badajoz, Napoleão dá a ordem a Gouvion Sain-Cyr para que, em conjunto com o exército espanhol, todo o norte de Portugal fosse tomado. O ministro de Carlos IV, Manuel de Godoy, recusa participar em tal campanha, já que o mais importante tinha sido conseguido: fechar os portos portugueses aos navios britânicos. Se França insistisse nesse desígnio, Espanha avaliaria a entrada de tropas no país espanhol (com o propósito de chegar a Portugal) como uma invasão do seu território.

Napoleão atribui poderes a seu irmão Luciano para dar início às negociações de paz franco-lusas e, alterando algumas cláusulas do Tratado de Badajoz, a indemnização devida à França aumentava em mais 5 milhões, tal como o território americano deveria ser mais revisto, de forma a aumentar a possessão francesa. Cipriano Ribeiro, o Diplomata português, encarregue das negociações, opôs-se, esperando que a paz que estava sendo assinada entre Inglaterra e Napoleão, ajudasse a posição portuguesa.

A 29 de Setembro de 1801 era assinado com a França o Tratado de Madrid e, a 25 de Março do ano seguinte, o acordo de paz anglo-francês, na qual a nossa aliada exigia a integridade de todos os territórios de Portugal. Era a Paz de Amiens.

Atingida a paz no continente europeu, França envia para Lisboa o General Lannes como seu embaixador, cuja conduta tudo dificultou. Como descreve Soares Martinez, na obra citada, “a arrogância, a impertinência, a falta de escrúpulos deste general francês criaram constantes dificuldades aos governantes portugueses e aos membros da família real, que o suportavam e lhe satisfaziam as ambições mais sórdidas pelo receio de desagradar ao cônsul Bonaparte, que já se aproximava da dignidade imperial e cujo poder constituía ameaça constante para Portugal.

²¹ Custódio Madaleno Geraldo, Coronel J. (2008). Relações Diplomáticas de Portugal no Tempo que Antecede a Invasão de Junot. *Revista Militar*, [online], (2482). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/349> (Consultado a 1/07/2020)

Por exigência de Lannes foram afastados os ministros e altos funcionários tidos por desfavoráveis à França. Esta ação preparou o País para aceitar um domínio francês; e ajuda a explicar certas atitudes que vieram a ser definidas em 1807, quando, após uma luta diplomática de bastantes anos, não foi possível evitar a invasão francesa.”²² O nosso representante em Paris, Sousa Botelho, reclama insistentemente acerca da conduta de Lannes, ao que Talleyrand promete que iria resolver a situação junto de Napoleão.

Entretanto, as quezílias entre França e Inglaterra acerca da ilha de Malta, reacendem a guerra em Maio de 1803 e Portugal volta a ver-se na mesma encruzilhada. D. Lourenço de Lima, o nosso ministro plenipotenciário junto da corte de St. James, tenta obter auxílio militar, mas a resposta inglesa ficou longe de ser concreta.

Não existindo apoio bélico britânico, a solução seria a negociação de uma neutralidade junto de Paris. Essa imparcialidade no conflito foi conseguida a 19 de Março de 1804, mas com consequências financeiras e comerciais dramáticas para o nosso país. Nesse ano, Napoleão autoproclama-se Imperador e envia o General Junot para Lisboa, enquanto Embaixador.

Já tendo conseguido que Espanha se juntasse a si numa guerra contra Inglaterra, Napoleão, por mão do seu ministro plenipotenciário em Portugal, insta Portugal a fazer o mesmo, fechando os seus portos aos navios ingleses.

O Príncipe Regente recusa tal coisa, pois, como já é sabido, fazendo frente à Grã-Bretanha, os domínios portugueses espalhados pelo mundo, seriam atacados e tomados pela mesma. Valeu-nos a derrota francesa e espanhola em Trafalgar para amenizar a tentativa de invasão do nosso país.

Em agosto de 1806, uma armada inglesa comandada por Lord Rosslyn, chega a Lisboa para apoiar Portugal na sua defesa.

Depois da derrota da Prússia na Batalha de Iena e a assinatura dos Tratados de Tilsit, a França conseguiu que tanto a Prússia, como a Rússia, seguissem a ideia de um bloqueio contra a Inglaterra. A 19 de Julho de 1807, Talleyrand, segundo comandos de Napoleão, íntima Portugal a fazer o mesmo e, se tal não acontecesse até 1 de Setembro, veria o seu território invadido.

A invasão era certa. Os cofres portugueses não aguentavam o fecho do comércio marítimo, do qual Inglaterra era o mais importante, para além de que não poderia fazer frente à sua velha aliada. A 22 de outubro de 1807, era assinada a Convenção Secreta entre D. João e Jorge III,

²² Soares Martinez, P. Ob. cit., p. 217. Ver também Santos Silva, E. (2019). *A Coroação de D. João VI*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

onde se estabelecia a transferência de soberania e a ocupação da ilha da Madeira pelos britânicos – essencial na manutenção das rotas de navegação - e o compromisso de fazermos um vantajoso tratado de comércio com a Inglaterra depois do Governo português se instalar no Portugal americano. Estes factos aceleraram o processo de instauração do liberalismo em Portugal, que viria a rebentar anos mais tarde.

Deu-se início às tão conhecidas invasões francesas.

As tropas de Junot entram por Portugal, ocupando a capital Lisboa e a região central. Esta invasão durou nove meses, tendo terminado com a vitória do Duque de Wellington no Vimeiro. As negociações da retirada francesa ficaram a cargo de Sir Hew Dalrymple, que veio substituir Wellington. A sua atuação revelou-se desastrosa, não informando a administração portuguesa sobre as suas decisões e não protegendo os saques que os franceses haviam feito, tendo Portugal perdido inúmero património para o Império Napoleónico.

Perante este cenário, Portugal pede a sua substituição, sendo revezado por William Beresford que, com tanto primor e excelência, treinou as tropas anglo-lusas. Tarefa difícil já que a recente atuação de Junot havia aniquilado qualquer organização militar existente, tendo mesmo Beresford comentado que “a confusão e o caos que vim encontrar são indiscreíveis”²³, para além da avançada idade dos oficiais portugueses.

Em Maio de 1809, as críticas feitas pelo militar inglês ao exército de que dispunha eram pavorosas. 4 anos mais tarde, tais pareceres deram lugar aos maiores elogios de bravura, organização e camaradagem. Tal sucesso de organização das tropas deu origem a inúmeros êxitos, tanto na segunda, como na terceira invasões francesas, sofrendo Soult e Massena derrotas que os haviam de fazer recuar para lá das fronteiras. Esses feitos foram reconhecidos pelos 6 Governadores – o Patriarca, o Marquês Monteiro-Mor (Marialva), o Conde de Redondo, Charles Stuart e o Doutor Ricardo Raimundo Nogueira, antigo Professor da Universidade de Coimbra – louvando o firme auxílio britânico, em especial do “ilustre Wellington”, pelo seu mérito militar e do “zeloso e infatigável Beresford”, pelo disciplinar e organização das forças portuguesas²⁴.

Conquanto o auxílio inglês na manutenção da soberania e integridade territorial portuguesas seja notável, o apoio britânico prestado a Portugal, durante e após as invasões francesas, tinha,

²³ Livermore, H.V. et al. (1973). 600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa/600 Years of Anglo-Portuguese Alliance. Editado pelo Governo Britânico, em associação com a British Broadcasting Corporation e com a Canning House, p. 37.

²⁴ Veríssimo Serrão, J. (1982). *História de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VII, p. 94.

claro, contrapartidas. “Nenhum país derrama o seu sangue por outro, apenas, por altruísmo; não foi, unicamente, por motivos de amizade que a Inglaterra mandou os seus exércitos defender as linhas de Torres Vedras (...)”²⁵, escreveu Michael Derrick. Embora coagidos a fazê-lo ao abrigo da aliança, apenas disponibilizaram forças e recursos à aflição portuguesa porque, daí, tiraria vantagens para o seu país, nomeadamente, vantagens comerciais. Aliás, tal aproveitamento, ficou estipulado no Tratado assinado entre as duas coroas, a 19 de Fevereiro de 1810. Com o intuito de “estabelecer «sobre as bases mais estáveis, mais liberais e de mais perfeita igualdade», a futura felicidade de ambas as nações”²⁶, o acordo continha 34 artigos onde o favorecimento inglês era bem visível.

A nível comercial e industrial, tal acordo foi extremamente vantajoso para Inglaterra e não tanto para Portugal. As exportações britânicas para Portugal eram alvo de um enorme protecionismo, o que afetava o comércio da metrópole e Brasil. Veríssimo Serrão faz, ainda, um apontamento – na obra supracitada – acerca desse danoso tratado. Após assinatura de paz com França, o esperado avivar do comércio entre os dois países não aconteceu dada a diminuição das manufaturas portuguesas e consequente desemprego, causados por tal assinatura. Esta situação contribuiu para a deterioração das relações entre os dois países, sustentadas em grande parte pelo esforço do Conde de Palmela no palco londrino. O que não veio facilitar a situação terá sido a falta de esforço de Inglaterra na obtenção do direito português a uma forte indemnização dos custos de guerra, aquando da assinatura do Tratado de Paz. Esse esquecimento dos interesses dos aliados no teatro diplomático internacional, foi algo que o Conde de Tarouca já apontara 100 anos antes, aquando das negociações de paz da Guerra de Sucessão Espanhola.

Também na questão da independência do Brasil, as relações entre Portugal e o Reino Unido foram importantes. Seguindo a sua política de não-intervenção, a ilha britânica não interferiu em nada na independência do Brasil, ao contrário da sua atuação no que respeitou à emancipação das colónias espanholas, opondo-se à intervenção das potências pertencentes à Pentarquia²⁷. Contudo, a independência das colónias dos outros países europeus era-lhe bastante vantajosa, podendo-se expandir nesses mercados essencial para a sua crescente indústria. De facto, ao romper com a Santa Aliança – tornando-se, então, rival de Metternich – o Ministro dos Negócios Estrangeiros, George Canning, deu à Inglaterra uma forte orientação

²⁵ Derrick, M. (1940). *A Guerra e a Aliança Luso-Britânica*. Lisboa: Livraria Bertrand, p. 7.

²⁶ Veríssimo Serrão, J. (1982). *História de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VII, p. 126.

²⁷ Com a adesão de França e Inglaterra à Santa Aliança, constituiu-se, em 1818, a Pentarquia: uma aliança das cinco grandes potências europeias, com propósitos semelhantes aos da Santa Aliança.

política, estabelecendo-a como árbitro do novo Império brasileiro e das repúblicas americanas, com os quais exerceu tratados comerciais de suma importância.

Neste período, mesmo que não se afigure como tal, a Inglaterra portou-se com “firmeza e lealdade”²⁸ para com o nosso país. O ministro inglês em Lisboa, Lord Thornton, comunicava ao Marquês de Palmela um despacho de Canning, de 23 de dezembro de 1823, onde constava a impossibilidade de reaver a soberania portuguesa sobre o Brasil e que Inglaterra nada podia fazer quanto a isso, mas podia prestar a sua mediação para qualquer modelagem favorável ao nosso país. Aliás, o Governo inglês comunica que só reconheceria a administração brasileira depois de Portugal o fazer.

Contudo, o aproveitamento comercial das novas colónias nas Américas gerou uma indignação em Portugal contra os ingleses o que, com uma simpatia diplomática francesa, surgia, de novo, uma luta de influência franco-britânica no nosso país. E, de facto, a ameaça da política gaulesa de aproximação a Portugal inquietava a Grã-Bretanha. Contudo, a hábil diplomacia de Charles Stuart permitiu uma calma, e algo frutífera para Portugal, negociação da independência do Brasil. Tal apoio inglês levou a um estreitar das relações entre os dois países.

Contudo, ainda neste século XIX, as relações anglo-portuguesas se veriam fortemente degradadas.

Após 1822, os conflitos coloniais entre Portugal e Inglaterra foram acentuados pelas exigências britânicas para a supressão do tráfico de escravos por Portugal e pela aspiração portuguesa em aumentar os territórios em África, nomeadamente a Norte de Luanda, à qual Inglaterra se opunha veementemente. Esta e outras questões territoriais, que feriam a autoridade portuguesa sobre os seus territórios, colocaram em causa, mais do que uma vez, o futuro da aliança. O próprio D. Pedro V, sobre isso mesmo escreveu ao seu Ministro Fontes Pereira de Melo: “A Inglaterra devia compreender as vantagens de não deteriorar as suas relações com uma nação forçada a ser fiel aos seus compromissos, mas que, num belo dia, poderá ter a tentação de se revoltar contra o seu passado”²⁹.

Na Conferência de Berlim (1884-1885), Portugal viu as suas reivindicações julgo que muito goradas, tendo-se, então, virado para as suas pretensões de ligar Angola e Moçambique de forma a criar uma comunicação entre os dois territórios, facilitando o comércio. Para tal, apresentou o famoso “Mapa Cor de Rosa”. Contra o que seria expectável, a Inglaterra contesta

²⁸ Hermenegildo de Sousa, C. (1939). *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus, p.163.

²⁹ Andresen Leitão, R. (1961). *Cartas de D. Pedro V Aos Seus Contemporâneos*. Lisboa: Livraria Portugal, p. 307.

tal projeto e apresenta o tão conhecido e desastroso “*ultimatum*” em 1890, colocando em causa a relação anglo-portuguesa e a Monarquia Lusa já que, ao ceder às exigências britânicas, os movimentos republicanos ganharam furor.

Contudo, as divergências entre os dois países não estavam perto de fim. Inglaterra e Alemanha, cientes da “total incapacidade política, económica e militar de Portugal, quanto à conservação das colónias”³⁰, assinam um tratado em 1898, segundo o qual, se Portugal não cumprisse as suas obrigações financeiras para com as duas potências, estava prevista a entrega das suas colónias como meio de pagamento. Felizmente para o nosso país, tal tratado nunca chegou a ser implementado e, a 14 de Outubro de 1899, era assinado o Tratado de Windsor - fruto de uma hábil diplomacia de D. Carlos, que lhe era apanágio – no qual Inglaterra renovava as suas garantias de proteção a Portugal e o seu vasto império.

Portugal e Inglaterra, dois países seculares, unidos diplomaticamente por uma aliança também ela multiseular, viram até aqui as suas relações fortemente estremecidas por alguns episódios com culpas dos dois lados. Se se concluiu que, nos fins do século XIX a aliança já não teria a mesma importância que outrora, era ainda geradora de interesses para os dois lados. Contudo, Portugal viu-se forçado a tonificar laços diplomáticos com outros países e a fortalecer o seu Exército.

Já no século XX, o mesmo século que viu a República Portuguesa ser reconhecida “de facto” e “de jure” pelo Reino Unido a 10 de Novembro de 1910 e 11 de Setembro de 1911, respetivamente, viu também, no decorrer das duas Guerras Mundiais, da Guerra Civil de Espanha, da Guerra Colonial portuguesa e da Invasão da Índia Portuguesa, a Aliança ser invocada, umas vezes dando frutos, outras problemas entre os dois países.

Portugal, fraco militar e economicamente, não ambicionava ver-se envolvido em conflitos internacionais. No entanto, a realidade ultramarina levou o nosso país a selar a sua entrada no cenário europeu. Portugal entra no conflito para proteger as suas possessões, essencialmente Angola e Moçambique, contíguas a colónias alemãs. De facto, a existência de duas convenções secretas entre a Inglaterra e a Alemanha para uma possível divisão do Império português no término do conflito, fundamentou os receios do Governo. Efetivamente, previa-se que a guerra terminasse numa paz negociada e, nessa negociação, Portugal temia que as suas possessões ultramarinas fossem utilizadas na mesa das negociações.

³⁰ Fernando Machado Barroso, Coronel L. (2008). A Diplomacia 1890-1910: A Chave Para A Manutenção do Império Africano. *Revista Militar*, [online], (2476). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/288>

Por outro lado, pretendia-se uma distinção entre as políticas externas portuguesa e espanhola. Nesse sentido, se Espanha seguia uma política de neutralidade, Portugal deveria mostrar que, era uma República que se mantinha ao lado da sua aliada – Inglaterra – e das potências beligerantes que a acompanhavam³¹. De facto, “o exército português é o único que vem em auxílio dos exércitos britânico, francês e belga na Frente Ocidental”³².

Ainda neste ponto, o medo de um alinhamento de Inglaterra com a Espanha de Afonso XIII – “o qual sonhou sempre interferir em Portugal”³³ – originou a ideia de que a intervenção militar era a melhor arma para confirmar a aliança e “forçar a Inglaterra a dar testemunhos públicos de consideração para Portugal”³⁴.

A desordem, a fome e o caos social internos que se vivia no período do regime republicano, foi também algo que levou Portugal a entrar na guerra, almejando atingir a união do povo em torno da república.

Antes da decisão final, Portugal, com dificuldades financeiras e sem poder recorrer a crédito para tal – Afonso Costa acreditava ser a beligerância uma garantia de acesso a recursos e créditos -, já que os países se encontravam em guerra, Portugal não conseguia desenvolver a sua artilharia e exército. Essa terá sido, também, algo que ia, como tal, satisfazendo os pedidos ingleses, sem entrar em contendas com a Alemanha. Contudo, veio esta a atacar as nossas possessões em África. Inglaterra, por intermédio do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sir Eduard Grey, comunica que não tinha capacidades para defender os territórios lusitanos e que, como tal, Portugal deveria reorganizar e reservar as tropas para a defesa da pátria.

Em setembro desse ano, a França, enquanto aliada, pede ao Governo português apoio de artilharia. Tal pedido significaria uma declaração de guerra, sem ser ao abrigo da Aliança. A Inglaterra, mais tarde, faz o mesmo pedido, ao qual Portugal não acede dadas as necessidades de defesa própria. Esta decisão vem a causar um levantamento popular contra o governo, acusando-o de se acobardar e de não respeitar os seus compromissos perante a Aliança. Vendo que a neutralidade no conflito era já quase impossível, Inglaterra induz que, havendo declaração de guerra, que seja à margem da Aliança, o que o Governo português recusou³⁵.

³¹ Site da RTP. *Razões da entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/entrada-portugal-1-guerra-mundial/>

³² Ibid.

³³ Ramos, R. (coord.) (2010). *História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 605.

³⁴ Ibid., p. 606.

³⁵ Afonso Costa era apologista de que Portugal só deveria entrar na Guerra ao abrigo da Aliança, o que não era inédito dada a política externa do Portugal republicano que dava primazia às boas relações com

“Os portos lusos foram uma opção aparentemente sensata para os vapores alemães dada a aparente “neutralidade” portuguesa e a respetiva posição-chave de Portugal continental no contexto atlântico (...)”³⁶. Ao abrigo da Aliança luso-britânica, Portugal requisita todos os navios alemães fundeados em território português e, como resposta, o ministro alemão entrega, a 9 de Março, no nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros a declaração de guerra. Portugal era oficialmente uma nação beligerante e estaria ligado ao destino de Inglaterra.

O estado das relações anglo-portuguesas, neste período, era díspar. No que toca à entrada de Portugal na guerra, surgiram os seguidores evolucionistas de António José de Almeida – defensores da entrada do nosso país no conflito internacional, enquanto fiel aliado de Inglaterra. Manuel de Brito Camacho, chefe da União Republicana, perfilhando que a participação de Portugal no conflito deveria ser em África, onde a Alemanha ameaçava entrar e não em França, afastando-se, por isso, do Governo da União Sagrada³⁷. Defendia, contudo, o apoio à aliada britânica no que fosse possível e, com isso, atingir uma posição neutra – e, por fim, os democráticos e intelectuais republicanos, de onde se destaca o jornalista e político João Pinheiro Chagas – defensores da participação lusa no conflito enquanto forma de eliminação da imagem de protetorado inglês.

Como se vê, as relações bilaterais no seio político – política essa onde os Governos portugueses estavam em contante mutação - era algo confuso e não concreto, característica do estado em que Portugal se encontrava.

Por sua vez, uns anos mais à frente, em Espanha, a 16 de fevereiro de 1936, as eleições ditaram a vitória da Frente popular, ligada ao partido republicano, a comunistas e socialistas.

Portugal e Espanha, que vinham aproximando-se diplomaticamente desde o fim da guerra, com os encontros oficiais entre lá e cá, viram-se afastados novamente. De facto, esta vitória eleitoral instalou o medo junto dos quadros conservadores espanhóis e, também, portugueses. Em março do mesmo ano, António de Oliveira Salazar pede a Armindo de Sttau Monteiro que demonstrasse ao Foreign Office as preocupações portuguesas pelo crescimento da esquerda no seu país vizinho e o temor de uma possível invasão espanhola.

Inglaterra de modo a consolidar o novo regime a nível internacional. De facto, nenhum Estado europeu reconheceu a República Portuguesa antes de Inglaterra em 1911, após a eleição de Manuel de Arriaga.

³⁶ Castro Brandão, M. (2018). Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918). *História – Revista da FLUP*, [online] (8), Nº 2, p.58. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5254/4933>

³⁷ Seis anos depois da implantação da República, toma posse o 13º Governo, liderado por António José de Almeida. Acontecia algo inédito: uma aliança dos dois principais partidos políticos, rivais entre si, o Partido Evolucionista e o Partido Democrático.

A política externa portuguesa não tinha mudado muito com Oliveira Salazar: apesar de recusar a perda da autonomia relativa da política externa, a fidelidade à aliança anglo-portuguesa era algo imperturbável. Escreveu o próprio: “(...) Nasceu ainda do mesmo caráter de potência atlântica a aliança inglesa, que interesses comuns têm mantido através dos séculos, (...). Quando estivermos bem compenetrados de que a Aliança com a Inglaterra não é nem uma tutela nem uma fiança da nossa ação política interna e externa, não recearemos as atitudes equívocas ou subservientes nem a dimensão da nossa ação internacional, antes havemos de trabalhar por valorizar ao máximo aquele apreciável instrumento político: visto que temos de dar, havemos de saber exigir”³⁸.

Contudo, Salazar tentou, quase que desesperadamente, obter uma posição clara de Inglaterra acerca da situação espanhola e dos perigos que uma evolução do comunismo abarcava para Portugal. Com efeito, se a nova política espanhola influenciasse de algum modo a política interna de Portugal, quem ganhava com isso seria a URSS com prejuízo para Inglaterra, como muito bem aponta Cesar Oliveira na obra supracitada. Salazar pretendia que a Inglaterra se inteirasse dos riscos que esta corria e que auxiliasse numa conspiração contra a nova república espanhola, mas de modo a que as relações entre Portugal e Espanha não fossem lesadas mais do que o estritamente necessário. A aliança luso-britânica era, deste modo, a arma do Estado Novo contra um possível crescimento das tensões com Espanha.

Anthony Eden e o Foreign Office, analisaram as preocupações de Portugal e acabaram por compreender as suas posições. A posição geográfica de Portugal continental e ilhas eram de suma importância para as rotas britânicas e, uma mudança na doutrina diplomática portuguesa que colocasse em causa a secular aliança, seria desastrosa para Inglaterra. Se duvidas houvesse, Rab Butler declara na Câmara dos Comuns que “a Aliança com Portugal permanecesse em pleno vigor, havendo por isso compromissos por parte da Grã-Bretanha de usar a força militar em defesa de Portugal e do ultramar português”³⁹.

Contudo, apesar de tal auxílio estar em cima da mesa, Eden, baseado no entender britânico de manter a ordem e paz internacional, adotou uma política de não intervenção à qual procurou uma adesão portuguesa. O Governo francês de Leo Blum apresenta uma proposta de um acordo multilateral, reunindo as administrações portuguesa, britânica, alemã, soviética e italiana. Portugal acaba por aderir, com grandes reservas, reservas essas que davam a Portugal uma

³⁸ Nota oficiosa de 20 de setembro de 1935, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, p.65. in Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, pp. 123-124.

³⁹ Estorninho, C. (1957). *Amizade e Aliança Entre Portugal e Grã-Bretanha*. Lisboa: Portugália Editora, p. 33. In Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, p. 126.

manobra de mestre para agir se fosse necessário. Resultado de uma diplomacia brilhante da administração portuguesa.

Aprovada a não intervenção na Guerra Civil, o exército republicano não tinha como se abastecer em armamento, tendo perdido a causa 2 anos depois. Contudo, a brilhante diplomacia suprarreferida, dava a Portugal largueza de movimentos e, sem romper relações com os signatários, especialmente com a sua velha aliada, foi através do nosso país que muitos apoios foram fornecidos ao exército franquista.

Salazar conseguiu, deste modo, manter a robustez do ainda jovem Estado Novo e fazer ver que a aliança com a Grã-Bretanha se mantinha importante para ambos os lados.

O surgir da segunda Grande Guerra em 1939 viria causar profundas mudanças na ordem internacional, causando um relativo declínio do poderio inglês que se reflete num enfraquecimento da Aliança Luso-Britânica, sendo substituída pelos Estados Unidos e a NATO como os parceiros determinantes para o nosso país no palco da segurança e defesa. Não significa isto, contudo, que a sua importância se tenha esvanecido. Mostrou-se relevante no conflito, mas a sua robustez foi posta em xeque, testada ao limite no desencadear e desenrolar da Segunda Grande Guerra.

Se a mera existência da aliança foi fulcral para a manutenção do Portugal ultramarino, o facto é que o seu valor foi posto em causa. O que manteve a Aliança em funcionamento foi um pequeno, mas grande alicerce: o arquipélago dos Açores. Contudo, fruto de inúmeros fatores, entre os quais a substituição do Reino Unido como a grande potência do Atlântico, lugar ocupado pelo emergente país americano, os Estados Unidos da América, a Aliança veio a perder pujança. Oliveira Salazar viu-se forçado a aproximar-se do país de George Washington, aproximação facilitada pela secular amizade com os britânicos. Amizade essa que, na visão inglesa, era, ainda, importante, como consta Moreli: “A afirmação de que Portugal deveria fazer parte da sua zona de influência e responsabilidade não era uma mera retórica vazia para os ingleses. Há muito tempo que eles mantinham uma forte posição económica e financeira que, na sua visão, deveria ser protegida”⁴⁰.

Quando rebentou o conflito, Portugal jogou todos os seus trunfos para conseguir a tão desejada neutralidade. Veja-se, a título de exemplo e, tal como nos aponta Neill Lochery, Portugal nunca deixou de fornecer volfrâmio à Alemanha, convencendo os aliados que a

⁴⁰ Traduzido de Moreli, A. (2017). The War of Seduction: The Anglo-American Struggle to Engage with the Portuguese Ruling Elite (1943–1948). *The International History Review*, [online] (40), issue 3, pp. 654-682. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07075332.2017.1283642>

interrupção do contrato de venda seria um forte motivo para uma ocupação alemã, até porque a Alemanha não podia abrir mão deste minério que Portugal detinha em grandes quantidades. De igual modo, ao ceder a base das Lajes aos aliados, convenceu os alemães que o fazia em função da Aliança luso-britânica e que, para além disso, essa concessão era uma contrapartida aos ingleses pelo fornecimento de volfrâmio à Alemanha⁴¹. A memória destrutiva da I Grande Guerra estava muito presente e Salazar não via grandes riscos neste conflito para o nosso país. Claro que tudo poderia mudar se a Aliança fosse evocada ou se essa ausência de riscos não se verificasse. Após consultado o Foreign Office, como já era hábito no nosso país, Londres deu o seu avale para a neutralidade lusa, anunciada a 1 de Setembro de 1939. De facto, dado o estado financeiro de Portugal e das suas forças armadas, a Inglaterra não via alguma vantagem da nossa beligerância no conflito. A grande preocupação britânica assentava numa possível entrada de Espanha na guerra, ao lado de Hitler. Uma beligerância espanhola significava uma possível perda da neutralidade lusa e da península ibérica. A imparcialidade da península era necessária, para evitar que os alemães atingissem Gibraltar e o Norte de África através da mesma.

Contudo, o avançar do exército nazi colocava em causa a integridade do nosso território e, desse modo, Oliveira Salazar optou por manter boas relações com a Alemanha, sem negligenciar a relação com Inglaterra. A “neutralidade rigorosa” que o Chefe de Governo pretendia e que Inglaterra negava, pretendendo uma “neutralidade colaborante”⁴² foi, com o avanço nazi, trocada por uma relação amigável tanto com os britânicos, como com os alemães, como já acima mencionado.

Em 1940, Churchill pede a Lisboa que atue como intermediário junto de Franco, de forma a dissuadi-lo de entrar no conflito. Foi, então, assinado um acordo entre os 3 países, segundo o qual Inglaterra fornecia mantimentos a Espanha, oriundos da África portuguesa e pagos através de acordos anglo-espanhois. A influencia de Salazar junto de Franco foi crucial para manter o país vizinho fora da beligerância europeia.

O volfrâmio, essencial para o armamento, era vendido em grandes quantidades pelo nosso país, tanto aos Aliados, como ao Eixo. Incitado pela Grã-Bretanha, Salazar bloqueia futuras vendas para a Alemanha, o que se revelou um desastre económico para as nossas contas.

Dadas as perdas no mediterrâneo e o interesse alemão nos Açores, Inglaterra começou a preparar uma ocupação do arquipélago, sem que Lisboa fosse consultada. A ideia de uma

⁴¹ Lochery, N. (2012). *Lisboa. A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz, 1939-1945*. Lisboa: Editorial Presença.

⁴² Ibid.

ocupação *vis absoluta* dos Açores e de Cabo Verde veio também dos Estados Unidos, concordando que deveria ser uma ação tomada pelos britânicos. Contudo, o Foreign Office era apologista de uma solução diplomática, invocando a velha Aliança. O acordo de cedência do arquipélago dos Açores foi assinado a 17 de Agosto de 1943, podendo os Aliados utilizar as suas instalações, em troca de assistência militar inglesa em caso de ataque alemão. Terminado o conflito, este devia ser abandonado pelas forças alheias a Portugal e a soberania portuguesa nas colónias era salvaguardada.

Como se vê, a antevisão dos problemas que os Aliados poderiam vir a ter no conflito foi essencial para o reavivar da Aliança, tendo este despertar sido essencial para a aproximação de Portugal à nova potência atlântica, os Estados Unidos.

O agradecimento ao nosso país foi mostrado. Portugal é convidado para membro fundador da NATO e na Associação Europeia de Comércio Livre, com enormes vantagens financeiras e geoestratégicas, já que, se no plano estratégico Portugal tinha de procurar novos parceiros dado o fim da hegemonia mundial britânica, no plano económico o mercado inglês era fundamental para as exportações lusas e, como tal, Portugal seguia as pegadas britânicas na entrada para a EFTA e para a Comunidade Económica Europeia. Estava aberto o caminho para um crescente multilateralismo. De facto, como aponta Kissinger, “com exceção de Portugal, Espanha, Suíça e Suécia, todos os países da Europa continental tinham sido ocupados por tropas estrangeiras numa ou noutra altura. Todas as Economias estavam exangues. E tornava-se evidente que nenhum país europeu (...) conseguiria moldar sozinho o seu próprio futuro”⁴³.

Na segunda metade do século XX, Portugal era cada vez mais coagido a nível internacional a libertar as suas possessões ultramarinas. Para a administração lusa, essas possessões não eram meras colónias, mas sim uma continuidade de Portugal além-mar, uma parte inseparável da identidade nacional ao contrário do caso inglês, espanhol, francês – com exceção de alguns territórios - e holandês. Desse modo, Salazar não se via inclinado a aceder a tais incitações. A descolonização britânica, iniciada no termino da Segunda Guerra Mundial, foi um sinal da europeização de um país falido devido ao conflito internacional, enquanto que Portugal se mantinha numa trajetória imperial. O país camoniano foi o último Estado europeu a largar as suas colónias, até porque a importância do Império para Portugal era muito maior do que o era para outras metrópoles europeias: terá sido a opção para não ser assimilado, a prazo, por uma Hispânia alargada, ao longo da história.

⁴³ Kissinger, H. (2017). *A Ordem Mundial*. Lisboa: Dom Quixote, 4ª Edição, p. 106.

Não obstante, a solução para evitar os horrores da guerra colonial, teria sido, numa visão interessante, conceder uma autonomia relativa a esses territórios, à semelhança dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, gerando-se uma *win-win solution*. Esta opção não teria um caráter de impossibilidade dada a revisão constitucional de 1971. Nesta, o artº 5º dispunha: “O Estado português é unitário, podendo compreender regiões autónomas com organização político-administrativa adequada à sua situação geográfica e às condições do respetivo meio social”⁴⁴. Acresce que Portugal, diversamente da França ou da Grã-Bretanha, não possuía a riqueza, os instrumentos necessários de diverso tipo, a deter um certo domínio indireto sobre os territórios colonizados, que dispensasse o domínio político e administrativo, como aliás se constata na parca legislação respeitante ao ultramar, “foram poucas (cerca de uma centena) as normas que integraram o direito constitucional colonial português, em sentido estrito, correspondente, digamos, à “constituição colonial formal” pertencente às Constituições de 1911 e de 1933”⁴⁵, sendo que “até ao período liberal, isto é, durante os séculos XVI a XVIII, faltou uma constituição colonial portuguesa unificada”⁴⁶.

Contudo, a persistência de Oliveira Salazar levou-nos para uma guerra com várias frentes. Na questão da Índia portuguesa, Salazar, pediu apoio logístico e militar ao Reino Unido para que pudesse evitar um ataque à possessão lusa. Contudo, a resposta britânica, além de negativa, tardou em chegar. Conquanto tivesse obrigações seculares com Portugal, a Índia pertencia à comunidade britânica, o que atou as mãos inglesas. Desta vez, a clássica dicotomia estava nas mãos de Inglaterra: por um lado, a amizade que nutria pela Índia, grande potência regional e membro da Commonwealth por outro, o velho aliado que, em fazer parte da NATO, poderia invocar o artº 4º, consultando os membros da aliança e, provavelmente, expondo as divergências entre os mesmos.

Com a crescente tensão, a Inglaterra tenta, por todos os meios, atingir uma solução pacífica. O Foreign Office torna público um comunicado segundo o qual o Gabinete pretendia “(...) exprimir ao Governo da Índia a sua sincera esperança de que não [houvesse] recurso à força ou métodos que necessariamente conduziram ao emprego da força nas possessões portuguesas”⁴⁷. Em apenas 1 dia, a Índia eliminou a presença portuguesa nos seus domínios, algo que Inglaterra já nos vinha avisando há algum tempo, tendo ela própria sido obrigada a sair.

⁴⁴ In Duarte Silva, A. (2019). *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914–1974)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, p.260.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 17.

⁴⁶ *Ibid.*, p.16.

⁴⁷ Cf. Discurso “O Caso de Goa”, pronunciado por Salazar perante a NA, a 30 de Novembro de 1954, reproduzido em *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1967)*, Vol. II. In Aires Oliveira, P.

Contudo, toda a atitude britânica é perfeitamente compreensível numa análise de alianças e acordos, sendo estes apenas assinados para favorecer os dois lados, mas com maior ênfase para o lado mais possante. De facto, pensar que Inglaterra abriria um conflito com a Índia para a defesa de uns meros territórios “seria tão absurdo quanto a Grã-Bretanha esperar que Lisboa declarasse guerra à Espanha para defender Gibraltar”⁴⁸. Não obstante, Oliveira Salazar não analisou a situação da mesma maneira e considerou a aliança numa grande crise, ferida pela “traição” inglesa. Aliás, que outra asserção podia fazer?

Se o mundo se apartava de certo modo de Portugal, o Reino Unido, apesar das inúmeras quezílias com o nosso país, ia contrabalançando essa alienação. O comércio entre os dois países era fortemente favorecido, atingindo “níveis superiores aos de sempre”⁴⁹; em 1957 deu-se aquilo que ficou conhecido como “A Visita do Século”, isto é, a viagem de S.M. a Rainha Isabel II a Portugal, tendo sido “a mais faustosa receção que a Soberana teve no estrangeiro, ao longo de um reinado até agora, de seis décadas. Paralelamente, foi a receção mais grandiosa que o Estado português organizou”⁵⁰.

Como se vê com estes exemplos, a Aliança Luso-Britânica, apesar de ter sido posta à prova por diversas vezes - tendo mesmo desaparecido aquando da união ibérica de 1580 (onde as possessões portuguesas chegaram mesmo a ser atacadas pelos britânicos já que, fazendo parte de Espanha e sendo esta inimiga de Inglaterra, também nós éramos seus inimigos) -, foi fortemente frutífera ao nosso país, evitando uma continentalização e uma anexação perpétua à nossa vizinha.

Arrisco-me, mesmo, a afirmar que as relações entre Portugal e o Reino Unido vêm durando há mais de 800 anos (isto é, antes e depois da assinatura do Tratado de Windsor), não por sentimentalismos de amizade, mas por uma mera utilidade (como sempre sucede no seio das relações internacionais).

Do Lado português, a nossa política externa, desenrolava-se num equilíbrio entre a pressão continental e as possibilidades que o oceano oferecia. Sendo um país periférico e de média dimensão no contexto europeu, sobretudo atlântico, via na Inglaterra uma arma contra as grandes ameaças oriundas do continente, era útil e necessário estar ligado à grande potência

(2018). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. 3ª edição. Lisboa: Tinta da China Edições, p. 102.

⁴⁸ Aires Oliveira, P. (2018). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. 3ª edição. Lisboa: Tinta da China Edições, p. 99.

⁴⁹ Kay, H. (1973). *A Aliança Anglo-Portuguesa no Século XX. In 600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa*. Serviço Português da BBC. Londres: London Foreign Office e Canning House, p. 48.

⁵⁰ Simões Brás, A. (2016). *Os Dias Portugueses de Isabel II*. Lisboa: Edições Parcifal, p.12.

atlântica, temida pelas potências do continente. Do lado britânico, era importante ter uma ligação com um estado como Portugal, dada a sua posição geográfica - Fernando Pessoa dizia-nos ser Portugal o rosto com que a Europa fita o ocidente – e, mais tarde, os territórios portugueses extraeuropeus, úteis à Inglaterra em termos comerciais e de navegação. Contudo, como veremos adiante, esta relação é engolida por um novo paradigma, nascido em 1974.

AS RELAÇÕES LUSO-BRITÂNICAS FACE À DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

É neste período que se inicia a terceira fase de inserção internacional de Portugal. O nosso país, que já vinha dando sinais de abertura com a assinatura do acordo das Lajes e da entrada na NATO, assumindo a crescente hegemonia dos Estados Unidos.

Com a democratização da política externa portuguesa, o quadro das relações altera-se por inteiro. O triângulo Lisboa-Madrid-Londres e mais tarde Lisboa-Madrid-Estados Unidos desaparece, valorizando-se o multilateralismo, onde a europeização vem substituir a vertente atlântica.

Os desentendimentos entre Portugal e o Reino Unido foram-se acumulando até 1974, assim como o isolamento de Portugal. De facto, com a renúncia política do General De Gaulle ao cargo de Presidente, em 1969, o Reino Unido viu o seu caminho facilitado para entrar na CEE, ao contrário de Portugal que, continuando a sua batalha pela preservação do império e não sendo aquilo que se considera como uma economia de mercado, era visto como discordante das políticas ínsitas no Tratado de Roma. A resistência portuguesa à descolonização, à qual se opôs durante décadas - contrariando uma ordem quase imparável, que se vinha desenrolando desde a independência dos EUA - ficou à margem da comunidade internacional e, como tal, um tanto isolado.

No entanto, interessava fortemente a Portugal a entrada para a CEE garantindo, desse modo, o acesso a mais mercados para além do britânico e, apesar dos riscos que tal decisão acarretava para a política do Estado Novo, foi pedida a entrada de Portugal para a organização, aceite anos mais tarde. Bem conduzido, este dualismo imperial-europeu poderia ter sido evitado. De facto, como referiu Nuno Severiano Teixeira, “para a política externa portuguesa, ser atlântico pode significar valor acrescentado na Europa, tal como ser europeu pode ter valor acrescentado no

Atlântico e, em particular, no Atlântico Sul, onde se desenvolvem as relações com o Brasil e as antigas colónias africanas”⁵¹.

O conceito de “vagas de democratização”, cunhado por Samuel Huntington, na qual Portugal é o pioneiro da terceira vaga com a revolução de 1974, seguindo-se a Grécia e a Espanha, é explicado pelo próprio no seu livro *The Third Wave*. Para esta terceira onda, as razões são várias: a decrescente credibilidade dos regimes autoritários, inseridos num crescente apoio aos movimentos sufragistas; a reforma do Vaticano II, que veio dar força a movimentos individuais, contrastando, exatadamente, com os regimes autoritários; um maior crescimento económico geral justificado, entre outros, pela EFTA; e, como já se apontou acima, a ação pró-democrática da União Europeia, tanto no continente, como no globo e que, por isso, condenava regimes autoritários. Esta condição indispensável para aderir à UE despoletou movimentos democráticos no sul e leste da Europa, dos quais Portugal se viu incluído.

Não é ousado dizer que o Abril de 1974 - em plena Guerra Fria -, seguido do 25 de Novembro de 1975 (este sim responsável pela institucionalização da democracia) se assumiu como o motor de uma profunda mudança económica e social no país, com uma economia de mercado forte, sincronizando Portugal com a Europa ocidental. Também no palco das mudanças, a revolução instaurou uma nova Era na política externa portuguesa. Se, anteriormente, o Estado Novo via o ultramar como a salvaguarda da independência e do regime e colocava o Reino Unido como um grande parceiro na dimensão atlântica, a Revolução dos Cravos instalou três grandes vertentes na nossa política externa: a Europa, o Atlântico e o mundo de expressão portuguesa. Mais tarde, com o reforço do multilateralismo, a internacionalização da economia e o acompanhamento das comunidades diaspóricas.

Em verdade, referiu Berta Alvarez Miranda que algumas das clivagens entre os partidos no período pós-revolução espelham-se mais numa luta “entre democratas e revolucionários do que entre democratas e involucionistas”, tendo a Europa sido a chave de “ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo simultaneamente uma dimensão anticomunista e antirrevolucionária.”⁵²

Efetivamente, é no século XX que Portugal, tal como outros países europeus, e não só, vão substituindo o bilateralismo – ferramenta base das políticas externas até então – pelo

⁵¹ Severiano Teixeira, N. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, [Online], (1), p.11. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta1/4271841/NST_RI01_Artg02_2004.pdf

⁵² In. Costa Pinto, A. *Et al.* (2019). *História Política Contemporânea. Portugal 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, p.302.

multilateralismo, tornando-se o primeiro um eixo complementar do segundo, tal como escreve Nuno Severiano Teixeira, afirmando que “a diplomacia portuguesa regista o declínio progressivo da diplomacia bilateral em favor da diplomacia multilateral que leva Portugal a uma presença nas organizações multilaterais das suas áreas de interesse estratégico: a UE na Europa, a NATO no Atlântico e a CPLP para as relações pós-coloniais”⁵³. Não menos importante, a entrada do nosso país para as Nações Unidas, em 1955, essencial para o reforço da vertente do multilateralismo⁵⁴.

Os primeiros sinais da vontade de uma europeização de Portugal surgiram ainda no período do Estado Novo, como já se apontou anteriormente. No período pós-guerra, Portugal atravessou, entre 1945 e 1949, uma marginalização internacional. Apesar da assinatura do Tratado de Washington e a sua entrada na NATO como membro fundador, o nosso país não foi convidado para a Conferência de São Francisco (1945), precursor da ONU. As mudanças no palco internacional com o fim da Segunda Grande Guerra (declínio do Reino Unido e a emergência de duas superpotências que, para além do mais, eram anticolonialistas) foram vistas com desconfiança por parte de Salazar. A perda de relevância do continente europeu foi algo que o Estado Novo parecia não aceitar e que, a partir desse momento, o multilateralismo seria algo essencial ao continente, isto é, a Europa não poderia reerguer-se com medidas nacionais, mas num quadro de cooperação internacional. A desconfiança que Salazar mantinha perante os americanos levaram-no mesmo a rejeitar as ofertas do primeiro Plano Marshall (1947-1948), só aceitando no segundo exercício (1948-1949) perante uma crise cambial e a Guerra Fria. É admitido na ONU a 14 de Dezembro de 1955, mas a atuação salazarista no seio da organização foi sempre eivada de desconfiança.

Contudo, parafraseando o Príncipe de Lampedusa “para que tudo fique na mesma, é preciso que alguma coisa mude”, como tal, também a atitude Salazarista se alterou: a emergência soviética levou à assinatura, em 1948, do acordo de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos e a entrada de Portugal para a NATO – enquanto membro fundador - que veio reforçar a vertente atlântica de que Salazar era adepto e que se estendeu até 1974 como pilar

⁵³ Severiano Teixeira, N. (2005). *Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000*. In Oliveira Pontes, J. (2016). *Política Externa Portuguesa: Bilateralismo e Multilateralismo. Lusíada. Política Internacional e de Segurança*, [Online], (13-14), pp.71-112. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3560/1/lpis_13_3.pdf

⁵⁴ Jaime Gama refere que “O percurso do multilateralismo associa regra geral a saída de um conflito com a necessidade de alcançar uma paz durável que lhe suceda. Na versão mais otimista, incluirá sempre um projeto global de regeneração internacional e, até, de redenção humana”. In Fernandes, S. e Simão, L. (2019). *O Multilateralismo: Conceitos e Práticas no Século XXI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 7. Como se comprova, é após a Segunda Grande Guerra que o multilateralismo ganha força.

da política externa portuguesa. A entrada de Portugal para a Associação Europeia de Livre Comércio, em 1959, foi outro sinal de uma abertura do país. De facto, afirmava-se – dois dos grandes defensores desta tese José Gonçalo Correia de Oliveira e Valentim Xavier Pintado – que os vários setores da economia portuguesa beneficiariam fortemente com a inserção do país numa zona de comércio livre⁵⁵. Efetivamente, a economia portuguesa cresceu ininterruptamente até 1973. “Em 1974, chegavam ao fim quase 30 anos de crescimento ininterrupto. Nunca, durante tanto tempo, a economia cresceu tão depressa ou voltaria a crescer”⁵⁶.

Após a revolução de 1974, o sucesso do modelo de crescimento dos anos anteriores desintegrou-se, isto porque se alteraram dois pressupostos essenciais: o fim do ultramar que, em conjunto com o continente, formava um mercado interno e internacional com algum relevo e a mudança de regime, cuja alteração obrigou, no tempo imediato, a uma adaptação à nova realidade, o que não se verificou fácil. Após a “Golden Age” desse período, seguiram-se anos de desencanto.

Enfim, logo em junho de 1974, Adelino da Palma Carlos, então Primeiro-Ministro e Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, encontraram-se, em Bruxelas, com o Presidente e Vice-presidente da Comissão Europeia – François-Xavier Ortoli e Christopher Soames, respetivamente – sucedendo na missão: aproximar o nosso país às instituições europeias e pedir apoio, nomeadamente financeiro, à CEE como se comprovou no *Bulletin of the European Commission*: “A atitude da Comunidade em relação a Portugal é baseada na esperança e desejo fervoroso dos nove em que o progresso económico nesse país possa efetivamente prosperar num contexto político de prosperidade democrática”, sendo que a política da Comunidade para conceder a ajuda é “baseada no critério de que o apoio é apenas dado aos países governados por um sistema de democracia pluralista”⁵⁷. Estava dado o primeiro passo da aproximação institucional entre Portugal e a CEE, isto é, ia-se desenvolvendo o novo pilar da política externa portuguesa: a europeização.

Portugal e Inglaterra que, como vimos, estavam de costas viradas a nível de estratégias - o primeiro de culto imperial e o segundo finalmente canalizado para a Europa – viriam a pisar o mesmo trilho na adesão do nosso país à Comunidade Económica Europeia, em 1985-1986. O

⁵⁵ Luís Cardoso, J. in Fiolhais, C., Eduardo Franco, J. e Pedro Paiva, J. (2020). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.

⁵⁶ Amaral, L. (2010). *Economia Portuguesa, As Últimas Décadas*. Lisboa: Relógio D'Água, p. 13.

⁵⁷ In Fiolhais, C., Eduardo Franco, J. e Pedro Paiva, J. (2020). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 641-642.

acesso ao mercado comum era uma grande prioridade para Portugal e isso só seria possível com a democratização do regime e a descolonização. Emancipar as colónias era, desse modo, mais do que uma simples vontade de seguir as políticas de Londres.

De acordo com o costume português de seguir as pegadas da sua aliada, quis a administração lusa criar uma organização um pouco semelhante à Commonwealth. “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce/Deus quis que a terra fosse toda uma/Que o mar unisse, já não separasse.”⁵⁸ e, parafraseando Fernando Pessoa, uniram-se os territórios numa organização: a CPLP.

Em 1997 e 1999, Inglaterra e Portugal entregavam Hong-Kong e Macau para a República Popular da China.

A adaptação portuguesa ao novo ciclo – a Europa – foi bem-sucedida. De facto, “contrariando as perspetivas mais catastróficas da década de setenta, Portugal consolidou a sua democracia e deu um salto importante na modernização económica e social, já como membro da União Europeia, vendo-se mesmo obrigado a acelerar a liberalização do seu mercado interno, como consequência do aprofundamento da união económica e monetária, entretanto decidido”.⁵⁹

Embora exista na sociedade portuguesa uma certa nostalgia do império, Portugal olha os seus antigos territórios como um complemento à sua prioridade: o projeto europeu. Efetivamente, “com o mito das colónias encerrado, as elites democráticas conseguiram consolidar na opinião pública a opção europeia como a única que poderia recriar uma relação importante com os novos países africanos de língua portuguesa, com os quais as relações económicas haviam quase desaparecido e as políticas se tinham deteriorado (...)”⁶⁰.

De facto, os portugueses, “enfraquecidos pelas guerras de África e estremecidos por uma revolução surpreendente, mas encorajados por um horizonte democrático inédito, olharam para a Europa e viram a terra do leite e do mel, o El Dorado e uma espécie de Ítaca tão intimamente desejada”⁶¹.

Como já vimos, a entrada do Reino Unido para a CEE não foi facilitada pelo Presidente De Gaulle que a ela se opunha veementemente, tendo, por isso, sido rejeitada a primeira proposta de adesão britânica, a 4 de Janeiro de 1963. Somente 10 anos mais tarde, a 1 de Janeiro de 1973,

⁵⁸ Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Lisboa.

⁵⁹ Costa Pinto, A. *Et al.* (2019). *História Política Contemporânea. Portugal 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, p.304.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ Barreto, A. (2017). *De Portugal Para A Europa*. Lisboa: Relógio D'Água, p. 16.

foi aceite a entrada dos britânicos como membros que, através de um referendo popular – em que 67% respondeu positivamente a tal adesão – veio a formalizar essa adesão.

Portugal entrega o seu pedido de admissão a 28 de Março de 1977 pelo então Governo de Mário Soares. Após 8 anos de complexas negociações, é assinado o Tratado de adesão à CEE, a 12 de Junho de 1985, tornando-se Estado-Membro a 1 de Janeiro de 1986, considerando a Comunidade europeia como “a sua principal referência em termos de fluxos comerciais, financeiros, tecnológicos e humanos”⁶².

A entrada de Portugal e do Reino Unido para a União Europeia foi um enorme passo a nível económico e financeiro, especialmente para o nosso país, não só pelo acesso a um mercado comum de grande relevo, como também pelo apoio financeiro direto da CEE. “Em resultado do aumento do investimento e das exportações que se seguiu à adesão de Portugal à Comunidade em 1986, o país atravessou, desde então, um período de crescimento que o aproximou dos padrões de desenvolvimento económico dos seus parceiros Europeus”⁶³.

Contudo, foi outro ponto negativo para a aliança entre os dois. A pertença à ONU, à NATO, à EFTA e, posteriormente, à CEE veio despolir o brilho, o primor, a importância e a aplicabilidade daquilo que, durante mais de 600 anos vinha regulando as relações diplomáticas e militares entre britânicos e portugueses. De facto, “a soberania nacional (...) está hoje formal e juridicamente limitada pelos compromissos internacionais decorrentes da pertença à União Europeia”⁶⁴ o que se reflete, então, na perda de relevo da aliança luso-britânica, o que é provado pela quase inexistente menção ou invocação da mesma desde os finais do século passado. As próprias particularidades da soberania - *ius tractuum*, *ius legationis*, *ius belli* -, isto é, o direito de estatuir tratados, de legislar e de fazer a guerra⁶⁵ veem-se algo reduzidas por convenções internacionais a que os países vêm acedendo.

Contudo, se podemos afirmar que, neste contexto, a secular aliança entre Portugal e o Reino Unido perdeu a relevância que outrora teve, poder-se-á, de igual modo, alegar que, enquanto os artigos desta relação diplomática não vão contra as regras europeias, mantêm-se em vigor. De facto, como refere Jorge de Abreu, “um tratado só deixa de estar em vigor quando uma das

⁶² José Telo, A. (2007). *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. I. in Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), pp. 113-127. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>

⁶³ Maria Reis da Fonseca Ferreira Pinto, F. (2011). *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁶⁴ *Ibid*, p. 33.

⁶⁵ Braga da Cruz, M (2015). *Política Comparada*. Lisboa: Cruz Editores, p.47.

partes sai ou quando saem ambas dos seus compromissos recíprocos por um novo acordo” o que, efetivamente, não é o caso. Mas já lá iremos.

A concetualização geopolítica marítima que, durante anos tinha orientado as duas potências, estava, agora, a ser equiparada a uma orientação continental, algo que Portugal tinha tentado evitar ao longo da sua história dados os perigos que isso acarretava e que o obrigou a buscar uma salvaguarda atlântica. Contudo, existindo “um entendimento pluralista, e não monista, do projeto europeu”⁶⁶, Portugal pode e deve atuar enquanto país europeu e atlântico, já que não são incompatíveis.

BREXIT

a) Porquê?

A decisão da emancipação britânica da União Europeia constituiu mais um grande problema e uma ameaça ao que define o projeto de integração europeia.

Impulsionadas pelo Plano Marshall, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e, essencialmente, a CEE, propiciaram atingir e manter uma paz no Ocidente, conduzida por uma reconciliação franco-alemã do pós-Guerra. Contudo, com a queda da União Soviética, aquilo que unia os países da Europa Ocidental – combater as ameaças de um comunismo minaz – foi enfraquecido, crescendo, desde aí, vozes críticas ao projeto, sob diversas frentes de ataque.

A situação dos refugiados, que vêm chegando, em larga escala, à Europa e cujo *modus operandi* não tem sido o mais eficaz, motivando a indignação de alguns países; o crescimento económico europeu, que se tem caracterizado pela estagnação; o desemprego, que atinge altos níveis; a diminuição da influência europeia na política mundial; a moeda única, cujo projeto ainda revela altas deficiências e o BCE pouco tem feito senão adiar a sua solução, entre outros, são apenas exemplos daquilo que tem vindo a conceber movimentos eurocéticos no geral dos países membros⁶⁷. Efetivamente, se a UE não tomar cautela e perceber o que pode e deve modificar de modo a combater esta crescente onda antieuropeísta, o aliado inglês pode ter sido o primeiro de mais Estados a tomar a medida de se emancipar da UE.

⁶⁶ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 19.

⁶⁷ Sarsfield Cabral, F. (2017). O Brexit e a Continuidade do Reino Unido e da União Europeia. *Brotéria*, (184), nº3, pp. 305-311. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5892861>

Como vimos atrás, a europeização do Reino Unido, apesar de ser vestida de interesse e vontade foi, desde o princípio, feita com algumas reservas. Reservas que condizem com as linhas gerais da política externa britânica seguidas por séculos. Vejam-se, a mero título de exemplo os seguintes casos que monopolizaram a atenção dos restantes Estados-Membros: desde logo, o já referido referendo de 1975 sobre a continuação da permanência na CEE que, em pouco tempo, já havia criado divisões; a 8 de Julho de 1978 é acordada a criação do Sistema Monetário Europeu, ao qual o Reino Unido se recusa aderir; a 9 de Agosto de 1984, Margaret Thatcher, obtém o chamado “cheque britânico” - sob a celebre frase “I want my Money back”, a Primeira-Ministra, conseguiu, com efeito, um tratamento especial, argumentando que “como o Reino Unido não estava entre os grandes beneficiários da Política Agrícola Comum, deveria existir uma correção a favor de Londres na hora de calcular as contribuições nacionais para o orçamento europeu”⁶⁸ -, “um desconto na sua contribuição orçamental em troca do seu voto para deixar o clube funcionar”⁶⁹; na assinatura do Tratado de Maastricht, o Reino Unido beneficia de uma cláusula que lhe permite ficar fora da União Económica e Monetária; a 26 de Março de 1995, entra em vigor o Tratado de Schengen, ao qual o Reino Unido recusa aderir; o pacto europeu, criado para combater a crise económica e impor uma disciplina fiscal, é criticado pelos britânicos que se opõem; no ano seguinte, à exceção do Reino Unido e da República Checa, os Estados Membros assinam o Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária⁷⁰. Como se vê, a entrada do Reino Unido para a CEE, posteriormente União Europeia, não foi feita por inteiro, fazendo-se os britânicos valer da sua importância económica e financeira para a União.

De facto, apesar de tantas exclusões exercidas pelo país, uma visão negativa das instituições europeias foi-se formando, para a qual contribuiu o excesso de burocracia, muitas vezes parca em eficiência, uma deficiência democrática, uma política de imigração errónea da perspectiva londrina (no fim do ano de 2015, o Governo britânico revelou os números da migração sendo que, em termos líquidos, este bateu o recorde de 336.000, contando com inúmeras críticas a

⁶⁸ Martinho, G. (2017). Fim do ‘cheque britânico’ e a disputa que se segue na EU. *Visão*. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/a/velha-escola/2017-03-29-fim-do-cheque-britanico-e-a-disputa-que-se-segue-na-ue/>

⁶⁹ Bongardt, A., Torres, F. (2017). *Brexit: Uma Questão de Racionalidade Política*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p.11. Sendo um país extremamente industrializado, o Reino Unido pouco beneficiava das verbas da Política Agrícola Comum que compunham cerca de 70% do orçamento da EU e, desse modo, este mecanismo permitia receber cerca de 2/3 da sua contribuição líquida financeira. Uma hábil diplomacia

⁷⁰ Araújo Rodrigues, E. (2016). Reino Unido e União Europeia: 65 anos de relação em 24 datas. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2016/06/24/reino-unido-e-uniao-europeia-65-anos-de-relacao-em-24-datas/>

esse respeito⁷¹), excesso de interferência, muitas vezes incómoda, no quotidiano dos países, traduzindo-se num impulso federalista e de limitação de poderes de soberania⁷². Mas estes argumentos não são totalmente frívolos. De facto, o Tratado de Lisboa – assinado em 2009 – deu à União Europeia competência sobre certas políticas como a monetária, regras de concorrência, união aduaneira, políticas de pescas comuns, políticas comerciais e até a negociação de tratados internacionais. Atualmente, a lista de pastas cuja administração não são da inteira responsabilidade de cada país, mas sim da UE, é maior, havendo restrições às vontades de mudanças, como por exemplo nos setores da agricultura, ambiente, transportes, energia, segurança e justiça. Sendo certo que foi opção dos países, a verdade é que começam a surgir vozes contrárias a essa vontade e, uma delas, terá sido o Reino Unido.

O Professor Manuel Braga da Cruz faz uma análise à crise do conceito de Estado Nação⁷³ que merece ser destacada, também, como uma causa para esta emancipação britânica. De facto, aquilo que reconhecemos como povo e estado e respetiva soberania (definidos por Jean Bodin) têm vindo a sofrer crises tanto internas como externas. A nível interno, o *welfare state* tem vindo a contribuir para a expansão do Estado cujas despesas em percentagem do PIB têm vindo a aumentar quase que exponencialmente desde o início do século XX, ultrapassando, muitas vezes, os 100%. Menos estado, melhor estado, como defendia Milton Friedman. Porque, de facto, se o *welfare state* é um mecanismo fundamental no mundo ocidental - idealizado por Bismarck nos finais do século XIX, ao qual os marxistas se opuseram alegando ser um instrumento capitalista! -, também é verdade que, se não for acautelado, torna-se difícil atingir uma eficiência sustentável.

A nível externo, o Estado tem vindo a ver-se diminuto em soberania, pela globalização, o fluxo intensivo entre fronteiras de povos, pelo localismo político, pelos direitos humanos cuja não verificação desencadeia intervenções humanitárias, pondo em causa o conceito de soberania. O próprio *ius belli*, isto é, o direito de fazer guerra, tornou-se algo alheio ao Estado, passando a ser algo decidido no seio de blocos internacionais. A questão ambiental torna-se um combate transnacional, onde acordos internacionais impõe medidas aos Estados. Findando este ponto e citando o Professor Braga da Cruz, “a globalização derruba fronteiras, reforça a interdependência, enfraquece a territorialidade do estado, cada vez mais dependente não da

⁷¹ D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press.

⁷² Pitta e Cunha, P. (2019). *A Europa em Tempos de Incerteza: Ensaio Sobre a Crise do Projeto Europeu*. Lisboa: AAFDL.

⁷³ Braga da Cruz, M (2015). *Política Comparada*. Lisboa: Cruz Editores.

terra, mas dos recursos. Decresce a soberania (torna-se nominal) e aumenta a transterritorialidade do Estado”⁷⁴.

“A nacionalização do Estado foi um processo de secularização do poder, de autonomização da autoridade real da tutela moral da Igreja [exercida através da *respublica christiana*⁷⁵], e de concentração de poder nas mãos dos reis absolutos, isto é, soltos do controlo religioso dos Papas. No entanto, a ideia de Povo-Nação só se consolidou e expandiu com a Revolução Francesa e com a ideia de soberania nacional, com a substituição do Princípio da Legitimidade pelo Princípio das Nacionalidades (“a cada nação um Estado, a cada Estado uma Nação”)⁷⁶. E, neste sentido, a atitude britânica terá sido uma autonomização da autoridade de Bruxelas.

Importa, também, mencionar a onda de ataques terroristas que vinham assolando a Europa e que, infelizmente, ainda vão permanecendo de quando em quando. Em janeiro de 2015, um violento ataque - perpetrado pelos irmãos Saïd e Chérif Kouachi - aos escritórios do jornal parisiense *Charlie Hebdo* resultou na morte de 12 pessoas. Em novembro do mesmo ano, também na capital francesa, morreram 130 pessoas, ferindo-se outras 368 numa série de ataques realizados por imigrantes. Será de esperar que, perante estes e outros mais casos, a população britânica se visse receosa de uma possível onda de migrantes requerente de cidadania, como viria a acontecer. No ano de 2016 foi feita uma estimativa pela Migration Watch⁷⁷, segundo a qual mais de 4,8 milhões de refugiados buscariam asilo na Europa e, conseqüentemente, no Reino Unido onde, segundo o *The Times*, viveriam já cerca de 1 milhão de imigrantes ilegais⁷⁸.

Somado a estes pontos, pode-se mencionar ainda o seguinte: tal como em Portugal, existe uma parte da população britânica profundamente saudosista do tempo glorioso do Império, incorporada quer pelo partido do então Nigel Farage – UKIP, United Kingdom Independence Party, que cresce devido a fatores como os já aludidos – quer por alguns membros da ala conservadora. É, ainda, apontada a população do Norte de Inglaterra que, sofredamente, tem tido uma desindustrialização longa apoiando, então, a ideia do “take back control”. A soma

⁷⁴ Ibid., p. 105.

⁷⁵ A *respublica christiana* foi um conceito medieval criado a partir do desejo do Papado exercer o seu poder sobre as nações católicas da Europa, sendo, assim, uma espécie de união dos Estados sob a suprema autoridade papa. Sobre isto ver Santos Silva, E. (2020). *Ordem de Malta e o seu Relacionamento com a Santa Sé*. Lisboa: Edição de Autor, pp. 58-64.

⁷⁶ Ibid., p. 39.

⁷⁷ Glaze, B. (2016). Nearly 500,000 refugees and their kids 'could flock to Britain from EU by 2020'. Consultado a 10/11/2020. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/nearly-500000-refugees-kids-could-8085533>

⁷⁸ Ford, R. (2016). 'One Million' Migrants in UK Illegally. *The Times*. Consultado a 10/11/2020. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/edition/news/a-million-migrants-in-uk-illegally-twn2mhjh7>.

destes elementos deu uma grande força ao movimento do Brexit. A Farage é-lhe conhecida a frase “Theresa May says it’s difficult to control immigration as part of the EU. She’s wrong – it’s not difficult, it’s impossible”⁷⁹.

De facto, o surgimento e crescimento (tanto nas eleições europeias de 2014, como nas eleições gerais de 2015) do UKIP foram um dos grandes motores do Brexit. Mas como é que um partido passou de 0,3% dos votos nas eleições gerais de 1997 para 12,7% em 2015? E como é que subiu de 1% nas eleições europeias de 1994 para 26,6% em 2014?⁸⁰

Um ponto é claro: os extremismos – tanto à direita, como à esquerda – apenas surgem no desenrolar do acentuado descontentamento das populações. Não se pretende, com isto, colocar o UKIP na ala de extrema-direita como é a atual tendência, apenas por querer reformular algumas políticas e linhas de conduta, que no seu entender estão a prejudicar o país. De facto, os políticos são eleitos para defender os interesses dos cidadãos e, se são escolhidos no sufrágio, é porque os eleitores estão descontentes com a atuação da administração anterior ou com as soluções apresentadas pela oposição. É verdade que algumas medidas devem ser discutidas a fundo e não porque ficam bem proferidas. No entanto, é também verdade que vivemos tempos em que quem defende algo que vem interferir na ordem das coisas é imediatamente rotulado de extremista. Se Sócrates atestou que a única coisa que sabia era que nada sabia, também nos deixou a “maiêutica socrática” e que devemos aprender com ela, a meu ver. No entender do UKIP, “we put the interests of the British people first, but we want trade, friendship and co-operation with all the nations of the world. Britain should not restrict itself to economic ties with the European Union. We have always been a global trading nation”⁸¹.

Podemos analisar o crescimento do UKIP segundo duas teorias: “a primeira foca-se numa síndrome de queixas individuais baseadas na marginalização económica e ameaças oriundas da imigração e minorias. Uma abordagem alternativa coloca mais ênfase na crescente desilusão entre os eleitores com o desempenho dos partidos tradicionais e, de forma mais geral, na redução da confiança nos políticos e nas instituições da democracia”⁸².

Face a animosidades na sociedade, o partido UKIP vence as eleições europeias a 26 de Maio de 2014 e, um ano depois, o Partido Conservador – chefiado por David Cameron – alcança a

⁷⁹ Cit in D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. V.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Site oficial do UKIP. Disponível em: <https://www.ukip.org/about-UKIP#WhatWeStandFor>

⁸² Traduzido de D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. 111.

maioria absoluta nas eleições do país, marcando para 23 de Junho de 2016 o prometido referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação terminou com uma vitória de 52% dos votantes favoráveis à saída, contrastando fortemente com o resultado da chancela de 1973. Apesar de conservador, o Primeiro-Ministro era contra a retirada do seu país da União Europeia e, perante o resultado, vendo que a sua campanha tinha fracassado, apresenta a sua demissão, sucedendo-lhe Theresa May.

O resultado, não previsto por Cameron, foi fruto de inúmeros fatores. A questão da imigração, que ameaçava o precioso *welfare state*; a soberania, afetada por decisões tomadas por um bloco supranacional e, por isso, depreciada, foram os grandes alicerces do movimento do Brexit e impulsionados pelo UKIP. Decisão, contudo, estranha, pelos riscos que tal decisão acarreta, entre os quais a independência da Escócia que, tendo votado maioritariamente contra a saída⁸³, poderá querer emancipar-se do Reino Unido, colocando em causa o que se conhece como Grã-Bretanha e mesmo o Reino Unido em si, resumindo-se apenas à Inglaterra, Gales e à província de Ulster, “no pressuposto de que o último não acabasse por se fundir com a República da Irlanda...”⁸⁴. Posto isto – e acreditando que os cidadãos estavam algo informados quanto aos perigos que uma saída acarretava – é de se concluir que os eleitores detinham uma opinião negativa já formada à priori, de tal modo que em pouco ou nada se viu alterada pelas campanhas.

Em 2005, Liesbet Hooghe e Gary Marks lançaram um estudo com o título de “Calculation, Community and Cues”⁸⁵. Partindo da pergunta - o que leva os cidadãos a apoiarem ou a desaprovar a integração europeia? – os autores apresentam 3 fatores que moldam a forma como as pessoas olham para a União Europeia e o processo de integração. E, de facto, podemos analisar também desta perspetiva o que motivou a saída do Reino Unido da União Europeia.

Antes de mais, é preciso invocar um facto: ao longo dos tempos, a opinião dos cidadãos britânicos relativamente à UE foi muito volátil, tendo-se alterado inúmeras vezes no período de 41 anos que separam os dois referendos⁸⁶.

Voltando ao estudo mencionado, e no que à “calculation” (cálculo) respeita, uma referência aos custos e benefícios de pertencer à UE e essa análise varia consoante quem ganha ou perde

⁸³ Pitta e Cunha, P. (2019). *A Europa em Tempos de Incerteza: Ensaio Sobre a Crise do Projeto Europeu*. Lisboa: AAFDL, p. 82.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 84.

⁸⁵ Hooghe, L. e Marks, G. (2005). Calculation, Community and Cues: Public Opinion on European Integration. *European Union Politics*, (6), pp. 419-443.

⁸⁶ D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press.

com o processo de integração. Estudos como o de Matthew Gabel⁸⁷ referem que, quem ocupa profissionalmente lugares de maior importância e relevo (como, por exemplo, gestores), com proficientes percursos académicos é, regra geral, a favor da integração europeia. Estes cidadãos beneficiam dos mercados e fronteiras abertas, da livre circulação de pessoas, tanto para trabalharem sob o seu comando como para eles próprios que, tendo um *curriculum* valioso, arranjam emprego em qualquer um dos Estados membros.

Por seu lado, quem é de uma faixa social mais baixa, com empregos mal pagos e com menos qualificações é, regra geral, contra o processo de integração já que, o mesmo, implica uma concorrência de outros trabalhadores de baixas qualificações, oriundos de países mais pobres.

Relativamente ainda à análise de custos e benefícios, as opiniões respeitantes à pertença à União Europeia, alteram-se quando as economias são assoladas por crises, o que se comprovou após a crise de 2008⁸⁸.

Analisando o segundo fator – “community” (comunidade) – constatamos que a própria identidade nacional influencia a relação dos cidadãos com a pertença à UE. Este fator ajuda-nos a compreender o enorme apoio ao partido eurocético UKIP que, como já se referiu anteriormente, contou com muitos eleitores, preocupados com o descontrolo dos números da imigração e a possibilidade dessa vaga consistir numa influência na identidade nacional britânica. Contudo, o mesmo argumento poderá ser analisado na ótica dos países de leste: se a pertença à União Europeia significa uma proteção às ameaças externas e um garante da integridade territorial, uma visão patriótica será a de defender a integração europeia⁸⁹.

O último fator do estudo de Hooge e Marks – “cues” – refere-se à ideia de que as pessoas, em situação de assuntos complexos, apoiam-se na opinião dos seus líderes políticos para os ajudar a decidir a sua opinião, o que pode ajudar a explicar o resultado do referendo de 1975, numa altura em que havia maior consenso político respeitante à integração europeia e, como tal, o resultado foi fortemente europeísta.

Motivações de parte, a decisão de David Cameron de invocar um referendo poderá não ter sido a mais acertada, logisticamente. Como veremos adiante, a sua vida política – desde que é

⁸⁷ Gabel, M. (1998). Public Support for European Integration: An Empirical Test of Five Theories. *Journal of Politics*, (60), pp. 333-354. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.2307/2647912>

⁸⁸ Hobolt, S. e Wratil, C. (2015). Public Opinion and the Crisis: The Dynamics of Support for the Euro. *Journal of European Public Policy*, (22), pp. 415-420. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2014.994022?scroll=top&needAccess=true>

⁸⁹ D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. 64.

reeleito – não é fácil, diria até horripilante. As negociações com os parceiros europeus vêm-se a revelar uma verdadeira dor de cabeça, um puzzle sem solução que coloca em causa toda a estabilidade de um país e quase que de um continente, por uma questão que apenas aparece em décimo lugar (!) nas prioridades da maioria dos britânicos⁹⁰. Importa, ainda, apontar o seguinte ponto: “o resultado entre as forças de “Remain” e “Leave” não só determinaria a natureza da relação do país com a UE, como também remodelaria a forma como o Reino Unido interagiria com o resto do mundo”⁹¹. A importância de uma decisão ponderada era crucial já que o desfecho de toda a situação era e continua a ser incerto. “A Grã-Bretanha é uma ilha à deriva. Depois da vitória do “Leave” no referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE) em 23 de junho, o seu destino, e o de todo o país, parece estar marcado”⁹², como anunciou o *Le Monde*.

Podemos, contudo, ir mais adiante na análise do fenómeno do *Brexit*. Em verdade, o que existe, momentaneamente, é um grande acordo entre a Europa e o Reino Unido e depois um Protocolo para a Irlanda do Norte.

O Protocolo da Irlanda do Norte é um quebra cabeças insolúvel. Porquê? Porque a Paz da Irlanda do Norte fez-se com os chamados Acordos de Sexta-Feira Santa, também conhecidos por Acordos de Belfast, que garantem a representatividade política das duas comunidades: católica/republicana e protestante/monárquica. Os primeiros almejam uma reunificação das duas Irlandas; os outros são partidários da atual divisão.

Depois de quase 70 anos de quase guerra civil (note-se que, em algumas alturas, houve mesmo guerra civil), os Acordos de Sexta-Feira Santa baseiam-se nesta ideia de que as duas comunidades estão representadas, garantem-se os direitos de proteção dos interesses das duas comunidades, proteção, essa, feita pelo Reino Unido e pela República da Irlanda.

Assim sendo, os católicos/republicanos sentem-se defendidos pela República da Irlanda e os protestantes/monárquicos pelo Reino Unido.

Tudo isto funcionou bem enquanto o Reino Unido estava na União Europeia, porque tudo funcionava dentro do mercado comum, numa ausência de fronteiras.

⁹⁰ Marques de Almeida, J. (2015). A Europa Salvará o Reino Unido?. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/a-europa-salvara-o-reino-unido/>.

⁹¹ Traduzido de D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. 11.

⁹² Traduzido de Vitkine, B. (2016). Brexit : La Folle Semaine Britannique En Cinq Actes. *Le Monde*. Acedido a 11/11/2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/referendum-sur-le-brexit/article/2016/07/02/brexit-la-folle-semaine-britannique-en-cinq-actes_4962425_4872498.html

Ora, perante as razões da decisão britânica de abandonar a UE (*take back control*) - recuperar o controlo fronteiras; recuperar o controlo orçamento (o Reino Unido era contribuinte líquido); e recuperar o controlo das leis (não poderia haver uma primazia da legislação europeia sobre a nacional) - o Reino Unido não poderia ser parte do mercado comum. De facto, as quatro liberdades do mercado comum - liberdade de circulação de bens, pessoas, capitais e serviços – exigem uma ausência no controlo de fronteiras, e para que tal funcione tem de haver a primazia do direito comunitário.

Sair do mercado comum obriga à criação de fronteiras, dado que o Reino Unido passa a ser um país terceiro, fora do mercado comum, fora da UE. No entanto, os Acordos de Sexta-Feira Santa não permitem a existência de fronteiras na Irlanda, entre as duas partes, já que a base destes acordos é manter o livre movimento entre as duas Irlandas e respetivas comunidades.

Deste modo, existem duas opções no atual contexto.

A primeira passa pela extinção dos Acordos de Sexta-Feira Santa. A segunda passa pela colocação da fronteira algures no Mar da Irlanda, isto porque se já não estão no mercado comum, e a fronteira não pode estar na Irlanda, tem de se colocar a fronteira algures fora dessa área.

O que aconteceu foi que o protocolo adicional sobre a Irlanda do Norte estabeleceu uma fronteira económica no meio do Reino Unido, que se chama, formalmente, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

A Irlanda do Norte, neste momento, não faz parte da soberania económica do Reino Unido. Faz parte do mercado comum. E para isso acontecer, e como o Reino Unido está fora do mercado comum, a fronteira tem de estar no Mar da Irlanda.

Em breve explanação, os bens que entram na Irlanda do Norte, vindos do Reino Unido, têm de obedecer às regras da União Europeia. Os bens que entram na Irlanda do Norte, vindos da União Europeia, não têm de obedecer a regras nenhuma, já que as regras que se aplicam na Irlanda do Norte são as europeias.

Como é de fácil conclusão, esta situação é uma enorme confusão. Os unionistas da Irlanda do Norte criticam a atual situação, afirmando que a mesma cria as condições para uma unificação das Irlandas.

Acrescente-se a isto, ainda, a possibilidade de se fazerem dois referendos (previstos nos Acordos de Sexta-Feira Santa) sobre o futuro da Irlanda do Norte. Quando o povo da Irlanda do

Norte assim o desejar, realiza-se um referendo sobre a sua permanência no Reino Unido ou se se unifica à sua vizinha do Sul. Se a segunda hipótese sair vitoriosa, será realizado um segundo referendo - este na República da Irlanda - para saber se estes querem receber ou não a sua vizinha a Norte.

Ora, atente-se que, nas últimas eleições, a maioria dos eleitores votou no Sinn Féin, partido historicamente a favor da reunificação das duas Irlandas. Assim sendo, estão criadas as condições para que o Sinn Féin possa acionar os Acordos de Sexta-Feira Santa e realizar os referendos. Esta situação explica a posição do Primeiro Ministro Boris Johnson na sua vontade de se renegociar o protocolo (por ele negociado), dada a grande tensão na comunidade unionista da Irlanda do Norte.

Note-se, ainda, o artigo 16 constante no protocolo, que permite, unilateralmente, a revisão dos termos do protocolo mas quem o fizer vai entrar numa guerra comercial. O que o Reino Unido irá fazer, não se poderá saber de forma certa. Contudo, no dia 17 de Maio, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Elizabeth Truss, abordando a Câmara dos Comuns, afirmou ser a vontade do Governo de Sua Majestade “introduzir uma lei nas próximas semanas para fazer alterações ao protocolo da Irlanda do Norte”, ressaltando, no entanto, que a “preferência” de Londres continua a ser “uma solução negociada com a União Europeia.”⁹³

Sublinhe-se – e aplauda-se – o seguinte: durante todo o período das negociações do *Brexit*, a União, ao contrário do que se esperava, manteve uma enorme unidade. Se era expectável que a paz iria dar lugar a conflitos, verificou-se o oposto. O Reino Unido entrou em discórdias em todas as negociações internas, protestavam os escoceses, galeses, Gibraltar.

A ideia do reino unido renegar os acordos que assinou é visto com muito desconfiança dentro do Reino Unido. A então Primeira-Ministra, Theresa May, agora deputada, referiu em discurso, que se o reino unido violar o direito internacional que assinou, não terá moral para pregar o direito internacional e democracia. Posição partilhada pela Câmara dos Lordes.

b) A Reação de Portugal

Conceber uma Europa sem o Reino Unido é algo que não é fácil e nem o devia ser. De facto, apesar de, no percurso da história político-diplomática, ter sido - e continuando a ser, como se conclui pelos seus últimos atos -, uma potência mais atlântica que europeia, teve muita

⁹³ UK Parliament (2022). *Northern Ireland Protocol. Volume 714: debated on Tuesday 17 May 2022*. [Online]. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/2022-05-17/debates/E62B3F06-DF87-4F5D-867F-222439FD6FFE/details> [Acedido a 26/5/2022].

influência e um peso substancial na administração da paz no continente. Para Portugal, aliado bilateralmente aos ingleses há quase 650 anos, alguns deles decorridos num contexto multilateral, a decisão de saída britânica não augura grande confiança, nem tal poderia acontecer já que uma coisa é certa: o *Brexit* tem impacto no geral dos interesses globais e europeus – sejam eles económicos, financeiros, sociais, etc – e, conseqüentemente, no nosso país não só pelas relações bilaterais que mantém com a velha ilha – “as relações de Portugal com o Reino Unido têm uma história longa e complexa, refletindo traços geopolíticos coincidentes e importantes laços socioeconómicos recíprocos, forjados ao longo do tempo”⁹⁴ -, mas também, por ser um país de menor relevo no continente.

Pela primeira vez na história da União Europeia, um país leva avante a decisão de abandonar este projeto que se encontra num constante processo de integração. A situação, já por si gravosa, é ainda mais perniciosa quando o Estado-Membro que se decide emancipar é nada menos que o Reino Unido, que detém uma elevada importância na estabilidade da Europa e uma forte presença no mundo⁹⁵. A União Europeia, estremeçada por sucessivas crises e inserida num contexto internacional cada vez mais volátil e incerto, vê-se agora mais fragilizada, temendo um fenómeno de contágio a demais Estados.

Na verdade, não se pode olhar para EU como uma realidade monolítica.

Dentro do Conselho, os estados têm os seus próprios interesses e há muitas tensões dentro do Conselho. Dentro dessas tensões, historicamente havia um alinhamento entre Portugal e o Reino Unido, na vertente atlântica. Ambos os Estados tinham uma visão parecida (talvez o Reino Unido com uma visão mais pragmática que nós), um entendimento algo parecido no que respeita à política externa, por exemplo no que respeita à NATO.

Após a sua reeleição, David Cameron iniciou uma ronda de visitas e negociações com os Chefes de Governo e de Estado dos restantes países da União Europeia. Com ideia de procurar apoio junto dos países membros na aprovação de várias propostas destinadas a provocar uma reforma na União Europeia antes do referendo britânico, o Primeiro-Ministro visitou vários homólogos, tendo estado em Portugal em setembro de 2015. A 25 de Junho do mesmo ano, Pedro Passos Coelho e David Cameron haviam estado reunidos, em Bruxelas, bilateralmente,

⁹⁴ Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), p. 114. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>.

⁹⁵ De acordo com os dados da CCIP, o Reino Unido é o segundo maior centro financeiro do mundo; detém o segundo maior PIB da União Europeia; uma divisa – a libra – que se tem mantido forte e estável; uma indústria robusta, apesar de não ser o que em tempos fez do Reino Unido a “fábrica do mundo”; entre outros dados. Disponível em: <https://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/221-enquadramento-economico>

onde o primeiro-ministro britânico expôs as reformas que pretendia colocar em prática. Europeu, atlântico e secular aliado, Portugal (através de Pedro Passos Coelho) fez passar a mensagem a Cameron de que era vontade lusitana que os britânicos permanecessem na UE.

No final da reunião em São Bento, o Primeiro-Ministro português afirmou estar disponível para discutir as propostas britânicas. Contudo, como já vimos anteriormente, Lisboa (posições um pouco defendidas tanto pela ala da esquerda como pela direita) tinha e tem algumas linhas encarnadas, que são intrespessáveis. É exemplo a livre circulação de pessoas, que o Reino Unido pretendia limitar e que Portugal – compreensivelmente, não só dada a sua posição integracionista⁹⁶, mas também, considerando a vasta comunidade portuguesa a trabalhar na ilha britânica⁹⁷ - recusou, tal como a limitação de benefícios sociais aos imigrantes. “Portugal ter-se-á juntado a outros estados-membros, tais como a Polónia (ainda que mais discretamente), para diluir o «travão de emergência» sobre os benefícios sociais dos emigrantes”⁹⁸. Deste modo, como escreveu Livia Franco “O apoio de Portugal às propostas britânicas será *à la carte*, ou seja, vai depender da natureza de cada proposta”⁹⁹.

A posição de Portugal - tanto no Governo de Pedro Passos Coelho, como no de António Costa - tem sido de preocupação e cautela na tomada de medidas. De facto, “sem a influência do Reino Unido – uma grande potência económica, militar e política de raiz e história marítima -, a presença atlântica da UE poderá ser prejudicada e Portugal corre o risco de ficar ainda mais periférico dentro de uma Europa mais voltada para o continente”¹⁰⁰ e, como tal, é de extrema importância uma postura portuguesa revestida de antecipação e equilíbrio. Para além da periferia, os riscos e as incertezas para o nosso país são de vários níveis.

Apostando, fortemente, nos últimos anos na europeização, como se mencionou, Portugal vê-se numa posição de difícil gestão: não querendo romper com o processo de integração europeia

⁹⁶ Portugal não teve sempre uma posição defensora do processo de integração. Como nos explica Paulo Pitta e Cunha no seu livro “A Europa em Tempo de Incerteza”, Portugal “procurava não influir nas negociações em torno das questões globais de integração”, p.99. Apesar de signatário dos Tratados de Amsterdão, Nice, Maastricht, Lisboa e Ato único, o nosso país nunca desenvolveu uma profunda discussão acerca do alcance de certas propostas, nunca tendo afirmado uma posição relativa aos objetivos da integração. Algo que tem vindo a mudar...

⁹⁷ Segundo os dados do Observatório da Emigração, em 2019 o número de emigrantes portugueses no Reino Unido era de 165.000. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=76>

⁹⁸ Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), p. 120. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>.

⁹⁹ Traduzido de Franco, L. (2015). Portugal and Brexit: Old Alliance, New Government. *European Council on Foreign Relations*, p.1. Disponível em: https://ecfr.eu/article/commentary_portugal_and_brexit_old_alliance_new_government4085/

¹⁰⁰ Ivo Cruz, B. (2019). Portugal e a Dimensão Atlântica do Brexit. *Prémio*, pp. 36-37. Disponível em: https://issuu.com/cunhavaz/docs/rev_pr_mio_nov2019.

– na qual tem estabelecido laços económicos, sociais, políticos e diplomáticos – não aspira, igualmente, apartar-se da sua velha aliada, com a qual tem seculares afinidades, uma importante interdependência socioeconómica e relações bilaterais fortemente acomodadas nos quadros da UE.

Portugal – um país fortemente envelhecido - deve, contudo, ter cuidado em não apartar os mais velhos do projeto europeu já que, foram as camadas mais velhas do Reino Unido quem votou no “Leave”.

Contudo, “a associação da UE às medidas de austeridade levou a uma forte degradação da imagem da Europa junto da opinião pública portuguesa, que apenas começou a melhorar a partir de finais de 2013. Além disso, o forte alinhamento com a Alemanha e a priorização de relacionamentos extraeuropeus durante a crise traduziram-se, no fundo, numa deseuropeização da política externa portuguesa”¹⁰¹, revalorizando a dimensão atlântica e lusófona, como já havia sido o foco. Não obstante tal facto, a Europa continua e continuará a ser um alicerce mestre da política externa do nosso país. Com efeito, “Portugal será maior na Europa se for grande no Atlântico, será importante no Atlântico se for relevante na Europa. Portugal é um país europeu de carácter marítimo”¹⁰². Portugal é europeu e continental e “as duas opções são compatíveis e devem ser tornadas compatíveis”¹⁰³.

Posto isto, a situação portuguesa não é fácil: se se encostar às posições continentais, negando o seu passado de relações atlântico-britânicas, corre o risco de ficar isolado num terreno que nem sempre é de fácil afirmação.

A posição de Lisboa perante a decisão de Londres de realizar um referendo, ficou bem descrita pelas seguintes afirmações do Primeiro-Ministro António Costa, na conferência de imprensa final do Conselho Europeu: “para quem quer a União Europeia forte, a primeira prioridade tem que ser manter o Reino Unido na União Europeia e tudo fazer para o alcançar”. Não obstante, deve-se garantir que “não há sacrifício da liberdade que todos os outros Estados membros têm para aprofundar mais rapidamente a União, designadamente a União Económica e Monetária”¹⁰⁴.

¹⁰¹ Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), p. 116. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>.

¹⁰² Ivo Cruz, B. (2019). Portugal e a Dimensão Atlântica do Brexit. *Prémio*, pp. 36-37. Disponível em: https://issuu.com/cunhavaz/docs/rev_pr_mio_nov2019.

¹⁰³ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores, p.19.

¹⁰⁴ Portal do Governo, (2016). *Novo estatuto do Reino Unido não impede aprofundamento da União Europeia*. [online]. Disponível em:

O Governo de António Costa, apesar da manifesta tristeza – e, tal como David Cameron, uma grande surpresa – perante o resultado do referendo que ia contra a unidade europeia (tida como prioridade para Portugal), assumiu sempre a posição de amigáveis negociações com o Reino Unido, tanto no contexto multilateral, como bilateral, respeitando a “decisão soberana, tomada de forma democrática”¹⁰⁵.

António Costa, no seguimento do resultado do referendo, utilizando as duas frentes de ataque – atlântica e europeia – afirmou o seguinte: “a minha primeira palavra, quero dirigi-la ao povo britânico: Quero recordar que nós temos com o Reino Unido a mais antiga aliança do mundo, que é muito anterior à entrada de Portugal para as Comunidades Europeias e que prosseguirá muito para além daquilo que será a saída do Reino Unido da União Europeia”. Garantindo que tudo faria para assegurar os direitos dos portugueses residentes no Reino Unido e vice-versa, António Costa atestou, ainda, que, apesar da tristeza perante a decisão do povo britânico, esta “deve ser uma oportunidade para que os 27 países da União Europeia reafirmem a sua vontade de prosseguir juntos, mas refletindo sobre o que significam também estes resultados e a necessidade que temos de responder àquilo que são as necessidades e os anseios dos cidadãos da Europa: poderem ter mais segurança, poderem ter mais confiança na prosperidade do futuro, poderem viver com liberdade e poderem escolher por si próprios as alternativas e os caminhos que querem seguir”¹⁰⁶.

Aqui está a análise que a UE deve fazer. O que falhou? O que levou um Estado como o Reino Unido a querer sair da União? O que fazer para evitar fenómenos de contágio?

Portugal, “norteadado pelo duplo objetivo de assegurar a continuidade e vitalidade do projeto europeu (...), e a manutenção de uma parceria estratégica com o Reino Unido, quer por parte da nova União Europeia, quer a nível bilateral”¹⁰⁷ tinha e tem o maior interesse em evitar o evoluir de euroceticismos e, dada a sua frágil condição socioeconómica, as instabilidades na Europa e no mundo devem ser reduzidas o mais possível. Para além do mais, as relações económicas e de defesa que mantém com a sua secular aliada são bem estimadas pela

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20160219-pm-ue-ru> [Acedido a 20/01/2021]

¹⁰⁵ Portal Diplomático, 2016. *Comunicado do MNE sobre a saída do Reino Unido da União Europeia* Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/24-junho-de-2016>

¹⁰⁶ Portal do Governo, (2016). *Declaração do Primeiro-Ministro sobre a saída do Reino Unido da União Europeia*. [online] Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20160624-pm-brexite> [Acedido a 21/01/2021].

¹⁰⁷ Ibid.

administração portuguesa e, como tal, devem ter a preservação como algo essencial. Estes factos ajudam a explicar a posição portuguesa ao longo de todo o processo.

Contudo, o resultado do referendo foi uma arma utilizada pelo governo de António Costa para combater a sombra das sanções da União Europeia e um aviso à organização no sentido de esta mudar o rumo das coisas, o seu *modus operandi*.

Em suma, Portugal optou por uma postura de flexibilidade no decorrer das negociações com o Reino Unido, respeitando a opção soberana do Reino Unido e tentando colmatar qualquer risco que adviesse deste êxodo para as relações luso-britânicas. Contudo, o governo português definiu algumas linhas encarnadas, matérias fundamentais para a matriz da União Europeia, como já vimos anteriormente. O impacto que o *Brexit* pode vir a ter na economia lusa é desproporcional ao impacto que teve no debate interno, isto porque, como já foi acima mencionado, Portugal vivia mergulhado numa preocupação com a crise do Euro e as possíveis sanções vindouras dado o incumprimento de metas europeias para o défice. De facto, “a campanha para o referendo britânico recebeu pouca atenção no debate político português. Durante esse período, o debate nacional esteve altamente centrado nas dificuldades económicas do país e na viabilidade política do seu novo governo, formado com base numa aliança parlamentar sem precedentes entre partidos de esquerda”¹⁰⁸

Com efeito, a posição de Portugal reflete uma “orientação euro-atlântica da política externa de um pequeno Estado, que tem a necessidade de prosseguir uma diplomacia flexível e ágil, capaz de conciliar de maneira positiva as diferentes dimensões da sua ação externa e valorizar a sua posição no sistema internacional”¹⁰⁹.

Portugal quer uma boa relação entre o Reino Unido e a União Europeia. Contudo, se tiver de escolher entre um e outro, irá escolher o segundo.

c) O Processo e o Referendo

Como já vimos acima, em 1975, dois anos depois da adesão do Reino Unido à então CEE, o país referendou a sua presença na mesma e o resultado foi positivo. Contudo, a sua entrada nunca se deu por inteiro, como já foi suprarreferido. E, a nível sociológico, também os britânicos têm vindo a sentir-se, cada vez menos, europeus. Isto é, não são membros da zona euro, não pertencem ao espaço Schengen, não veem a participação do seu país na UE como essencial ao

¹⁰⁸ Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), p. 120. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.125.

regime democrático, não associam a modernização e prosperidade do Reino Unido ao mercado único e acreditam que o processo de integração europeu coloca em causa a sua identidade nacional¹¹⁰. Deve-se somar a todos estes fatores algo essencial e que Cameron não terá tido em conta aquando da proposta do referendo: a essência dos britânicos, i.e., um povo historicamente isolacionista no que respeita ao continente. Tudo isto contrasta, fortemente, com o pensamento português da atualidade.

No ano de 2015, o tema da imigração era dos que mais guiava o debate social entre os cidadãos britânicos. De acordo com uma sondagem do YouGov, os assuntos que mais preocupavam, de algum modo, o eleitorado no final desse ano, era a imigração (63%), a saúde (39%) e a economia (33%)¹¹¹. A apreensão perante a questão da migração foi crescendo desde 2004, à medida que vários trabalhadores de outros Estados membros – essencialmente de Leste – vinham chegando ao país.

Contudo, essa aflição não surgiu subitamente e do nada. No debate político – essencialmente no partido de Nigel Farage, o UKIP - pairavam razões que davam pujança a esses receios. Um dos grandes argumentos era uma relação entre o crescente número de imigrantes e a descida dos salários dos trabalhadores menos qualificados¹¹².

Para além da ameaça a nível laboral, pairava um receio ainda maior: o terrorismo. É necessário observar que, em 2015, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações, cerca de 1 milhão de imigrantes e refugiados entraram na Europa, ilegalmente.¹¹³ Nesse mesmo ano, uma onda de ataques terroristas – sendo os mais mortíferos os que sofreu a capital francesa, tendo alguns desses atacantes passado a fronteira da Hungria, enquanto refugiados – assombrou o povo europeu. Justa ou injustamente, foi feita, no seio dos cidadãos, uma ligação entre a segurança e a imigração.

Como promessa de David Cameron, o referendo ia para a frente e, com isso, deu-se início a uma campanha com várias frentes de ataque, estando as duas forças – os “Remainers” e os “Leavers” – organizados, naturalmente, em campos diferentes. O primeiro guiado pelo princípio

¹¹⁰ Franco, L. (2015). Portugal and Brexit: Old Alliance, New Government. *European Council on Foreign Relations*. Disponível em: https://ecfr.eu/article/commentary_portugal_and_brexit_old_alliance_new_government4085/

¹¹¹ In D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. 11.

¹¹² Dominiczak, P. e Spence, P. (2015). Mass Migration Driving Down Wages Offered to British Jobseekers. *Daily Telegraph*, [online]. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/politics/12063052/Mass-migration-driving-down-wages-offered-to-British-jobseekers.html> [Acedido a 23/01/2021].

¹¹³ S.n., (2015). Migrant crisis: One million enter Europe in 2015. *BBC News*, [online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-35158769> [Acedido a 23/01/2021].

dos riscos económicos do Brexit e o segundo as perdas para o Reino Unido de permanecer na UE, sob a égide do descontrolo da imigração.

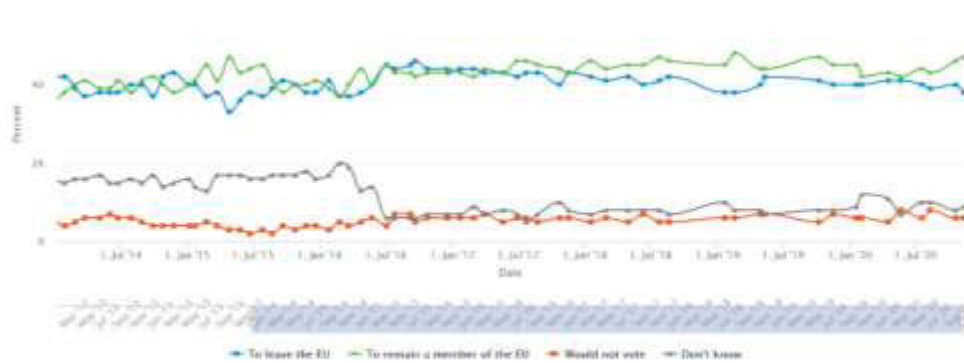
Os primeiros eram compostos por apoiantes de diferentes quadrantes políticos, almejando a permanência do Reino Unido na União Europeia, entendendo que o caminho para lá chegar passava por combater os eurocéticos, sob o lema de “Stronger in Europe”. Este moto originou uma angariação de apoios junto de vários partidos do País de Gales e da Irlanda do Norte. Para além destes, vários foram os grupos da sociedade que se juntaram às forças europeístas: London First, Friends of the Earth, Lawyers In for Britain, Scientists for EU, entre outros¹¹⁴. Foi, como se vê, uma total movimentação de forças de forma a conseguir os meios para atingir os fins.

Os segundos, forças integradas por ativistas que nunca terão aceitado o resultado do referendo de 1975, assim como o Tratado da União Europeia de 92. “Although Leavers were often dismissed by the political-economic establishment as a motley collection of wrong-minded trouble-makers (...) they had built a serious army”¹¹⁵ e, tal como o grupo opositor, os seus apoiantes eram oriundos de diversas linhas de pensamento. É conhecida a disparidade de ideias que colocaram membros do Partido Conservador contra os próprios líderes. Disto são exemplo políticos como Steve Baker, John Baron, Peter Bone, entre outros que, ao verem um falhanço dos conservadores em reduzirem a crescente integração europeia, tornaram-se defensores de um referendo. Por outras palavras, incorporaram o euroceticismo. Estes grupos foram-se juntando desde a década de 90 do século passado, criando o *Referendum Party*, mais tarde, UKIP.

Durante a campanha, a ideia geral era de que o Remain venceria no referendo. Essa visualização era apoiada por uma serie de projeções que mostravam que essa seria a opção dos britânicos. No gráfico seguinte, estão inseridos os dados relativos ao período 2014-2020:

¹¹⁴ In D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press.

¹¹⁵ Ibid., p.15.



Fonte: whatukthinks.org

Luís Aguiar-Conraria, escrevendo para o Observador, faz uma análise muito interessante acerca de algumas críticas feitas ao referendo¹¹⁶. A primeira grande arma usada pelos negacionistas foi a de que o populismo teria sido utilizado nas campanhas precedentes. Ora, “até parece que a Marine Le Pen se tornou a mais popular política francesa por referendo. (...) E até parece que em eleições gerais os candidatos nunca mentem, nunca cedem aos populismos e nunca, mas nunca, prometem aquilo que não podem cumprir. A verdade é bem mais prosaica. Os principais perigos que há com um referendo também existem com eleições gerais”, asseverou o mencionado analista.

Uma das grandes vantagens, entre outras, dos referendos consiste em que, regra geral, se vota numa temática singular e, desse modo, torna-se mais fácil ao eleitor reunir informações que canalizará para o seu voto. Nas eleições gerais, por seu lado, o cidadão vota numa quase infindável lista de programas eleitorais. Isto tudo encontra-se somado ao argumento base: não há maior forma de colocar em prática a democracia e a consciência cívica (veja-se o caso da Suíça onde se diz muitas vezes que a oposição é o povo).

Contudo, o exercício do referendo acarreta perigos. Reduzir assuntos complexos a uma simples votação de sim ou não, legalizar ou criminalizar, entre outros pode resultar em terremotos políticos por não se anteverem algumas variantes. Em entrevista ao Observador, Alexandra Cirone afirma que “os referendos são ferramentas imprecisas para o exercício da democracia, porque pedem aos cidadãos uma resposta fechada a assuntos complexos, ou emocionais, (...). Os referendos resultam muitas vezes numa divisão profunda que os próprios políticos não antecipam nem querem”¹¹⁷.

¹¹⁶ Aguiar-Conraria, L. (2016). O Último Reduto dos Derrotados. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-ultimo-reduto-dos-derrotados/> [Acedido a 20/01/2021].

¹¹⁷ França, A. (2016). Os Referendos São Perigosos Para a Democracia?. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/os-referendos-sao-perigosos/> [Acedido a 21/01/2021].

Enfim, no ano de 2015, o Partido Conservador, chefiado por David Cameron vence, por maioria absoluta, as eleições gerais, contra as expectativas, para além de que desde Margaret Thatcher que um Primeiro-Ministro conservador não conseguia uma reeleição e de modo absoluto. Uma razão para tal fenómeno terá sido, talvez, a eleição de Jeremy Corbyn – extrema-esquerda – para líder do partido Trabalhista o que chocou, de certo modo, uma grande ala da sociedade.

Como Cameron havia prometido - “é tempo de dar a palavra ao povo britânico. É tempo de decidir a questão europeia na política britânica” -, o reeleito Primeiro-Ministro, na sequência de um crescente euroceticismo no partido dos *tories* e uma subida nas sondagens do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), chama o povo britânico para um referendo: “Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?”.

Como já referido, após a sua reeleição o Primeiro-Ministro britânico começou a renegociar a relação entre o seu país e a UE – logo na semana seguinte, na Cimeira de Riga – e deu início a uma série de visitas aos seus homólogos dos países membros, almejando obter o apoio nas reformas que o Reino Unido pretendia implementar na União Europeia, antes do prometido referendo, tendo vindo ao nosso país em setembro de 2015 (ano da sua vitória eleitoral).

Contudo, a tarefa – o próprio sabia-o – não era fácil. Diz o ditado que “não é possível agradar a gregos e troianos” e David Cameron tinha diante de si uma tarefa hercúlea: por um lado, uma minoria dentro dos *tories* para quem um acordo com a Europa era algo que deveria ser recusado e votado sempre negativamente, e por outro, os parceiros europeus que, apesar de saberem os riscos que a Europa corria com a saída de um membro como o Reino Unido, jamais poderiam ceder a todas as suas exigências. Tarefa árdua, dificultada pela pressão escocesa de que organizaria um novo referendo (relativo à independência) se o povo britânico votasse a saída da EU, ao que provavelmente se juntaria a Irlanda do Norte, fortemente europeísta.

Não obstante tais riscos, David Cameron só aceitaria ficar na União Europeia – como era seu desejo – se Donald Tusk cedesse às exigências britânicas: um mercado único de países fora da zona euro, mas pertencentes à UE; o aumento da competitividade da economia europeia; o fortalecimento do papel dos parlamentos nacionais; alterações às ajudas dadas pelos diferentes países aos imigrantes, entre outros, fazendo jus à sua ideia – “menos Europa é uma melhor Europa”¹¹⁸. Cameron queria, ainda, que qualquer Estado que se viesse a juntar à UE só poderia

¹¹⁸ Pedro Pincha, J. (2015). David Cameron. "Menos Europa é uma melhor Europa". *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/2015/11/10/david-cameron-menos-europa-melhor-europa/> [Acedido a 20/12/2020].

participar no mecanismo da livre circulação se a sua economia estivesse próxima dos restantes Estados membros, evitando vagas de migração de países pobres para outros mais ricos¹¹⁹.

Facto é que, a 2 de Fevereiro de 2016, Donald Tusk apresentou um esboço de medidas destinadas a evitar uma saída do Reino Unido. Entre elas constava a possibilidade de travar os benefícios sociais dos trabalhadores de outros Estados-membros no Reino Unido nos primeiros 4 anos de estadia¹²⁰ e a afirmação que este país não é obrigado a mais “integração política”, “tendo em conta a situação especial que os Tratados lhe conferem”¹²¹.

Tentando evitar uma maioria a votar “*leave*” no referendo do *Brexit*, foi proposto um “travão de emergência” no que respeitava aos imigrantes, indo ao encontro das exigências do fim dos benefícios sociais aos imigrantes, por um período de 4 anos. Contudo, era esperado que tal medida fosse reprovada pela Comissão Europeia ou até pelo Conselho de Ministros.

A Chanceler alemã, por seu lado, afirmou publicamente que as exigências britânicas “não são apenas compreensíveis, mas merecedoras de apoio. É natural que todos os membros da UE possam proteger o seu sistema social contra abusos”¹²². Podemos deduzir que tais palavras tinham um lado diplomático e negocial, já que o grande desejo de Angela Merkel, como seria expectável, era que o Reino Unido - um dos Estados Membros de maior peso - permanecesse na UE.

A tarefa hercúlea que se havia avistado no passado, tinha mesmo provado sê-la. Para além das duras negociações com a União Europeia, as reações dos britânicos iam crescendo em críticas, sublinhando os fracassos de Cameron nas conversações. Falhas como a de não ter conseguido a proibição dos migrantes da UE de enviarem os abonos de família recebidos para os países de origem e a proibição de benefícios para os imigrantes por um período de 4 anos foram alvos de críticas sociais, essencialmente, como seria de esperar, da ala dos eurocéticos. Para o UKIP, a única maneira de controlar a imigração seria mesmo a saída da União Europeia.

¹¹⁹ D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press, p. 23.

¹²⁰ S.N. (2016). O que a União Europeia propõe para evitar o Brexit. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/2016/01/29/uniao-europeia-propoe-evitar-brexit/> [Acedido a 20/12/2020].

¹²¹ Presidência do Conselho Europeu, (2016). *Carta do Presidente Donald Tusk aos membros do Conselho Europeu sobre a sua proposta de um novo quadro para o Reino Unido na União Europeia*. [Online] Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/02/02/letter-tusk-proposal-new-settlement-uk/> [Acedido a 18/01/2021].

¹²² Fonseca Pereira, A. (2016). Cameron jogou tudo e descobre agora em Bruxelas se pode reclamar vitória. *Público*, [online]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/02/18/mundo/noticia/cameron-jogou-tudo-e-descobre-agora-em-bruxelas-se-pode-reclamar-vitoria-1723642> [acedido a 20/12/2020].

Contudo, o tema não ficou apenas pelas críticas. Estes “falhanços” nas negociações deram pujança aos movimentos do *leave*. É factual que a maioria dos eleitores sentiram que as reformas não teriam sido suficientes e, se a grande maioria dos britânicos optaria pela permanência na União, desde que fossem feitas algumas reformas, o receio de Cameron ia crescendo.

Apesar da manifesta profunda vontade de ambos os lados, diga-se UE e RU, em evitar a saída britânica, não foi possível chegar a um acordo que fosse ao encontro das vontades do Reino Unido. O que David Cameron tentou evitar durante tanto tempo, veio mesmo a acontecer. Com uma vitória de 51,9%, o povo britânico votou para no abandono da União Europeia. Perante tal cenário, David Cameron apresenta a sua demissão – “as negociações com a União Europeia terão de começar com um novo Primeiro-Ministro” - e, mais tarde, renuncia, também, ao cargo de deputado. Como sua sucessora, Theresa May assumiu as rédeas de um país instável. Apesar de ser contra a saída do Reino Unido da UE, a conservadora afirmou que “*Brexit means Brexit*” e não havia volta a dar. A decisão de sair estava tomada – democraticamente – e o que havia a fazer, posta a incerteza económica e política, era evitar cenários dramáticos.

BREXIT: PÓS-REFERENDO

a) Negociações Bilaterais e Multilaterais

A onda de choque causada pelo *Brexit*, que atingiu a Europa em 2016, deixou perplexos e preocupados agentes económicos, governantes e as próprias autoridades europeias.

Foram várias as tentativas de acertar um acordo para a saída do Reino Unido, o que foi sendo constantemente adiado. A incerteza quanto à chegada desse acordo e, no caso dele existir, quais as condições que o comporiam, gerou receio nos diversos quadrantes europeus e, também, globais.

Já, anteriormente, se procurou analisar o receio do impacto político e institucional que a decisão britânica poderia ter no projeto europeu. Importa, para a presente dissertação, indagar as consequências económicas que o *Brexit* poderá vir a ter na economia portuguesa, já que o mercado britânico é um dos que para onde mais exportamos - o primeiro a nível de serviços e o

quarto a nível de bens¹²³, com o número de empresas portuguesas exportadoras para o Reino Unido com uma tendência crescente, desde 2014.

O mundo de hoje é uma constante de mudanças, sendo o futuro uma certeza incerta e, como tal, os cenários de impactos são diversos.

Importa, contudo, analisar o problema de uma ótica ampla, já que os setores não sofrerão os mesmos efeitos (negativos, mas também positivos pois poderão surgir oportunidades). De facto, como referiu Luís Castro Henriques, “Portugal poderá captar o interesse de um maior número de investidores britânicos, atraídos pelos nossos fatores de competitividade, mas também pela vantagem de poderem ter uma operação num país da União Europeia”¹²⁴.

Assim sendo, e parafraseando Immanuel Kant na sua obra “Crítico da Razão Pura” - “avalia-se a inteligência de um indivíduo pela quantidade de incertezas que ele é capaz de suportar” - é, de facto, verdade que os países e a União Europeia, como um todo, deviam e devem conduzir o tópico – muitas vezes nas brumas – com sensibilidade e inteligência.

Mas se é verdade que as ameaças enfrentadas pelos diferentes setores da economia são distintas, também é um facto que a exposição da economia britânica às adversidades impostas pelo *Brexit*, é assimétrica à da Europa - agora - dos 27. De facto, “a UE27 representa (...) mais de metade das importações do RU (cerca de 53%) e um pouco menos de metade das suas exportações (cerca de 45%), enquanto o Reino Unido apenas representa cerca de 3% (0,5%) e 2,2% (0,6%), respetivamente, das exportações e das importações de bens (serviços) da UE27. A atividade económica diretamente em risco, medida pelo PIB associado às exportações, é quatro vezes superior no RU (12%) face à UE27 (3%), com especial destaque para as atividades de serviços que são responsáveis por um pouco mais de 40% das exportações do Reino Unido para os seus parceiros atuais da União Europeia”¹²⁵.

Perante a decisão britânica, como é que deveria reagir a Europa? Segundo o Professor Miguel Monjardino, em entrevista ao jornal Observador¹²⁶, deveria haver um discurso sancionatório a nível político, de modo a “evitar que outros países sigam as mesmas pisadas”. Para evitar este desmantelamento, a UE tem de escolher entre dois caminhos: aumentar a autonomia dos

¹²³ Confederação Empresarial de Portugal (2018). *Brexit: As Consequências Para a Economia e as Empresas Portuguesas*.

¹²⁴ Portugal Global (2021). *Portugal e o Reino Unido: Os Impactos do Brexit*. P.4

¹²⁵ Confederação Empresarial de Portugal (2018). *Brexit: As Consequências Para a Economia e as Empresas Portuguesas*. P. 10.

¹²⁶ Peixoto, M. e Falcão, C. (2016). *Brexit. Os 5 Dilemas Que A Europa Tem De Resolver (já)*. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brexit-os-5-dilemas-que-a-europa-tem-de-resolver-ja/> [Consultado a 6/5/2021].

Estados-Membros e aceitar maior diversidade ou acelerar o processo de integração. Sendo certo, porém, que o *Brexit* aumentou o poder de defesa dos diferentes Estados-Membros.

Contudo, reitera que, a nível comercial e económico, a estratégia deve ser distinta. A maior economia europeia – Alemanha – e outras como França, Portugal, Itália, etc estão fortemente interligadas à velha ilha. “Em 2015, de acordo com o gabinete de estatísticas alemão, o Reino Unido era o terceiro principal mercado de exportação dos produtos alemães — são 89,3 mil milhões de euros que estão em causa. Dentro da União Europeia, só França ocupou um lugar mais importante, tendo ficado em segundo, com 103 mil milhões de euros em bens comprados à Alemanha”¹²⁷.

Do lado britânico, a importância não decresce: em Abril de 2016 – como nos é apresentado neste artigo – 13% das importações inglesas são oriundas do mercado alemão. E, “em termos globais, o Reino Unido contribui com 10,2% para o comércio intracomunitário. É o mesmo que dizer que dá 302,5 mil milhões de euros em negócio aos Estados-membros”¹²⁸.

Foi - e continua a ser - de extrema importância, dadas as circunstâncias acima descritas, que o processo de retirada do Reino Unido da União Europeia, fosse conduzido com seriedade e praticabilidade. As emoções e sentimentalismos fazem parte do ser humano mas as ameaças às economias da UE são dignas de preocupação.

Assim, em verdade, após a notificação por parte do RU da sua intenção de saída da União Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atómica - a 29 de Março de 2017 - iniciaram-se as negociações a 19 de Junho do mesmo ano. Com esse começo, ambas as partes verificaram os Termos de Referência para as Negociações do Artigo 50º do Tratado da União Europeia¹²⁹ que, sendo como que um livro de instruções, definia a estrutura de negociações, datas e as prioridades a ter em conta nas diversas fases e rondas de negociações, onde impera a ordem de transparência¹³⁰.

Importa fazer uma breve referência ao artigo 50º do Tratado da União Europeia. Incluído, pela primeira vez, no Tratado de Lisboa de 2007, este define o procedimento a tomar no caso de um Estado Membro decidir sair da UE. Para invocar o artigo 50º, um Estado Membro está obrigado a notificar o Conselho Europeu.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ver Anexo 1.

¹³⁰ Site da Comissão Europeia. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/eu-uk-art-50-terms-reference_agreed_amends_en.pdf

Tal processo observou-se no caso presente. Como sabemos, a metodologia apresentada inicialmente sofreu inúmeras alterações até à saída oficial do Reino Unido mediante um acordo. Contudo, far-se-á uma referência ao plano primitivamente estipulado.

Após a notificação por parte do RU, o Presidente do Conselho Europeu – Donald Tusk – invoca um Conselho extraordinário para 29 de Abril do mesmo ano, onde se pretendia atingir um consenso relativo às diretrizes para a retirada do Reino Unido da União Europeia e que princípios se deveriam observar durante o processo de negociações.

O Conselho teria de aprovar as diretrizes de negociações – sugeridas pela Comissão – por uma maioria de 72% dos 27 países da UE. Após essa aprovação, essas negociações teriam início, sendo conduzidas por um “negociador” designado pelo Conselho Europeu. Para o presente (e único) caso, foi nomeada a Comissão como negociador da União, tendo apontado como chefe das negociações o político francês Michel Barnier. A tarefa não era fácil e não foi, como hoje o sabemos. Antevendo tal custosa tarefa, o Presidente da Comissão Europeia – Jean-Claude Juncker -, ao anunciar a nomeação, afirmou que queria um político experiente para este trabalho difícil¹³¹.

Uma das grandes perturbações em todo o processo do *Brexit* decorreu de uma norma existente: após a invocação do artigo 50º, o acordo de saída ordenada deve estar concluído num período de dois anos. Este princípio gerou várias tensões nas rondas negociações já que, se tal não fosse cumprido os tratados de saída deixariam de se aplicar. O prazo poderia ser, contudo, estendido, mediante uma unanimidade do Conselho. Até lá, o Estado Membro manter-se-ia na União Europeia, com todos os direitos e deveres inerentes a essa pertença.

Atingido o acordo, o negociador deveria apresentar ao Conselho e ao Parlamento Europeu. O segundo tem de aprovar, respeitando a vontade de uma maioria simples. O primeiro deve, igualmente, aprovar mas com uma maioria qualificada. O próprio Estado Membro, seguindo-se pelas suas disposições constitucionais, deve, igualmente, dar o seu avale.

Em conjunto com a própria Comissão Europeia – enquanto negociadora – Michel Barnier tinha o dever de manter o Conselho e o Parlamento informados de todas as fases de negociação. Fortemente interessados em proteger os seus interesses, os Estados Membros estão perto do negociador da União, dando conselhos e acompanhando todas as fases.

¹³¹ S.N. (2016). Brexit: France's Michel Barnier made European negotiator with UK. *BBC NEWS*, [online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36901875> [consultado a 9/2/2021].

As negociações deveriam decorrer durante o período compreendido entre junho de 2017 e novembro de 2018¹³². Contudo, apesar do que consta no Anexo 2, a cronologia não foi a mesma postas as complicações decorrentes do processo e como veremos adiante.

A 11 de Março de 2019, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e a Primeira-Ministra do Reino Unido, Theresa May, reuniram-se em Estrasburgo e chegaram a acordo sobre os textos do Instrumento Relativo ao Acordo de Saída e a Declaração Conjunta que complementa a Declaração Política. O primeiro dá esclarecimentos e garantias jurídicas quanto à natureza da “solução de último recurso”, *i.e.*, o “backstop”. O segundo, por seu lado, estabelece o quadro para as relações futuras entre a União Europeia e o Reino Unido e a Irlanda do Norte. Estes textos foram aprovados 10 dias depois pelo Conselho Europeu.

A 20 de Março é pedido, pelo Reino Unido, a prorrogação do *Brexit*. Dadas as complicações impostas pela Câmara dos Comuns – rejeitou por duas vezes o acordo apresentado, votando, por outro lado, a impossibilidade da saída da União Europeia sem um acordo negociado e uma moção do Governo que propunha uma curta prorrogação do prazo previsto no Artigo 50.º, se a Câmara dos Comuns apoiasse uma votação significativa antes do Conselho Europeu que se iria realizar na mesma semana – a então Primeira-Ministra, Theresa May, escreveu ao Presidente do Conselho Europeu – Donald Tusk – a “informar por escrito o Conselho Europeu de que o Reino Unido solicita uma prorrogação do prazo do artigo 50.º, previsto no artigo 50.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia, inclusive conforme aplicado pelo artigo 106.º-A do Tratado Euratom, até 30 de junho de 2019”¹³³.

Por consequência, os líderes dos 27 reuniram-se para debater esse tema e a 22 de Março saiu uma decisão formal. No Artigo 1º da Decisão do Conselho Europeu, tomada com o acordo do Reino Unido, que prorroga o prazo previsto no artigo 50.º, n.º 3, do TUE, constou o seguinte: “Na eventualidade de o Acordo de Saída ser aprovado pela Câmara dos Comuns até 29 de março de 2019, o mais tardar, o prazo previsto no artigo 50.º, n.º 3, do TUE é prorrogado até 22 de maio de 2019. Na eventualidade de o Acordo de Saída não ser aprovado pela Câmara dos Comuns até 29 de março de 2019, o mais tardar, o prazo previsto no artigo 50.º, n.º 3, do TUE é

¹³² Ver Anexo 2.

¹³³ Site do Conselho Europeu. Carta de Theresa May a Donald Tusk, 20 de março de 2019. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/XT-20005-2019-INIT/pt/pdf>

prorrogado até 12 de abril de 2019. Nesse caso, o Reino Unido indicará antes de 12 de abril de 2019 um caminho a seguir, para que seja ponderado pelo Conselho Europeu”¹³⁴.

Perante a rejeição do acordo de saída pela Câmara dos Comuns, a Primeira-Ministra Theresa May escreveu a Donald Tusk pedindo uma prorrogação da referida data para o dia 30 de Junho de 2019, manifestando-se a forte vontade britânica em sair da comunidade europeia de forma ordenada e perante um acordo favorável a ambas as partes. Acrescentou, ainda, que os deveres inerentes à presença da UE – no caso presente, as eleições para o Parlamento Europeu – seriam devidamente cumpridos pelo Reino Unido¹³⁵. No Conselho Europeu de 10 de Abril os líderes dos 27 acordaram em adiar a saída até 31 de Outubro de 2019. A hábil diplomacia britânica ia saindo vencedora nas negociações...

No dia seguinte - 11 de Abril - é redigido um acordo formal sobre a saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica que é aprovado pelo Conselho a 17 de Outubro.

Dada a falta de ratificação de todas as partes do referido acordo, o Reino Unido pede – a 19 do mesmo mês – a prorrogação do prazo do Brexit para o dia 31 de Janeiro de 2020. Claro está que, se a ratificação acontecer antes desse limite, o prazo seria antecipado. Apesar de haver interesse, de ambas as partes, em dar lugar a uma saída ordenada, as constantes prorrogações implicavam uma coisa: o Reino Unido continuava a ser um Estado-Membro da União Europeia com todos os direitos e, claro, obrigações adjacentes a essa mesma pertença. Obrigações essas cujo fim tinha sido referendado pelos britânicos.

b) Efeitos de uma Decisão Unilateral, em Contexto Multilateral, Numa Relação Bilateral. Consequências Para o Futuro das Relações Bilaterais?

“Às 23h00 (hora de Portugal continental) do dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou de ser um Estado-Membro da União Europeia. Nesse momento, entrou em vigor o Acordo de Saída, garantindo uma saída ordenada desse país da União Europeia, e iniciou-se um período transitório, que terminou no dia 31 de dezembro de 2020. Durante esse período, o direito da União continuou a aplicar-se ao Reino Unido e a situação dos cidadãos, consumidores,

¹³⁴ Site do Conselho Europeu. Decisão do Conselho Europeu, tomada com o acordo do Reino Unido, que prorroga o prazo previsto no artigo 50.º, n.º 3, do TUE. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/XT-20006-2019-INIT/pt/pdf>

¹³⁵ Site do Conselho Europeu. Carta de Theresa May a Donald Tusk, 5 de Abril de 2019. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/793058/PM_letter_to_His_Excellency_Mr_Donald_Tusk__1_.pdf

empresas, investidores, estudantes e investigadores manteve-se, por isso, inalterada tanto na União Europeia como no Reino Unido”¹³⁶.

Após a ratificação do acordo de saída, a 30 de Janeiro, começara o período de transição. Durante este período, as obrigações e deveres de um Estado-Membro continuariam a aplicar-se ao Reino Unido e, em fevereiro do mesmo ano deu-se início às negociações das futuras relações entre a União Europeia e o Reino Unido. O Acordo de Comércio e Cooperação teve início a 1 de Janeiro de 2021, na mesma altura em que termina o período de transição.

Chegamos, portanto ao ponto fulcral da presente dissertação. De que forma é que os termos negociados influenciarão as relações bilaterais entre portugueses e britânicos? Será o Reino Unido o grande vencedor deste impasse? Em que situação fica a diáspora portuguesa na velha ilha?

Nunca foi desejo português de que o Reino Unido abandonasse a União. Tal, porém, não se verificou e, com olhos postos no futuro, a administração lusa deve zelar por manter o forte e histórico relacionamento entre os dois Estados.

Diz o ditado popular que “o futuro a Deus pertence”. Contudo, analisando os dados que poderão ser alvo de leitura, seja o próprio acordo entre a UE e o Reino Unido, seja a visão política do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva ou do Embaixador britânico acreditado em Lisboa, poderemos tentar analisar as futuras relações luso-britânicas.

De facto, se a nível institucional parece não haver fatores de rutura nas relações bilaterais, o mesmo poderá não aplicar-se a nível económico que, a partir do dia 1 de janeiro (altura em que entrou em vigor, provisoriamente, o acordo de enquadramento das relações futuras euro-britânicas, o Acordo de Comércio e Cooperação), passou a pautar-se por novas diretrizes, no que respeita à nova convivência da UE com o Reino Unido.

Aqui chegados e anos passados desde a decisão britânica, é escusada a discussão dos “ses” e “mas”, mas sim encarar a nova realidade e analisar tanto os prejuízos como as novas oportunidades que daqui poderão sobrevir.

De facto, como nos é apresentado¹³⁷, um quinto dos turistas que Portugal recebe são britânicos. A nível do imobiliário 17,3 por cento das vendas a não residentes foram para britânicos (em 2019). Em 2018, o Reino Unido era a terceira nacionalidade estrangeira a residir

¹³⁶ Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Brexit – A Saída do Reino Unido da União Europeia*. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/brexit>

¹³⁷ PortugalGlobal, p.15

em Portugal e, no sentido inverso, Portugal era a sexta nacionalidade no território britânico. Um enorme capital humano luso a residir no Reino Unido, “ao serviço de Portugal, da nossa imagem de país moderno, inovador, e sempre aberto ao mundo.”¹³⁸

Portugal tem mantido um excedente comercial com este país de 5,3 mil milhões de euros em 2019 e 2,9 mil milhões no ano seguinte, diminuição decorrente da pandemia que abrandou o geral do mundo, exportando mais do dobro dos serviços do que importa (de salientar viagens, turismo, telecomunicações e transportes) e bens (veículos, máquinas, aparelhos, produtos alimentares e vestuário)¹³⁹.

Também a nível de investimento direto estrangeiro (IDE), o Reino Unido ocupava, em 2019, a quinta posição e Portugal o decimo segundo naquele país. Os setores preferenciais do capital britânico têm sido as tecnologias de informação e desenvolvimento de software, industria metalomecânica, enquanto que do lado português há uma preferência de investimento em áreas como a consultadoria, serviços de IT, agroindústria, construção, restauração, mobiliário, entre outras.

O mencionado acordo, composto por três pilares - um acordo de comércio livre; uma nova parceria para a segurança dos cidadãos; e um acordo horizontal em matéria de governação - prevê, disposições específicas no que respeita a serviços, transportes aéreos e rodoviários, investimento, comércio digital, pescas, energia, contratação pública, cooperação policial e judicial, coordenação de sistemas de segurança social, cooperação em matéria de segurança sanitária e cibersegurança, entre outros. Em primeira observação, é fácil de perceber a importância que estas matérias têm no nosso país.

Assim sendo, no que respeita a troca de bens e serviços, ficou definida a isenção recíproca de quotas e tarifas aduaneiras para a maioria dos bens. Contudo, instauraram-se barreiras regulatórias como a certificação da origem das exportações britânicas para o espaço comunitário e, nos casos de bens que ultrapassem o limite de 40 por cento à incorporação de componentes oriundos de países terceiros ao Reino Unido para o respetivo fabrico, poderão ser aplicadas novas taxas alfandegárias; é requerida a certificação sanitária e o controlo fitossanitário na fronteira a todos os bens alimentares britânicos

A nível da concorrência, ficara acordado um compromisso mútuo em assegurar condições de concorrência equitativas mediante uma elevada proteção em domínios como o ambiente,

¹³⁸ Embaixador Lobo Antunes. PortugalGlobal, p. 25.

¹³⁹ Ibid., p.16. Ver anexo 3.

alterações climáticas, a fixação do preço do carbono, os direitos sociais e laborais, a transparência fiscal e os auxílios estatais. A EU pretendia fazer com que o Reino Unido seguisse o evoluir das regras em vigor no mercado único. Contudo, tal não ficou definido aplicando-se, apenas, sanções em caso de divergência forte das regras em causa. Tais litígios serão julgados por uma instituição independente a ambos os lados.

No que ao trabalho se aplica e que muito importa ao nosso país tendo em conta o elevado número de portugueses a residir permanentemente na Grã-Bretanha, todos aqueles que já habitavam o espaço britânico antes do fim de 2020, veem os seus direitos garantidos, sendo apenas necessária a formalização do estatuto de residente. Contudo, aqueles que pretendem mudar-se para o espaço inglês têm de cumprir certos requisitos: Ter boas qualificações, falar inglês, ter uma oferta de trabalho, no mínimo, de 25.600 libras/ ano (20.480 libras/ano em situações específicas), e desempenhar profissões com forte procura (atualmente incluem enfermagem, engenharia civil, psicologia), entre outros, a que acrescem custos de emissão do visto e uma taxa para acesso a serviços de saúde. Já no caso da UE, os trabalhadores britânicos que queiram vir para o continente, apenas precisarão do visto e/ou uma autorização de trabalho, o que já existia para todas as estadias superiores a 90 dias consecutivos num período de 180 dias. Com pouca análise do caso, a vitória britânica nas negociações é observável, que poderá vir a afetar de certo modo os portugueses que para lá pretendam emigrar. Contudo, “o controlo da circulação de trabalhadores está entre as questões por resolver entre europeus e britânicos”¹⁴⁰.

Relativamente ao turismo, “setor fortemente atingido pela crise pandémica, mas que tem no Reino Unido um dos principais emissores de turistas, sendo expectável que o interesse dos britânicos pelo destino Portugal seja retomado assim que a conjuntura o permitir”¹⁴¹, ficou definida a isenção de visto para os turistas europeus que permaneçam em solo britânico durante o máximo de seis meses e de 90 dias para os visitantes britânicos. Do lado europeu, exige-se um seguro de viagem, dado que o cartão europeu de saúde deixará de ser válido; uma prova de recursos para a estadia; e o bilhete de regresso.

Nas pescas, setor historicamente importante para Portugal, ficou assente um período de transição de cinco anos e meio, tendo ficado assente que, anualmente, determinar-se-ão as quotas. Até lá, fica o livre trânsito de embarcações pesqueiras. Nos transportes, apenas existe

¹⁴⁰ PortugalGlobal, P.9

¹⁴¹ Ibid. P 4

uma alteração no que respeita a camiões de carga de longo curso onde se espera um mútuo e eficaz controlo fronteiriço.

Como seria de esperar, o impacto do Brexit, a que se associaram as medidas de contenção da pandemia do Covid-19, refletiu-se na economia portuguesa, seja ao nível das importações, seja nas exportações. Contudo, analisando o documento do *Office for National Statistics* do Reino Unido¹⁴² podemos observar que, fechando-se uma porta, abre-se uma janela, essa de oportunidades para o nosso país, já que a queda ao nível das exportações portuguesas não terá sido tão acentuada como a de países como a Bélgica ou a Alemanha. E o mesmo se verifica no caso das exportações britânicas para os principais mercados europeus.

Poderá esta janela ser alargada pela extensa história e laços entre os dois Estados? Dever-se-á jogar este trunfo de modo a refrear as consequências nefastas do *Brexit*? Sem dúvida alguma! Portugal pode e deve usar a história de modo a reafirmar a sua posição de forte parceria perante os britânicos. E essa parceria pode desenvolver-se sobre vários setores: alimentar (os produtos portugueses são fortemente reconhecidos no mercado de consumo britânico e poderão expandir-se ainda mais¹⁴³), vestuário, *e-commerce* (com tendências de crescimento em todo o mundo, impulsionado pela pandemia¹⁴⁴, apesar de não substituir por completo o tradicional “Brick and Mortar”), sustentabilidade (de acordo com o Índice do Desenvolvimento Sustentável da Fundação Bertelsmann, Portugal está entre os cinco países com melhor desempenho no que respeita ao combate às alterações climáticas, sendo quarto nas emissões de CO2 associadas à produção de energia e na sustentabilidade energética, e quinto em termos de intensidade de energia primária e de eficiência energética).

Entre as várias oportunidades para as empresas portuguesas, surge o plano britânico de recuperação da pandemia – “Build Back Better” – anunciado em Março de 2021. O Governo inglês pretende, com isto, recuperar da forte quebra económica resultante do confinamento interno e externo, assente numa economia verde, e onde empresas estrangeiras poderão investir, em parceria com o Governo britânico em empresas da velha ilha com uma forte estrutura de I&D¹⁴⁵. Na mesma linha, surgiu o plano “Build, Build, Build” destinado á construção

¹⁴² *Office for National Statistics. UK trade in goods country-by-commodity data for 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/bulletins/uktrade/january2021#explore-uk-trade-in-goods-country-by-commodity-data-for-2020-with-our-interactive-tools>*

¹⁴³ PortugalGlobal, P. 17

¹⁴⁴ CTT. E-Commerce Cresce 46% em 2020 Para 4,4 Mil Milhões de Euros. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/media/noticias/e-commerce-cresce-46-em-2020-para-4-4-mil-milhoes-de-euros>

¹⁴⁵ *Government of the United Kingdom. Build Back Better: our plan for growth. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/build-back-better-our-plan-for-growth>*

de habitações e onde as várias empresas portuguesas do setor poderão ver várias oportunidades.

Portugal tem, deste modo, um caminho aberto para marcar a sua posição estratégica no mercado britânico e deve utilizar os históricos laços anglo-portugueses para impulsioná-la.

CONCLUSÃO

Como se foi argumentando ao longo da presente dissertação, não se poderá compreender o presente sem antes impor um escrutínio ao passado e aos elementos que este abarca. Na verdade, o presente não é se não o passado adaptado às circunstâncias que vão ocorrendo. Será de assumir, pois, sob índole lapalisseana, que Portugal não teria sido o que foi, e como ora se apresenta, se os diversos episódios da sua rica e complexa história não fossem o que foram. Complexidade essa perfilhada por Fernando Pessoa, afirmando que “há três espécies de Portugal, dentro do mesmo Portugal; ou, se se preferir, há três espécies de portugueses.”¹⁴⁶

Nada menos seria esperado em quase 900 anos de história.

Foi moldado, assim como a Europa, pela Idade Média, pela Era Moderna e, por fim pela Era Contemporânea. Como o resto da Europa do Ocidente, compôs-se culturalmente assente nos 3 vetores que foram o romanismo, o cristianismo e o germanismo, como refere Daniel Rops.¹⁴⁷ Foi influenciado por diversos movimentos artísticos e culturais, como o renascimento e o iluminismo, precursores de grandes influências na cultura, designadamente, na arte, na filosofia, e na ciência, em particular, na física, na matemática, nas cosmografia. Se ao primeiro, ao renascimento, se atribuem avanços na arquitetura, na literatura, no humanismo e na economia internacional, reconhecendo-lhe figuras carismáticas como Nicolau Maquiavel ou Copérnico – em Portugal, para não citar mais, um Pedro Nunes, um Abrão Zacuto, André de Resende ou um Damião de Góis¹⁴⁸ - período do florescimento português que, ao partir para o mar desconhecido, desenvolve contactos, não só com outros povos, mas, também, com os mercadores italianos e holandeses, com estudiosos, como Clenardo, e através destes, funcionando como ponto de entrada deste movimento artístico no nosso país, ao segundo se associam progressos ao nível

¹⁴⁶ Pessoa, F. (1979). *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão.)

¹⁴⁷ Rops, D. (1957). “L’Idéal de la Chevalerie”.

¹⁴⁸ Veríssimo Serrão, J. (1994). *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

científico, da industrialização, do cálculo, da razão, da astronomia, enfim um movimento intelectual, o “Século das Luzes e da Filosofia”, com influência na política, como é exemplo o Marquês de Pombal.

Como refere João Carlos Espada, “um dos traços distintivos da civilização ocidental reside no facto de ela assentar num diálogo e numa tensão entre pelo menos três tradições fundamentais: Atenas, ou a tradição da filosofia clássica, Jerusalém, ou a tradição judaico-cristã, e os iluminismos modernos.”¹⁴⁹

É, ainda, no reinado de D. João V que o iluminismo – nascido na França política e literária de Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Diderot, d'Alembert ou Mirabeau, e com raízes no pensamento de Erasmo e Espinoza - entra em Portugal, impulsionado pelos diplomatas D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, o 3º e 4º Condes da Ericeira, D. Luís e D. Francisco de Menezes, respetivamente, entre outros, como o 2º Duque de Lafões (um dos criadores da Academia das Ciências), ou o Clérigo Rafael Bluteau que, vindo para Portugal em 1688, promove a riqueza de uma efervescência intelectual, marcando o alvor do iluminismo em Portugal.¹⁵⁰

Importa, para a ideia que a seguir se expõe, citar umas linhas do livro “Economia Política”, do Professor Doutor Pedro Soares Martinez¹⁵¹: “o iluminismo setecentista e a sorte das lutas políticas do século XIX determinaram, nos grupos dirigentes, uma dissociação radical entre as posições religiosas desses grupos, às vezes meramente formais, e as suas atitudes quanto aos problemas científicos e às questões políticas. A religião constituiria um mundo isolado, intransponível, tolerado, desde que se circunscrevesse ao destino transcendente do homem, sem desse destino extrair conclusões quanto à natureza, ou quanto à estrutura, das sociedades civis. Nos países protestantes, as exigências éticas, frequentemente rigorosas, das respetivas religiões, quebraram-se, face ao domínio dos homens de negócios, muitas vezes alheios a essas mesmas religiões. Nos países católicos, era profundo o abatimento provocado pelas perseguições e pelos cismas.”

De facto, para a configuração da Europa, de Portugal, e suas evoluções não contribuíram somente movimentos artísticos e culturais. Tradicional e historicamente cristão e católico¹⁵²,

¹⁴⁹ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atântico*. Lisboa: Aletheia, p. 173.

¹⁵⁰ Silva Dias, J. S., (1953). *Portugal e a Cultura Europeia: (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora.

¹⁵¹ Soares Martinez, P. (2010). *Economia Política*. 11ª ed. Coimbra: Almedina, p. 280.

¹⁵² Como explica Frederico de Mello Franco, “a religião cristã introduz-se na Península Ibérica por diversas vias, entre as quais se destacam a da grande influência do Cristianismo africano, a do contacto com as províncias e os imigrantes orientais e a do peso das comunidades judaicas, já que é nestas que, até ao século II da nossa Era, se realiza preferencialmente a pregação cristã”. Mello Franco, F. (2022). *Antes de Portugal. Uma Síntese de Leituras Sobre os 9 Séculos Anteriores à Sua Fundação*. Colares: Edição de Autor, p.20.

importa destacar, nele, a relevância do papel da Igreja (também ela promotora da arte, da literatura, da filosofia, do pensamento, em suma), nomeadamente no entendimento cristão do poder, “derivado da concepção personalista do homem.”¹⁵³ Sobre isto escreveu Adriano Moreira¹⁵⁴ que a “querela que se desenvolveu entre as Duas Espadas, e durante a qual a reação dos Príncipes definiu as autonomias que viriam a ser cobertas pelo conceito de soberania renascentista, foi todavia marcada pela contribuição da Igreja para a formação das Nações, e da sua doutrina para o desenvolvimento do tecido cultural em que se reconhece a identidade nacional.” Conclui, desse modo, que “a Igreja teve ação positiva no que respeita aos valores da pátria, de patriotismo, de Nação, que acompanham a regionalização do poder político.”¹⁵⁵ Defende, ainda, o mesmo autor que a própria expansão mundial se deve “à cristandade ocidental.”¹⁵⁶ Sublinha, também, Soares Martinez que a expansão além-mar foi entendida por Roma como sendo um instrumento da *Respublica Christiana* e, como tal, como tarefa evangelizadora que lhe era atribuída, era protegida pelo Papa.¹⁵⁷ Veja-se, por exemplo, a criação do princípio do *mare clausum*.

A ideia de poder no entender da Igreja, nomeadamente a distinção do poder espiritual e temporal, vem já inserido nas escrituras, com atribuição de grau hierárquico superior ao poder espiritual - defendia S. Paulo que todo o poder tem origem em Deus, pelo que era devida submissão às autoridades eclesiais - e merecerá o bosquejo apresentado por Eduardo Santos Silva na sua tese de Doutoramento “Talleyrand: O Homem e o Diplomata”, já aqui citada. Sobre o tema, apontam-se duas menções feitas pelo referido autor: “deve-se obedecer a Deus antes que aos Homens” (Atos dos Apóstolos, 5, 29) e a carta do maniqueísta Papa Gelásio I (492-496), dirigida ao Imperador bizantino, Anastácio I. Neste documento, conhecido como *Duo Sunt*, refere o mencionado Chefe da Igreja que “O mundo é governado por dois poderes – a sagrada autoridade dos Bispos e o poder real – mas o primeiro é mais pesado, visto os padres terem de dar contas a Deus do procedimento dos reis.”

Este foi o entender e o *modus operandi* da Igreja pelos tempos, vindo, face às circunstâncias, a colocar-se acima da autodeterminação dos países e da vontade dos reis (a *Respublica Christiana*). Tempos esses que se vieram a desvanecer com a ideia de soberania. Surgindo na

¹⁵³ Santos Silva, E. (2014). *Talleyrand: O Homem e o Diplomata*. Tese de Doutoramento. Instituto de Ciências Sociais e Políticas. P. 12.

¹⁵⁴ Moreira, A. (1999). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Dom Quixote, p. 365.

¹⁵⁵ *Ibid. In.*, Santos Silva, E. (2014). *Talleyrand: O Homem e o Diplomata*. Tese de Doutoramento. Instituto de Ciências Sociais e Políticas. P. 12.

¹⁵⁶ Moreira, A. (1981). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. 3.ª ed. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, p. 81.

¹⁵⁷ Soares Martinez, P. (1986). *História Diplomática de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Verbo, p.91.

Idade Média na Europa, este conceito havia sido já explorado pelos romanos, impulsionado pela dualidade entre o poder papal e o poder imperial na era medieval. É, contudo, sublinhado e teorizado pela mão de Jean Bodin em *“Les Six Livres Sur La République”* - *“la puissance absolue et perpétuelle d’une république”*, como o próprio escreveu.

O absolutismo europeu, como já se apontou, nasce dessa mesma vontade do Rei em se emancipar da tutela da Igreja, recorrendo, para tal, quer à teoria do direito providencial dos reis na construção dos pensadores da contrarreforma, quer à teoria do direito divino dos reis, indo contra a doutrina de Roma, e que vários autores afiliam ao pensamento reformista (designadamente, Soares Martinez¹⁵⁸). Mas a soberania do Estado não passou apenas por aqui: no caso inglês (e noutros reinos protestantes, como o caso sueco) houve uma subordinação da Igreja ao Estado e, no absolutismo de Luís XIV teve mesmo lugar a tentativa de nacionalização da igreja, conhecida como galicanismo francês. Não é por acaso que, como refere João Carlos Espada, “a atitude perante a religião é uma das principais distinções entre a cultura política daquilo a que Winston Churchill chamava de «povos de língua inglesa» e a cultura política da Europa continental.”¹⁵⁹ A soberania, como aponta Manuel Braga da Cruz, é “anti-teocrática.”¹⁶⁰

Bodin teorizou que a soberania era uma autoridade suprema, estando acima de qualquer poder, sendo “perpétua e absoluta.” Para este tema releva mencionar o austríaco Hans Kelsen, cujo legado conta com mais de 600 publicações influenciadoras da filosofia contemporânea, especialmente na disciplina de direito internacional e, para quem, “a ideia de Estado Soberano, sem nenhuma ordem jurídica superior, implica a primazia do direito nacional sobre o direito internacional, que lhe estaria subordinado”, contrariando a teoria pluralista (dualismo do direito nacional e internacional), com a teoria do reconhecimento internacional do Estado.¹⁶¹

Importa referir, ainda, que o princípio da supremacia da autoridade soberana, cunhado em Vestefália (1648), percussor do equilíbrio de poderes iguais e independentes, delineou a organização do sistema internacional, para o qual a Convenção de Montevideo sobre Direitos e Deveres dos Estados, de 1933, definiu as componentes de uma soberania: população, território e um Governo. Conceito que tem vindo a ser gradualmente adaptado aos tempos, desde logo na Carta das Nações Unidas (seguidora das linhas de 1933) ou nos tempos da Guerra Fria.¹⁶²

¹⁵⁸ Soares Martinez, P. (1991). *Filosofia do Direito*. Coimbra: Almedina.

¹⁵⁹ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 211.

¹⁶⁰ Braga da Cruz, M (2015). *Política Comparada*. Lisboa: Cruz Editores, p. 45.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 46.

¹⁶² Canas Mendes, N. e Pereira Countinho, F. (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote.

Portugal, pelos tempos que sobre os tempos têm decorrido, também se foi adaptando e moldando pela história.

A talhe de foice (e discreto), diga-se que José Mattoso¹⁶³ vem colocar dúvidas sobre as posições de Herculano, de Gama Barros, também de Merêa, por um lado, e por outro sobre as interpretações marxizantes de Armando de Castro e de António Manuel Hespanha, uns e outros tendentes a negar, ou a minorizar a importância da estrutura feudal, ou antes senhorial, do Portugal da Primeira Dinastia.

Segundo o citado autor, as ditas convicções históricas haveriam sido diversas, como refere, “se se tivessem diferenciado os documentos procedentes do Norte litoral das outras regiões. Ali, as instituições senhoriais adquirem a maior pujança e mantêm-se ainda para além do fim da Idade Média (...) no Sul, o Estado depara aí com poderes locais ou regionais mais fortemente implantados (...)” E mais adiante, “se organizarmos a documentação por grandes grupos regionais, não poderemos deixar de reconhecer diferenças fundamentais quanto aos graus de contaminação do Direito Público pelos fenómenos de privatização do poder, características da Idade Média e do “feudalismo”, *versus*, manutenção persistente de noções de direito público nas zonas de organização concelhia. Isto levará a situar (...) os fenómenos de privatização do poder por parte da própria autoridade régia, com as consequentes manifestações de *feudalismo monárquico*.”

O Portugal inicial terá, assim, mantido um regime híbrido, não estritamente feudal/senhorial, antes já influenciado pelo modelo romano, com crescente proeminência do poder estatal, corporizado na figura do rei. O que se foi generalizando na Europa, com o Renascimento, a começar pelo Renascimento Carolíngio.

Dir-se-á, pois, ser permissível atribuir à estrutura política lusa, logo nos seus princípios o aceitar a conhecida frase de Jean Bodin « *car tout aussi qu'une couronne perd son nom, si elle est ouverte, ou qu'on arrache les fleurons: aussi la majesté souveraine perd sa grandeur si on y fait ouverture, pour empiéter quelque endroit d'icelle.* »¹⁶⁴

Ao soberano, pois, pertencia a fatia essencial do poder político. E, nele, a direção da política externa, a iniciativa da criação de alianças. O que se exemplifica, e se constata, nos Tratados de Aliança, ou de pendor comercial, celebrados na Primeira Dinastia, com a Inglaterra.

¹⁶³ Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. I, p. 50.

¹⁶⁴ *Cit. In.* Albuquerque, M. (1978). *Jean Bodin na Península Ibérica*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, p.3.

“Acordos de segurança, formais ou informais, entre Estados soberanos que se traduzem numa garantia unilateral, bilateral ou multilateral contra um inimigo comum (...), instrumentos cruciais para a Segurança nacional e, como tal, têm sido uma constante na política internacional.” Assim é compreendido o conceito de aliança na Enciclopédia das Relações Internacionais¹⁶⁵. De facto, a história da Europa e, mais tarde, também a do resto do globo, (incluindo os Estados nascidos da descolonização) é abundante em estatuições de alianças.

Em verdade, num sistema internacional tendencialmente multipolar do poder (bipolar até ao termo da Guerra Fria) – como é o caso atual – cada lado, com características preponderantes, procura criar, e se possível, dominar, as suas coligações. Volta-se, pois, aos tempos precedentes à segunda grande guerra, - em que a Europa funcionava como principal palco dominador da política do mundo – e onde os Estados poderiam escolher entre alianças alternativas, sendo influenciados pela dinâmica estável ou conturbada do sistema internacional.

Portugal, coabitante numa Europa multipolar e, tendo em conta a sua periferia em relação ao centro da Europa, tendo como vizinhas a imensidão oceânica e a poderosa Espanha – ou, anterior à mesma, os Reinos de Castela, Leão e Aragão -, Portugal procurou sempre concretizar atividades diplomáticas que o protegessem de possíveis ameaças à sua soberania. A mais significativa e mais duradoura em toda a história global, foi o tratado que firmou em 1373 com Inglaterra. Referiu Charles Boxer¹⁶⁶ que esta aliança funcionou sempre mais como um “casamento de conveniência” do que como uma “ligação amorosa.” Pois claro está, se não interessasse aos dois lados, não existiria...

Assinada em matérias de defesa e de estatuto permanente, esta ligação anglo-portuguesa “foi capaz de sobreviver aos sobressaltos e mutações sistémicas em que a história europeia foi fértil (revoluções, guerras, cismas religiosos), e chegar praticamente intacto até meados do século xx.”¹⁶⁷

Serão apontadas várias razões para esta longevidade, baseando-se, sempre, no mútuo interesse, fosse de defesa, fosse comercial. Interesses, esses, que se foram tornando assimétricos com a ascensão do poder naval e comercial inglês (século XVII) e, como as alianças são feitas de interesses, perdeu Portugal peso nesta ligação: vejam-se, como acima se mencionou o papel inglês na Restauração, nas invasões de chefia napoleónica, na definição dos

¹⁶⁵ Canas Mendes, N. e Pereira Countinho, F. (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote, p. 15.

¹⁶⁶ Boxer, C. (1961). “The Anglo-Portuguese Marriage Treaty of 1661”. *History Today*, (2), Nº 8, p.556.

¹⁶⁷ Aires Oliveira, P. (2018). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. 3ª edição. Lisboa: Tinta da China Edições, p. 27.

dots (Tanger e Bombaim) do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, os tratados de comércio de 1810, enfim outros tantos casos onde o poderio internacional inglês se sobrepôs ao enfraquecimento do mesmo poderio português.

Contudo, conquanto tivesse sido bem mais benéfica para Londres, esta aliança foi essencial para Portugal na manutenção da sua independência, assim como na sua integridade territorial continental e ultramarina. Sobre isto, releva transcrever umas breves linhas “as alianças são dominadas, por um lado, pelo medo do abandono e, por outro lado, pelo medo do arrastamento. Um aliado teme tanto a deserção do seu parceiro, como ser arrastado para uma escalada de conflito contrária aos seus interesses próprios. O preço do abandono é uma perda de segurança, o preço do arrastamento é uma perda de autonomia.”¹⁶⁸ E, de facto, apesar de Portugal saber que era o lado menos vitorioso desta aliança, sabia que ainda menos vitorioso seria, se lhe virasse as costas. Se dúvidas houvesse, espera-se que a presente dissertação traga clareza às mesmas.

Portugal, historicamente virado para o atlântico, redirecionou-se, na segunda metade do século XX, para a Europa. O golpe militar de 1974, conhecido como o ponto de abertura da terceira vaga de democratização no sul da Europa, originou uma crise do Estado potenciada pela democratização e a descolonização.

Conquanto me pareça algo verídico, a verdade é que a ideia de que a, então, CEE terá sido um elemento determinante para a transição democrática de Portugal, tal como terá acontecido nos restantes países do sul, não é consensual¹⁶⁹. Foi, contudo, em 1975 que os partidos de direita e centro-esquerda reforçaram a sua posição europeia e comunitária, em oposição às escolhas marxizantes.

Sobre isto, escreveu Nuno Severiano Teixeira que “entre abril de 1974 e janeiro de 1986, a política externa portuguesa oscilou entre duas orientações de fundo que marcam, igualmente, duas fases distintas: a da transição para a democracia, correspondente ao período pré - constitucional dominado pelo processo revolucionário; e a da consolidação democrática, correspondente ao período constitucional marcado pela institucionalização e estabilização do

¹⁶⁸ Canas Mendes, N. e Pereira Coutinho, F. (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote, p. 17.

¹⁶⁹ A título de exemplo, ver Costa Pinto, A. *Et al.* (2015). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Lisboa: Editora Objectiva, pp. 267-307.

regime democrático.”¹⁷⁰ Este segundo, como já se referiu, ficou marcado pela entrada de Portugal na CEE, cruzando caminho com a sua aliada britânica.

Contudo, o percurso que os dois países trilhavam, dissipou-se um tanto com a mudança de estratégia por parte do Reino Unido, isto é, o *Brexit*, não só por parte do declínio do projeto europeu¹⁷¹, mas pela própria génese britânica, ambos os pontos já percorridos.

Assim, em tom de conclusão, apesar de alguns sucessos já atingidos, um véu de incerteza ainda paira sobre o futuro da União. O fortalecer de movimentos populistas, alguns de fações eurocéticas, a inexistência de uma capacidade militar (conquanto se esteja a ver uma melhoria, desde as ações russas na Ucrânia e, provavelmente, noutras Nações do leste), a debilidade crescente de órgãos de vocação supranacional, e o ofuscamento do Conselho Europeu pelas decisões individuais dos maiores Estados Membros, resultando, claro está, na perda de relevância dos Estados mais pequenos.

Estes e outros mais integram uma análise preocupante sobre o futuro da União que, não obstante se mostre homogénea em casos como a guerra na Ucrânia - organizou a receção da primeira vaga de refugiados, o fornecimento de armamento às forças ucranianas, acionou sanções com peso sobre o sistema financeiro e económico russo, tem-se concertado com as demais instâncias internacionais para isolar a ofensiva de Putin, embora limitada pelo risco de uma escalada de consequências ainda um tanto imprevisíveis, onde o digital, isto é, a cibersegurança, mantém-se como vetor preponderante - se algo mais não mudar, não se auguram melhorias neste decaimento. É urgente que se aprofunde o debate sobre o futuro da União Europeia, que, cada vez mais, tem de se assumir como uma entidade geopolítica, com um papel e responsabilidade reforçados na governação global mas também em relação à sua vizinhança.

Mas voltando à conclusão que ao tema da dissertação respeita, tanto quanto os estudos permitem avaliar, até ao momento os aspetos negativos do *Brexit* sobrepõem-se aos positivos, para ambos os lados – britânico, português e da própria União.

Portugal perdeu com a saída do Reino Unido nos mais diversos setores. Uma das grandes preocupações foi manter os direitos dos portugueses no Reino Unido e vice-versa. Foi uma negociação bilateral, já que a livre circulação de pessoas faz parte do mercado comum. O Estado

¹⁷⁰ Severiano Teixeira, N. (2015). *Portugal no mundo*. In Costa Pinto, A. *Et al.* (2015). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010: A Busca da Democracia 1960-2000*. Lisboa: Editora Objectiva, Vol. 5, pp. 57-78.

¹⁷¹ V. Pitta e Cunha, P. (2019). *A Europa em Tempos de Incerteza: Ensaio Sobre a Crise do Projeto Europeu*. Lisboa: AAFDL, pp. 57-66.

decide, na sua soberania, quem vive no seu território, mas não poderá conceder Vistos Schengen “sem mais nem menos.”

Com o *Brexit*, os britânicos que viviam na União Europeia, ficaram com o direito a viver no espaço onde residiam, mas não poderiam deslocar-se para os restantes Estados sem decisão desses mesmos. Passou a ser um cidadão terceiro. Onde, anteriormente, podiam viver em 27 países, apenas podem, agora, residir em um ou dois.

A nível comercial, Portugal, assim como a maioria dos Estados Membros sofreu bastante. A livre circulação de bens, pessoas, produtos, capitais e serviços foi substituída por impostos, declarações de fronteiras, burocracias, regras diferentes, etc.

É, de facto, uma particularidade do *Brexit*: todos os acordos de comércio assinados ao longo da história serviram para simplificar as regras de mercadejo. A saída do Reino Unido, separou as regras que eram singulares. Em vez de facilitar, dificultou comércio. Não há memória de algo assim. O que era simples é agora complicado, de tal maneira que passado tanto tempo os ingleses ainda não controlam os bens que entram no seu país, vindos da União, porque a confusão continua instalada.

No entanto, há uma vontade de ambos os lados em seguir o caminho de fortalecimento das relações bilaterais, nunca esquecendo a secular aliança. O próprio Lord Boswell, em audição na Assembleia da República¹⁷², afirmou que “existe aqui uma continuação de um relacionamento, e podemos dizer que os 45 anos de Afiliação do Reino Unido à União Europeia é um mero piscar de olhos na relação de mais de 600 anos Portugal e o Reino Unido, desde o Tratado de Windsor e a associação criada entre os dois países.” Ademais, e voltando ao que se referiu anteriormente, existindo “um entendimento pluralista, e não monista, do projeto europeu”¹⁷³, Portugal pode e deve atuar enquanto país europeu e atlântico, já que não são incompatíveis. Concordando com isto, o Membro da Câmara dos Lordes expressou que há, também, uma ligação geográfica entre os dois países – “temos esta abertura para o atlântico para o mundo mais abrangente.”

Mas nessa audição não ficaram apenas do lado inglês elevações da amizade luso-britânica. Na generalidade, todos os intervenientes da Comissão expressaram os laços que unem os dois

¹⁷² ARTV (2017). *Audição do Lord Boswell, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, do Reino Unido*. Disponível em: <https://canal.parlamento.pt/?cid=1847&title=audicao-do-lord-boswell-presidente-da-comissao-de-assuntos-europeus-d>

¹⁷³ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 19.

povos, como foi exemplo o Deputado Socialista, Vitalino Canas¹⁷⁴, que, apesar de ter expressado o lado negativista de que “esta negociação tem um sabor estranho pois sabemos que ambos os lados vão perder”, sublinhou não só as relações histórica entre Portugal e o Reino Unido, mas também as “culturais, políticas, económicas, comerciais e sociais” e, com isso, Portugal será um dos Estados “mais ativos” no desenrolar das negociações.

Mas os exemplos da vontade em fortalecer esta amizade não se ficam pelo Parlamento. Em verdade, também o Diretor Executivo da Câmara de Comércio Luso-Britânica, Chris Barton, defendeu que apesar da generalidade das pessoas terem ficado desiludidas com os resultados do referendo, “Portugal e o Reino Unido são aliados naturais, há uma grande afinidade que vai manter-se, faça ou não o Reino Unido parte da EU.”¹⁷⁵

Deixando a amizade e passando o foco para o capital, na opinião de Barton as empresas têm de se adaptar a esta realidade, o que nem sempre é fácil e, como tal, poderão mesmo existir oportunidades interessantes para Portugal. Este acreditava que Portugal poderia ser uma excelente localização para as empresas britânicas que pensavam relocalizar as suas empresas, abandonando o Reino Unido ou criando filiais na União Europeia. Em verdade, citando o próprio, “espero que Portugal anuncie novas oportunidades para iniciativas de relocalização de empresas britânicas. Portugal tem ótimas condições para acolher empresas, em especial instituições financeiras, mas também indústrias, que queiram relocalizar-se fora do Reino Unido. Um elevado número de pessoas fala inglês, os custos imobiliários são reduzidos, há voos frequentes entre os dois países, o clima é muito bom. Há muitos fatores que tornam Lisboa, e Portugal em geral, um bom destino para as empresas que pensam abandonar Londres ou o Reino Unido”, defendendo, ainda que Portugal e o Reino Unido deveriam “criar acordos comerciais para determinados tipos de produtos, como os vinhos, por exemplo.”¹⁷⁶

Portugal pode – e deve – prosseguir a sua estratégia europeísta, enquanto pilar fundamental da sua política externa. Contudo, urge investir cada vez mais na sua economia marítima, na sua vertente atlântica, e quem o defende também é Tiago Pitta e Cunha, que, na receção do Prémio Pessoa 2021, frisou que “o nosso fim último é tornarmo-nos uma das potências marítimas do século XXI.” Lisboa é mesmo a única capital europeia onde o sol se põe no atlântico. Este poderá ser o grande pilar do caminho a traçar nas relações luso-britânicas, já que “as culturas políticas

¹⁷⁴ ARTV (2017). *Audição do Lord Boswell, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, do Reino Unido*. Disponível em: <https://canal.parlamento.pt/?cid=1847&title=audicao-do-lord-boswell-presidente-da-comissao-de-assuntos-europeus-d>

¹⁷⁵ In. Costa, S. (2016). *Afinidade Secular Supera Brexit*. *MOB Magazine*. [Online]. Disponível em: <https://www.mobmagazine.pt/insights/afinidade-secular-supera-brexite/>

¹⁷⁶ In. *Ibid.*

marítimas favorecem o pluralismo”¹⁷⁷ e a dimensão marítima acarreta consigo um enorme potencial cultural, político, económico e geoestratégico.¹⁷⁸

Sobre este ponto, terminava citando o Professor Adriano Moreira, grande defensor da vocação marítima portuguesa: “a relação secular com o Mar, cujo ponto histórico de referência na definição de um conceito estratégico nacional está no Plano de expansão formulado pela Dinastia de Aviz, tem essa relação essencial com o interesse nacional, mas também com uma dinâmica que, em primeiro lugar, levou à mundialização das interdependências e, no século XX, às exigências prementes de uma redefinida governança dessa mundialização. A geração que, nesta entrada do milénio, se prepara nas Academias Navais para servir a Marinha, inicia as suas responsabilidades num ponto de rutura que é extremamente desafiante para os interesses nacionais.”¹⁷⁹

Não podia deixar de citar, de igual modo, o Almirante Vieira Matias de quem tive o enorme gosto de ter sido aluno e que, infelizmente, já nos deixou: “é habitual associar a condição marítima de Portugal à Época dos Descobrimentos, com algum alargamento condescendente ao período do império multicontinental. Essa é, sem dúvida, a fase mais visível, mas que não retém a exclusividade das importantes mais valias oferecidas pelo mar à Nação portuguesa. Estas verificaram-se, até remotamente, muito antes daquele período áureo, têm alguma expressão no presente e podem voltar a assumir uma importância fundamental no futuro, dependendo da forma como as sociedades política e civil souberem gerir as riquezas materiais, mas também morais, que o mar, e o nosso posicionamento geográfico dentro dele, têm disponíveis. Trata-se, no fundo, de não enjeitar a energia moral que uma convivência contínua de quase nove séculos nos deu e de partir com ela a descobrir uma nova postura perante aquilo que o mar nos pode dar hoje. [...] É preciso e urgente olhar estrategicamente para esses valiosos capitais e começar, planeada, organizada e persistentemente, a aproveitar as oportunidades que se abrem, se as quisermos ver.”¹⁸⁰

Como explicou o Doutor Bernardo Ivo Cruz, em conversa a 15 de Março de 2022, dentro das várias tensões que foram surgindo dentro do conselho, Portugal e o Reino Unido sempre

¹⁷⁷ Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Aletheia, p. 15.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Moreira, A. (2009). Portugal e o Mar. *Cadernos Navais - Reflexões Sobre o Mar: Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, Nº 29, p.7. in: Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Aletheia, p. 88.

¹⁸⁰ Vieira Matias, N. (2005). O Mar: Um Oceano de Oportunidades para Portugal. *Cadernos Navais*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, Nº 13. In: Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Aletheia, p. 89.

funcionaram melhor do que, por exemplo, Portugal e França ou Portugal e Espanha. Por várias razões mas, essencialmente, por Portugal e Reino Unido terem uma visão atlantista. Os espanhóis, apesar de terem uma grande costa atlântica e uma grande costa mediterrânica, têm uma visão muito mais continental das questões, (conquanto isso esteja a mudar um pouco, estando os nossos vizinhos preocupados, como nós, com a continentalização da União, que tem vindo a avançar paulatinamente).

Estamos a assistir a uma perda de importância do atlântico, o que se tornou ainda mais evidente com a decisão do Presidente Obama - *Pivot for the Pacific*¹⁸¹ – e o facto de a China estar no Pacífico. O centro do mundo, que sempre esteve no atlântico, mudou-se para o pacífico.

Outro facto importante: a União Europeia, por razões burocráticas (a Comissão é, apesar de eficaz, uma burocracia), resolveu dividir, geograficamente, a presença marítima da União pelos países. No atlântico estava Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda. Sendo que quer a Espanha, quer a França são, igualmente, mediterrânicos, e portanto estão também na política mediterrânica.

Salientou o Doutor Ivo Cruz, na mesma conversa acima referida que, por razões históricas, há muito mais atividade, muito mais orçamento e muito mais políticas da União destinadas ao mediterrânico do que ao atlântico. Começou desde o Processo de Barcelona (era, então, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Jaime Gama, no Governo do Engenheiro Guterres). Assim Espanha e França têm mais foco e atenção na política mediterrânica do que na atlântica.

O que se verificou com o *Brexit*, – a acrescentar à já perda relativa da importância do Atlântico – os países verdadeiramente atlânticos da UE passam a ser Portugal e Irlanda. Que não são propriamente duas enormes potências europeias...

Se somarmos a isto o alargamento a leste de 2004, que fez com que a atenção da Europa se voltasse para os países de leste e, ainda, neste momento, a guerra na Ucrânia, vemos, de facto, uma continentalização da União e um acentuar do *pivot for pacific* do resto do mundo.

Se a ciência da vida está no procurar o bom dentro do mau, uma das consequências da Guerra na Ucrânia, foi o despertar dos EUA e da Europa para a importância da Aliança Atlântica, assim como do Atlântico. Conquanto esteja a fazê-lo com os olhos postos no extremo leste da Europa.

¹⁸¹ No ano de 2011, a Administração Obama reforçou a vontade em expandir e intensificar o papel dos Estados Unidos na região do Indo-Pacífico, como forma de contrabalançar a enorme influência da China, assim como o de desenvolver a credibilidade americana, numa zona de grande e crescente importância económica e financeira.

Referiu Bernardo Ivo Cruz que, quando Portugal aderiu à União Europeia, em 1986, o centro da Europa estava na área que ficou conhecida por “*blue banana*” (área que compreende o sul de Inglaterra, ao norte da Itália, passando pela fronteira franco-alemã). Com o alargamento de 2004, - e continuando a imagem geográfica - o centro da Europa passou para dentro da Alemanha e, neste momento, deve estar algures na fronteira com a Polónia ou mesmo dentro da Polónia.

O Brexit veio aumentar a confusão disto tudo. Porque, enquanto o Reino Unido estava na União, havia uma grande âncora atlântica (um P5, nuclear, a sexta maior economia do mundo, a segunda ou terceira maior praça financeira do mundo, a maior marinha de guerra do mundo, o segundo maior exército europeu), a União Europeia era obrigada a manter uma atenção e presença no atlântico.

Obrigação, essa, que se esvaneceu com o *Brexit*. O foco atlântico na união fica reduzido a Portugal e Irlanda, o que, para nós, é um problema sério pois somos um país europeu atlântico e quanto mais longe a Europa estiver do atlântico, mais periféricos seremos, o que se repercute em políticas, em orçamentos, etc.

Merecem umas breves linhas sobre o alargamento da União Europeia e o seu impacto em Portugal, como se debruçou o Doutor Bernardo Ivo Cruz, na referida conversa a 15 de Março. De facto, antes do *Brexit*, já havia mais políticas e orçamentos para o Mar Negro do que para todo o atlântico. Existia uma grande concentração de esforços na promoção dos novos Estados-Membros e, assim, os 4 países que estão à volta do Mar Negro recebiam enormes fundos para se desenvolverem.

O primeiro alargamento a seguir à nossa entrada foi-nos muito benéfico, tendo em conta os Estados em questão: países nórdicos e Áustria, Nações que são contribuintes líquidos. De facto, com a sua entrada, trouxeram mais capital para a União, levando a um aumento do PIB per capita da mesma, com mais fundos para distribuir e tornando Portugal, estatisticamente, mais pobre havia. Assim, esse alargamento fez com que Portugal ficasse com mais acesso a financiamento para o seu desenvolvimento. O nosso país ganhou, desse modo, duas vezes: ficou estatisticamente mais longe dos 70% do PIB per capita da UE e porque havia mais dinheiro para distribuir.

Já no que respeita ao alargamento de 2004, esse foi-nos muito prejudicial pela mesma lógica, mas inversa. Com a entrada de dez países mais pobres que nós, beneficiários líquidos, Portugal ficou, estatisticamente, mais rico, existindo menos dinheiro para distribuir, acrescentando que o orçamento não cresceu na proporção. O Engenheiro Guterres, então Primeiro-Ministro,

sublinhou que Portugal seria um dos mais prejudicados com este alargamento mas que não iria vetar o reencontro da família europeia pós-guerra fria. “Mais faltava que nós, depois de termos beneficiado tanto da generosidade dos parceiros europeus, vetarmos agora a entrada destes países”, referiu.

Estas breves linhas explicam o que ora se aponta: com a saída do Reino Unido da União Europeia (contribuinte líquido), Portugal ficou mais periférico.

Em conclusão da presente dissertação, como pode Portugal agir perante os impactos do *Brexit* e, como pode a Aliança beneficiar com esta decisão britânica?

Em primeiro lugar, é urgente reforçar a dimensão atlântica da Europa. Como lembrava o Prof. Ernâni Lopes, “Portugal será maior na Europa se for grande no Atlântico, será importante no Atlântico se for relevante na Europa.”¹⁸²

Portugal e Irlanda são duas economias abertas, modernas, europeias e atlânticas e, como tal, tudo o que reforce a dimensão atlântica na União, é-nos benéfico. Tudo o que tenha a ver com a continentalização da UE é-nos prejudicial. No entanto, sublinhe-se, compete-nos a nós – e não aos alemães ou aos franceses – trabalhar para que o atlântico não desapareça das preocupações da Europa e dos nossos aliados ocidentais.

A nossa linha de ação pode, ainda, passar pelo reforço da nossa ligação à América latina e à CPLP. Não do ponto de vista de substituição da União Europeia, mas sim de complementação à oferta da mesma, tornando-se um pilar europeu da nossa política externa.

De facto, seremos mais fortes na Europa se conseguirmos coordenar e, ainda, facilitar o relacionamento da CPLP com a União Europeia, já que somos o único Estado que é membro das duas organizações. Esse papel de relacionamento teria sempre de passar por nós.

Do mesmo modo, Portugal e Espanha são os únicos Estados que fazem parte da Organização de Estados Ibero-Americanos e, assim, essa ligação à UE teria de passar por nós. O mesmo se aplicaria à nossa diáspora.

Aplaudam-se, neste contexto, medidas bem sucedidas: o lançamento do Atlantic Centre pelo Ministério da Defesa do Governo anterior (em Maio de 2021) e do Air Centre pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo anterior. Ambas as iniciativas reforçam o papel do Atlântico nesta equação. De igual modo, os cabos submarinos – Equiano, EllaLink, o futuro 2Africa, entre

¹⁸² Ivo Cruz, B. (2017). Portugal e a Dimensão Atlântica do Brexit. *ECO*, [Online]. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/opiniao/portugal-e-a-dimensao-atlantica-do-brexit/>

outros – que, reforça vertente digital ultramarina, sendo Portugal, por meio destes cabos, o ponto de ligação da Europa a outros polos. De facto, referiu o Primeiro-Ministro que “esta centralidade é importante por sermos um ponto de ligação às novas autoestradas”, que não são uma ligação física, mas que nos “permitem a conectividade que gera oportunidades imensas”, referindo a facilidade de comunicação entre emigrantes e imigrantes e de comércio.¹⁸³

Para não me estender mais, o reforço a cooperação com os Estados Unidos, Canada, México, Brasil, países com vertente atlântica.

A Portugal interessa uma Europa Atlântica, na qual Portugal seja o *pivot*. Note-se que todas as linhas de política externa de Portugal têm uma dimensão atlântica e, como tal, devemos reforçar essa dimensão na Europa.

Contudo, como o nosso vetor europeu é dominante, o ideal seria a Europa compreender - e que nós demonstrássemos - que a dimensão atlântica da União tem de passar por Portugal e Irlanda. E, não é uma esperança vazia. A título de exemplo, no contexto atual da Guerra, Portugal tem negociado com a Alemanha e Polónia para fazer de Sines a nova porta de entrada do gás na Europa. O Atlântico ser a porta de entrada de um bem crucial para o continente.¹⁸⁴

Ademais, sublinhe-se que, nas áreas da política europeia, Portugal negocia com os restantes Estados-Membros. Não vai violar a solidariedade europeia em relação ao Reino Unido. No que não respeita à política europeia, é referente à política bilateral, e aí Portugal pode, também, desenvolver relações com a sua velha aliada. A título ilustrativo, apesar da política comercial ser comum, dentro da mesma Portugal pode investir no que entender. Isto é, dentro das pautas aduaneiras e os critérios fitossanitários de segurança (estabelecidas pelo quadro da política comercial), podemos vender o que quisermos, a quem quisermos.

Contudo, em bom rigor, o espaço de negociação bilateral é cada vez menor pois a União ocupa cada vez mais áreas.

Resumindo e concluindo, após esta análise, penso que a Aliança poderá beneficiar com a saída do Reino Unido da União Europeia, já que esta - a Aliança - é um mecanismo que reforça uma ligação específica entre Portugal e o Reino Unido. Ligação essa que já começou a ser reforçada: em 2018, passados dez anos, o Reino Unido volta a ter um Adido de Defesa residente

¹⁸³ Site do Governo. Chegada do Cabo Submarino Equiano que Liga a Europa à África Ocidental e do Sul. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=queremos-fundar-o-nosso-desenvolvimento-nas-transicoes-digital-e-energetica>

¹⁸⁴ Sá Lopes, A. (2022). Portugal Negocia com Alemanha e Polónia Distribuição de Gás a Partir de Sines. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/05/20/politica/noticia/portugal-negocia-alemanha-polonia-distribuicao-gas-partir-sines-2006943>

(cargo que estava extinto). Esta decisão, “representa um investimento significativo do Reino Unido no aprofundamento da sua relação bilateral com Portugal.”¹⁸⁵

Quando todo o processo estabilizar – entenda-se a situação do *Brexit* e do Protocolo da Irlanda -, a nossa aliada terá de refazer e reconstruir as relações com os países da Europa e, a velha aliança, em semelhança a uma *Entente Cordiale*, será um instrumento impulsionador dessa reconstrução, conquanto seja um caminho ainda longo.

Em ano de comemorações dos 650 anos da nossa secular amizade, não só ainda se lhe atribui relevância (vários eventos e conferências estão a ter lugar no ano corrente¹⁸⁶), como poderá ser muito útil nos anos vindouros.

¹⁸⁵ Peach, Sir S. (2018). Aliados Antigos, Parceiros Modernos na Defesa. *Expresso* [Online]. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2018-03-08-Aliados-antigos-parceiros-modernos-na-defesa>

¹⁸⁶ Foi criado um site (o Portugal-UK 650) que “pretende celebrar e dar a conhecer a história comum, escrever novos capítulos de amizade, cooperação e comércio, desenvolver investigação científica sobre a Aliança, e promover os valores do Tratado fundacional da Aliança no mundo atual – paz, amizade, verdade, fidelidade, constância, sinceridade, amabilidade e solidariedade.” Disponível em: <https://portugal-uk650.com/>

ANEXOS

ANEXO 1

Article 50 – Treaty on European Union (TEU)

1. Any Member State may decide to withdraw from the Union in accordance with its own constitutional requirements.

2. A Member State which decides to withdraw shall notify the European Council of its intention. In the light of the guidelines provided by the European Council, the Union shall negotiate and conclude an agreement with that State, setting out the arrangements for its withdrawal, taking account of the framework for its future relationship with the Union. That agreement shall be negotiated in accordance with Article 218(3) of the Treaty on the Functioning of the European Union. It shall be concluded on behalf of the Union by the Council, acting by a qualified majority, after obtaining the consent of the European Parliament.

3. The Treaties shall cease to apply to the State in question from the date of entry into force of the withdrawal agreement or, failing that, two years after the notification referred to in paragraph 2, unless the European Council, in agreement with the Member State concerned, unanimously decides to extend this period.

4. For the purposes of paragraphs 2 and 3, the member of the European Council or of the Council representing the withdrawing Member State shall not participate in the discussions of the European Council or Council or in decisions concerning it. A qualified majority shall be defined in accordance with Article 238(3)(b) of the Treaty on the Functioning of the European Union.

5. If a State which has withdrawn from the Union asks to re-join, its request shall be subject to the procedure referred to in Article 49.

ANEXO 2



ANEXO 3



ANEXO 4



ANEXO 5

Timeline. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/content/news/Brexit-UK-withdrawal-from-the-eu.html> [Consultado a 26/1/2022]

A 23 de Junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo sobre a sua adesão à União Europeia. O Reino Unido votou para deixar a UE por 52% a 48%.

A 29 de Março de 2017, o Reino Unido notificou o Conselho Europeu da sua intenção de deixar a UE, acionando assim formalmente o Artigo 50 do Tratado da União Europeia.

A 30 de Janeiro de 2020, a UE ratificou o Acordo de Saída.

A 31 de Janeiro de 2020 à meia-noite (CET), quando o Acordo de Saída entrou em vigor, o Reino Unido deixou a União Europeia e tornou-se um país terceiro. Isto marcou o início de um período de transição que durou até 31 de Dezembro de 2020.

A 24 de Dezembro de 2020, a UE e o Reino Unido acordaram um acordo de comércio e cooperação, reformulando as suas relações futuras. Todos os 27 Estados-Membros aprovaram o acordo a 29 de Dezembro de 2020.

A 31 de Dezembro de 2020, o acordo de comércio e cooperação UE-Reino Unido foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia. É provisoriamente aplicável desde 1 de Janeiro de 2021.

ANEXO 6

Citações

- Almirante Gouveia e Melo: “Somos muito mais mar do que terra”
 - Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/05/20/politica/entrevista/mar-terra-2006799>

- A Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, na cerimónia oficial das celebrações do Dia da Marinha, referiu que é necessário reforçar a construção de novas pontes entre os aliados internacionais e a Marinha Portuguesa, de forma a “elevar ainda mais” o papel de Portugal enquanto produtor de segurança marítima. “Num mundo tão

globalizado e dinâmico, onde o comércio marítimo possui tanto peso na economia global, é fundamental garantir a utilização livre e segura do mar.”

- Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=elevar-ainda-mais-o-papel-de-portugal-enquanto-produtor-de-seguranca-maritima>

- “Temos de capitalizar mais os 850 milhões de falantes de espanhol e português”, afirmou a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato na sessão “Português e Espanhol como Línguas de Ciência”, onde foi apresentado o relatório “O português e o espanhol na ciência: notas para um conhecimento diverso e acessível”, elaborado pela Organização de Estados Ibero-Americanos e pelo Real Instituto Elcano. Elvira Fortunato referiu ainda a necessidade de reforçar a cooperação com os vários países de língua portuguesa e língua espanhola nos quatro continentes, para projetar estas duas línguas na ciência.

- Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=reforcar-a-cooperacao-com-os-paises-de-lingua-portuguesa-e-espanhola>

BIBLIOGRAFIA

OBRAS

- Aires Oliveira, P. (2018). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. 3ª edição. Lisboa: Tinta da China Edições.
- Albuquerque, M. (1978). *Jean Bodin na Península Ibérica*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português.
- Amaral, L. (2010). *Economia Portuguesa, As Últimas Décadas*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Andresen Leitão, R. (1961). *Cartas de D. Pedro V Aos Seus Contemporâneos*. Lisboa: Livraria Portugal.
- Barreto, A. (2017). *De Portugal Para A Europa*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bongardt, A., Torres, F. (2017). *Brexit: Uma Questão de Racionalidade Política*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Braga da Cruz, M (2015). *Política Comparada*. Lisboa: Cruz Editores.
- Brazão, E. (1940). *Relance da História Diplomática de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- Berstein, S. e Milza, P. (2017). *História da Europa*. Lisboa: Plátano Editora.
- Canas Mendes, N. e Pereira Countinho, F. (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. 2ª edição. Lisboa: D. Quixote.
- Carlos Espada, J. (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Costa Pinto, A. *Et al.* (2019). *História Política Contemporânea. Portugal 1808-2000*. Lisboa: Objectiva.
- Costa Pinto, A. *et. al.* (2005). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.

- D. Clarke, H., Goodwin, M. e Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Londres: Cambridge University Press.
- Derrick, M. (1940). *A Guerra e a Aliança Luso-Britânica*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Duarte Silva, A. (2019). *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914–1974)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.
- Escámes Sánchez, J. (2010). *Ortega y Gasset*. Recife: Editora Massangana.
- Estorninho, C. (1957). *Amizade e Aliança Entre Portugal e Grã-Bretanha*. Lisboa: Portugália Editora.
- Fernandes, S. e Simão, L. (2019). *O Multilateralismo: Conceitos e Práticas no Século XXI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fiolhais, C., Eduardo Franco, J. e Pedro Paiva, J. (2020). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- Hermenegildo de Sousa, C. (1939). *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus.
- Hobbes, T. (2002). *Do Cidadão*. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- José Telo, A. (2007). *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. I.
- José Telo, A. (2008). *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. II.
- Kissinger, H. (1996). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva
- Kissinger, H. (2017). *A Ordem Mundial*. Lisboa: Dom Quixote, 4ª Edição.
- Livermore, H.V. et al. (1973). *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa/600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*. Editado pelo Governo Britânico, em associação com a British Broadcasting Corporation e com a Canning House.

- Lochery, N. (2012). *Lisboa. A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz, 1939-1945*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. I.
- Mello Franco, F. (2022). *Antes de Portugal. Uma Síntese de Leituras Sobre os 9 Séculos Anteriores à Sua Fundação*. Colares: Edição de Autor
- Moreira, A. (1981). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. 3.ª ed. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Moreira, A. (1999). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moreira, A. (2016). *Teoria das Relações Internacionais*. 9ª Edição. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal.
- Oliveira Marques, A. H. (2018) *Breve História de Portugal*. 10ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Ortega Y Gasset, J. (1914). *Meditações do Quixote*.
- Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Lisboa.
- Pessoa, F. (1979). *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão).
- Pitta e Cunha, P. (2019). *A Europa em Tempos de Incerteza: Ensaaios Sobre a Crise do Projeto Europeu*. Lisboa: AAFDL.
- Pridham, G. (1991). *Encouraging Democracy. The International Context of Regime Transition in Southern Europe*. Londres: St. Martin's Press
- Ramos, R. (Coord.) (2010). *História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Reis, A. (Coord.) (1996). *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Temas & Debates

- Rops, D. (1957). *L'Idéal de la Chevalerie. In. Les Chevaliers du S. Sépulcre* (1957). Paris : Fayard
- Santos Silva, E. (2015). *Talleyrand. O Homem e o Diplomata*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Santos Silva, E. (2019). *A Coroação de D. João VI*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Santos Silva, E. (2020). *A Ocupação da Ucrânia Crimeira*. Lisboa: Edição de Autor.
- Santos Silva, E. (2020). *A Ordem de Malta e o seu Relacionamento com a Santa Sé*. Lisboa: Edição de Autor.
- Severiano Teixeira, N. et al. (2011). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva Dias, J. S., (1953). *Portugal e a Cultura Europeia: (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Simões Brás, A. (2016). *Os Dias Portugueses de Isabel II*. Lisboa: Edições Parcifal.
- Soares Martinez, P. (1991). *Filosofia do Direito*. Coimbra: Almedina.
- Soares Martinez, P. (1992). *História Diplomática de Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- Soares Martinez, P. (2001). *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- Soares Martinez, P. (2010). *Economia Política*. 11ª ed. Coimbra: Almedina.
- Veríssimo Serrão, J. (1982). *História de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. V.
- Veríssimo Serrão, J. (1982). *História de Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VII.

- Veríssimo Serrão, J. (1994). *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Warren Bowersock, G.; Brown, P. e Grabar, O. (1999). *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

- Bernardo Lopes, A. (2017). “The Alliance is not our whole Foreign Policy”: Salazar’s Speeches and Notes about the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the Portuguese Government towards Britain during the Spanish Civil War (September 1936-July 1937). *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, [Online] (28), pp. 209-228. Disponível em: <https://japs.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2019/05/REAP26-ALopes-209-228.pdf>
- Boxer, C. (1961). “The Anglo-Portuguese Marriage Treaty of 1661”. *History Today*, (2), Nº 8, p.556.
- Bueno, C. (2016). Brexit e o Novo Momento para a Europa. *Ciência e Cultura*, [Online], 68(4), pp. 14-16. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n4/v68n4a06.pdf>
- Caldwell, Robert G. (1942) – The Anglo-Portuguese Alliance Today. *Foreign Affairs*. Vol. 21, N.º 1. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i20029197>
- Castro Brandão, M. (2018). Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918). *História – Revista da FLUP*, [online] (8), Nº 2, p.58. Disponível em: <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/historia/article/view/5254/4933>
- Côrte-Real, M. (1986). *The Anglo-Portuguese Alliance: Its Roots and Its Contemporary Relevance*. Reading: University of Reading, Graduate School of European and International Studies, pp. 1-2. Citação traduzida do inglês.

- Costa, S. (2016). Afinidade Secular Supera Brexit. *MOB Magazine*. [Online]. Disponível em: <https://www.mobmagazine.pt/insights/afinidade-secular-supera-brexit/>
- Custódio Madaleno Geraldo, Coronel J. (2008). Relações Diplomáticas de Portugal no Tempo que Antecede a Invasão de Junot. *Revista Militar*, [online], (2482). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/349>
- Fernando Machado Barroso, Coronel L. (2008). A Diplomacia 1890-1910: A Chave Para A Manutenção do Império Africano. *Revista Militar*, [online], (2476). Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/288>
- Franco, L. (2015). Portugal and Brexit: Old Alliance, New Government. *European Council on Foreign Relations*, p.1. Disponível em: https://ecfr.eu/article/commentary_portugal_and_brexit_old_alliance_new_government4085/
- Gabel, M. (1998). Public Support for European Integration: An Empirical Test of Five Theories. *Journal of Politics*, (60), pp. 333-354. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.2307/2647912>
- Hobolt, S. e Wratil, C. (2015). Public Opinion and the Crisis: The Dynamics of Support for the Euro. *Journal of European Public Policy*, (22), pp. 415-420. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2014.994022?scroll=top&needAccess=true>
- Hooghe, L. e Marks, G. (2005). Calculation, Community and Cues: Public Opinion on European Integration. *European Union Politics*, (6), pp. 419-443. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242725685_Integration_Calculation_Community_and_Cues_Public_Opinion_on_European
- Ivo Cruz, B. (2019). Portugal e a Dimensão Atlântica do Brexit. *Prémio*, pp. 36-37. Disponível em: https://issuu.com/cunhavaz/docs/rev_pr_mio_nov2019

- Maria de Monteiro de Babo Marinho, D. (2017). Os Agentes Diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): Uma elite ao Serviço da Coroa. *História – Revista da FLUP*, [online] (7), Nº 2, p.12. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16032.pdf>
- Moreira, A. (2009). Portugal e o Mar. *Cadernos Navais - Reflexões Sobre o Mar: Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, Nº 29, p.7. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/bpjl.nsf/83cbe9acef94db5a8025730800549412/455cf1188f29ba92802575e1005818ff?OpenDocument>
- Moreli, A. (2017). The War of Seduction: The Anglo-American Struggle to Engage with the Portuguese Ruling Elite (1943–1948). *The International History Review*, [online] (40), issue 3, pp. 654-682. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07075332.2017.1283642>
- Oliveira Pontes, J. (2016). Política Externa Portuguesa: Bilateralismo e Multilateralismo. *Lusíada. Política Internacional e de Segurança*, [Online], (13-14), pp.71-112. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3560/1/lpis_13_3.pdf
- Raimundo, A. (2017). Portugal face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, (56), pp. 113-127. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n56/n56a07.pdf>
- Ribeiro de Meneses, F. (2016). Brexit And The Anglo-Portuguese Alliance. *Jerónimo Martins World's Magazine*, [Online] (2). Disponível em: <https://feed.jeronimomartins.com/pulse/brexit-and-the-anglo-portuguese-alliance/>
- Sarsfield Cabral, F. (2017). O Brexit e a Continuidade do Reino Unido e da União Europeia. *Brotéria*, (184), nº3, pp. 305-311 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5892861>

- Severiano Teixeira, N. (2010). Breve Ensaio Sobre A Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, [Online] (28), pp. 51-60. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf
- Severiano Teixeira, N. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, [Online], (1), p.11. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4271841/NST_RI01_Artg02_2004.pdf
- Severiano Teixeira, N. (2005). Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000. *Relações Internacionais*, [Online], (
- Vieira Matias, N. (2005). O Mar: Um Oceano de Oportunidades para Portugal. *Cadernos Navais*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, Nº 13. Disponível em: <https://www.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/eng.naval/3cadernosnavais13.pdf>

ARTIGOS NA IMPRENSA

- Aguiar-Conraria, L. (2016). O Último Reduto dos Redutados. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-ultimo-reduto-dos-derrotados/> [Acedido a 20/01/2021].
- André Martins, N. (2016). Libra cai para o valor mais baixo dos últimos 31 anos. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/2016/07/05/libra-cai-para-o-valor-mais-baixo-dos-ultimos-31-anos/>
- André Martins, N., Ribeiro Pinto, P. (2016). “A União Europeia pode não ser irreversível, mas é quase”. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/a-uniao-europeia-pode-nao-ser-irreversivel-mas-e-quase/>
- Araújo Rodrigues, E. (2016). Reino Unido e União Europeia: 65 anos de relação em 24 datas. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2016/06/24/reino-unido-e-uniao-europeia-65-anos-de-relacao-em-24-datas/>

- Cappelletti, M. (2016). Theresa May: o que quer e o que pensa a “Rainha de Gelo.” *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/theresa-may-o-que-quer-e-o-que-pensa-a-rainha-de-gelo/>
- Cardoso Reis, B. (2020). A Grã-Bretanha E A Construção Da União Europeia Na Hora Da Despedida. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/a-gra-bretanha-e-a-construcao-da-uniao-europeia-na-hora-da-despedida/>
- Carlos Espada, J. (2016). Em Defesa da Re-União Ocidental em Curso. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/em-defesa-da-re-uniao-ocidental-em-curso/>
- Dominiczak, P. e Spence, P. (2015). Mass Migration Driving Down Wages Offered to British Jobseekers. *Daily Telegraph*, [online]. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/politics/12063052/Mass-migration-driving-down-wages-offered-to-British-jobseekers.html> [Acedido a 23/01/2021].
- Engel, M. (2020). The Lisbon lament: Britain’s oldest ally on the eve of Brexit. *The New Statesman*, [Online]. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/long-reads/2020/01/lisbon-lament-britains-oldest-ally-eve-brexit>
- Fonseca Pereira, A. (2016). Cameron jogou tudo e descobre agora em Bruxelas se pode reclamar vitória. *Público*, [online]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/02/18/mundo/noticia/cameron-jogou-tudo-e-descobre-agora-em-bruxelas-se-pode-reclamar-vitoria-1723642> [acedido a 20/12/2020].
- Ford, R. (2016). ‘One Million’ Migrants in UK Illegally. *The Times*. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/edition/news/a-million-migrants-in-uk-illegally-twn2mhjh7> [Consultado a 10/11/2020].
- França, A. (2016). Os Referendos São Perigosos Para a Democracia?. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/os-referendos-sao-perigosos/> [Acedido a 21/01/2021].

- Glaze, B. (2016). Nearly 500,000 refugees and their kids 'could flock to Britain from EU by 2020'. *The Mirror*. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/nearly-500000-refugees-kids-could-8085533> [Consultado a 10/11/2020].
- Halpin, P., Holton, K. (2020). Northern Ireland Looks South as Brexit Takes Bite Out of UK Trade Links. *Reuters*, [Online]. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-britain-eu-nireland/northern-ireland-looks-south-as-brexit-takes-bite-out-of-uk-trade-links-idUSKBN28XOPI>
- Ivo Cruz, B. (2019). Portugal e a Dimensão Atlântica do Brexit. *ECO*. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/opiniao/portugal-e-a-dimensao-atlantica-do-brexit/>
- Marques de Almeida, J. (2015). A Europa Salvará o Reino Unido?. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/a-europa-salvara-o-reino-unido/>
- Martinho, G. (2017). Brexit: Os Danos Colaterais Em Portugal Ministério A Ministério. *Visão*, [Online]. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2017-04-13-brexit-os-danos-colaterais-em-portugal-ministerio-a-ministerio/>
- Martinho, G. (2017). Fim do 'cheque britânico' e a disputa que se segue na EU. *Visão*. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/a/velha-escola/2017-03-29-fim-do-cheque-britanico-e-a-disputa-que-se-segue-na-ue/>
- Peach, Sir S. (2018). Aliados Antigos, Parceiros Modernos na Defesa. *Expresso* [Online]. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2018-03-08-Aliados-antigos-parceiros-modernos-na-defesa>
- Pedro Pincha, J. (2015). David Cameron. "Menos Europa é uma melhor Europa". *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/2015/11/10/david-cameron-menos-europa-melhor-europa/> [Acedido a 20/12/2020].
- Peixoto, M., Falcão, C. (2016). Brexit. Os 5 Dilemas Que a Europa Tem de Resolver (Já). *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brexit-os-5-dilemas-que-a-europa-tem-de-resolver-ja/>

- Rangel Logistic Solutions (2019). *Brexit: Consequências Para As Empresas Portuguesas*. [Online] Disponível em: <https://www.rangel.com/pt/blog/brexit-consequencias-empresas-portuguesas/>
- Ribeiro, L. (2018). Portugal e o Brexit. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/portugal-e-o-brexit/> [Acedido a 20/01/2021]
- S.N. (2016). Brexit: France's Michel Barnier made European negotiator with UK. *BBC NEWS*, [online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36901875> [consultado a 9/2/2021].
- S.N. (2016). O que a União Europeia propõe para evitar o Brexit. *Observador*, [online]. Disponível em: <https://observador.pt/2016/01/29/uniao-europeia-propoe-evitar-brexit/> [Acedido a 20/12/2020].
- S.n., (2015). Migrant crisis: One million enter Europe in 2015. *BBC News*, [online]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-35158769> [Acedido a 23/01/2021].
- Sá Lopes, A. (2022). Portugal Negoceia com Alemanha e Polónia Distribuição de Gás a Partir de Sines. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/05/20/politica/noticia/portugal-negoceia-alemanha-polonia-distribuicao-gas-partir-sines-2006943>
- Trigo Pereira, P. (2016). Brexit: Sete Questões e Respostas Pouco Convencionais. *Observador*, [Online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/brexit-sete-questoes-e-respostas-pouco-convencionais/>
- Vitkine, B. (2016). Brexit : La Folle Semaine Britannique En Cinq Actes. *Le Monde*. Disponível em: https://www.lemonde.fr/referendum-sur-le-brexit/article/2016/07/02/brexit-la-folle-semaine-britannique-en-cinq-actes_4962425_4872498.html [Acedido a 11/11/2020].

DISSERTAÇÕES E TESES

- Maria Reis da Fonseca Ferreira Pinto, F. (2011). *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Santos Silva, E. (2014). *Talleyrand: O Homem e o Diplomata*. Tese de Doutoramento. Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

WEBSITES

- ARTV (2017). *Audição do Lord Boswell, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, do Reino Unido*. Disponível em: <https://canal.parlamento.pt/?cid=1847&title=audicao-do-lord-boswell-presidente-da-comissao-de-assuntos-europeus-d>
- CCIP (n.d.). *Reino Unido. Enquadramento Económico*. Disponível em: <https://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/221-enquadramento-economico> [Acedido a 13/6/2021].
- Comissão Europeia. *Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/relations-non-eu-countries/relations-united-kingdom/eu-uk-trade-and-cooperation-agreement_pt [Consultado a 11/01/2022]
- Confederação Empresarial de Portugal (2018). *Brexit: As Consequências Para a Economia e as Empresas Portuguesas*. Disponível em: https://cip.org.pt/wp-content/uploads/2018/11/BREXIT_Estudo_Digital.pdf
- CTT. *E-Commerce Cresce 46% em 2020 Para 4,4 Mil Milhões de Euros*. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/media/noticias/e-commerce-cresce-46-em-2020-para-4-4-mil-milhoes-de-euros>

- Government of the United Kingdom. *Build Back Better: our plan for growth*. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/build-back-better-our-plan-for-growth>
- Government of the United Kingdom. *Carta de Theresa May a Donald Tusk, 5 de Abril de 2019*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/793058/PM_letter_to_His_Excellency_Mr_Donald_Tusk_1_.pdf
- Migration Watch UK (2016). *Media Reports Archive*. [Online]. Disponível em: <https://www.migrationwatchuk.org/media-reports-archive/2016>
- Observatório da Emigração (2022). *Reino Unido*. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=76> [Acedido a 13/6/2021]
- Office for National Statistics. *UK trade in goods country-by-commodity data for 2020*. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/bulletins/uktrade/january2021#explore-uk-trade-in-goods-country-by-commodity-data-for-2020-with-our-interactive-tools>
- Pordata (n.d.). *Exportações De Bens: Total e Por Principais Países Parceiros Comerciais*. [Online]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Exporta%C3%A7%C3%B5es+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2346>
- Portal Diplomático (2016). *Comunicado do MNE sobre a saída do Reino Unido da União Europeia* Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunciados-de-imprensa/24-junho-de-2016> [Acedido a 20/01/2021].
- Portal do Governo, (2016). *Declaração do Primeiro-Ministro sobre a saída do Reino Unido da União Europeia*. [online] Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20160624-pm-brexit> [Acedido a 21/01/2021].
- Portal do Governo, (2016). *Novo estatuto do Reino Unido não impede aprofundamento da União Europeia*. [online]. Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20160219-pm-ue-ru>

[Acedido a 20/01/2021].

- Presidência do Conselho Europeu, (2016). *Carta do Presidente Donald Tusk aos membros do Conselho Europeu sobre a sua proposta de um novo quadro para o Reino Unido na União Europeia*. [Online] Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/02/02/letter-tusk-proposal-new-settlement-uk/> [Acedido a 18/01/2021].
- Site da Comissão Europeia. *Terms of Reference for the Article 50 TEU negotiations*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/eu-uk-art-50-terms-reference-agreed-amends_en.pdf
- Site da RTP. *Razões da entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/entrada-portugal-1-guerra-mundial/>
- Site do Conselho Europeu. *Carta de Theresa May a Donald Tusk, 20 de março de 2019*. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/XT-20005-2019-INIT/pt/pdf>
- Site do Conselho Europeu. *Carta de Theresa May a Donald Tusk, 5 de Abril de 2019*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/793058/PM_letter_to_His_Excellency_Mr_Donald_Tusk_1_.pdf
- Site do Conselho Europeu. *Decisão do Conselho Europeu, tomada com o acordo do Reino Unido, que prorroga o prazo previsto no artigo 50.º, n.º 3, do TUE*. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/XT-20006-2019-INIT/pt/pdf>
- Site do Governo. *Chegada do Cabo Submarino Equiano que Liga a Europa à África Ocidental e do Sul*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=queremos-fundar-o-nosso-desenvolvimento-nas-transicoes-digital-e-energetica>
- Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Brexit – A Saída do Reino Unido da União Europeia*. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/brexit>

- Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Congresso de Utrecht*. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/congresso-de-utrecht> [Acedido a 26/6/2020]
- UK Parliament (2022). *Northern Ireland Protocol. Volume 714: debated on Tuesday 17 May 2022*. [Online]. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/2022-05-17/debates/E62B3F06-DF87-4F5D-867F-222439FD6FFE/details> [Acedido a 26/5/2022].
- União Europeia (n.d.). *Acordos Constitutivos*. [Online]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/founding-agreements_pt